RELATÓRIO DE ATIVIDADES



Estado da Paraíba · Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Biênio 2007-2009



RELATÓRIO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
DO DESEMBARGADOR-PRESIDENTE
ANTÔNIO DE PÁDUA LIMA MONTENEGRO
(BIÊNIO 2007-2009)

Esta é mais uma publicação da Coordenadoria de Comunicação
Social do Poder Judiciário do Estado da Paraíba

COORDENAÇÃO, EDIÇÃO & TEXTO:
EVANDRO DA NÓBREGA, Editor

PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DO TEXTO
MARTINHO SAMPAIO, CHEFE DAS PUBLICAÇÕES OFICIAIS DO TJ-PB

PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DAS FOTOS
APARECIDA PEREIRA

FOTOS
ACERVO DO TJ-PB E REPRODUÇÕES DE EDNALDO ARAÚJO, FOTÓGRAFO

PROJETO GRÁFICO & CAPAS
MILTON NÓBREGA

SUPERVISÃO GERAL DO VOLUME
Dr. MÁRCIO ROBERTO SOARES FERREIRA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

(BIÊNIO 2007-2009)



O majestoso Palácio da Justiça,
sede do Poder Judiciário do Estado da Paraíba,
no centro de João Pessoa

MESA DIRETORA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA NO BIÊNIO 2007-2009



Desembargador Antônio de Pádua Lima Montenegro, Presidente



Desembargador Genésio Gomes Pereira Filho, Vice-Presidente



Desembargador Júlio Paulo Neto, Corregedor-Geral de Justiça

DEMAIS INTEGRANTES DO TRIBUNAL PLENO DO TJ-PB EM JANEIRO DE 2009



DES. LUIZ SÍLVIO RAMALHO JÚNIOR



DES. ABRAHAM LINCOLN DA CUNHA RAMOS



DES. JORGE RIBEIRO NÓBREGA



DESª. MARIA DE FÁTIMA MORAES BEZERRA CAVALCANTI



DES. NILO LUIZ RAMALHO VIEIRA
(Presidente do TRE-PB)



DES. MANOEL SOARES MONTEIRO



DES. ANTONIO CARLOS COÊLHO DA FRANCA
(Diretor da ESMA)



DES. LEÔNCIO TEIXEIRA CÂMARA



DES. MÁRCIO MURILO
DA CUNHA RAMOS



DES. JOSÉ DI
LORENZO SERPA



DES. SAULO HENRIQUES
DE SÁ E BENEVIDES



DES. MARCOS CAVALCANTI
DE ALBUQUERQUE



DES. JOÁS DE BRITO
PEREIRA FILHO



DESª. MARIA DAS NEVES
DO EGITO DE ARAÚJO
DUDA FERREIRA



DES. ARNÓBIO
ALVES TEODÓSIO


A
JOÃO PESSOA
A
PARAIBA

Sumário

APRESENTAÇÃO, pelo Desembargador-Presidente Antônio de Pádua Lima Montenegro 11

ALGUNS DOS PRINCIPAIS MOMENTOS & IMAGENS DA GESTÃO 13

O JUDICIÁRIO NO GOVERNO
Desembargador Pádua Assume por 15 Dias Chefia do Poder Executivo e Recebe Elogios da Sociedade 18

PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO & FINANÇAS – Gestão 2007-2009 Aplicou mais de Meio Bilhão de Reais 25

SERVIÇOS GERAIS 27

OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA & ARQUITETURA ... 30

ANEXO ADMINISTRATIVO DO PALÁCIO DA JUSTIÇA 37

PATRIMÔNIO 46

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS 47

INFÂNCIA & JUVENTUDE 50

CONTROLE DE QUALIDADE 52

SERVENTIAS JUDICIAIS 53

ASSISTÊNCIA MÉDICA & SOCIAL 56

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS 58

PLANOS DE CARGOS & ISONOMIA SALARIAL 59

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 63

TELEJUDICIÁRIO 78

SISCOM – Sistema de Comarcas Informatizadas ... 85

UMA NOVA ESMA, MODERNIZADA E BEM MAIS DINÂMICA 86

PRODUTIVIDADE DO JUDICIÁRIO 95

REVISTA DO FORO 98

CENTENÁRIO DA *REVISTA DO FORO* 100

O PLANO CULTURAL 102

ALGUMAS DAS PRINCIPAIS OBRAS LANÇADAS NO PLANO CULTURAL DO BIENIO 2007-2009 104

COMUNCAÇÃO SOCIAL 107



Outras obras de Engenharia & Arquitetura

PÁGINA 36



Uma nova ESMA, modernizada e bem mais dinâmica

PÁGINA 86



Apresentação

Em atendimento ao que dispõe o Artigo 31, Inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça da Paraíba — que reza competir, também, ao Presidente desta Egrégia Corte, "apresentar ao Tribunal Pleno, no início de cada ano forense, o relatório dos trabalhos do ano anterior, fazendo sucinta exposição, se assim o entender", apresento a meus colegas Desembargadores, aos Magistrados em geral e à Sociedade paraibana um resumo das principais atividades desenvolvidas pela Mesa Diretora do Pretório durante o Biênio 2007-2009.

Deve-se atentar para o fato de que se trata, realmente, de "um resumo das principais atividades", de modo que não se deve esperar aqui uma exaustiva descrição de TODAS as providências tomadas no decorrer destes dois anos — que foram realmente de muito trabalho e, a meu ver, igualmente mui produtivos, no sentido de que o Poder Judiciário paraibano deu mais alguns importantes passos rumo à sua desejável modernização.

Se me permite o leitor, considero que uma das características de minha Gestão à frente do TJ-PB, se as houve, foi a de que, mesmo tendo que me afastar do comando, em licença para tratamento de saúde em São Paulo (SP), já em fins do período administrativo de 2008, toda a máquina funcional e burocrática do Tribunal continou a trabalhar normalmente. E isto sem que fossem descumpridas as diretrizes gerais da Administração, mesmo porque ficaram à frente da mais alta Corte de Justiça do Estado os Desembargadores Genésio Gomes Pereira Filho (Vice-Presidente, no exercício da Presidência) e Júlio Paulo Neto (Corregedor-Geral de Justiça), ambos integrantes da Mesa Diretora do Biênio que se encerra.

Obviamente que não foi possível cumprir, na Presidência do TJ-PB, todos os planos e programas idealizados para este

período de dois anos seguidos. Mas posso assegurar, sem medo de muito laborar em erro, que a esmagadora maioria deles o foi, como atestam as páginas a seguir, resumidas dos Relatórios Setoriais enviados à Coordenadoria de Comunicação Social pelas Secretarias, Coordenadorias e demais Setores integrantes do Poder Judiciário paraibano.

Fico deveras satisfeito com a disposição, já demonstrada pelo novo Presidente eleito do TJ-PB para o Biênio 2009-2011, o insigne Desembargador Luiz Sílvio Ramalho Júnior, de — outros entre pontos de seu programa administrativo — dar continuidade, em toda a linha, ao programa de modernização (inclusive tecnológica) desta Corte de Justiça. E tanto mais contente fico com seu desiderato de implantar, por intermédio da Fundação Getúlio Vargas, o conjunto de normas ISO 9005, visando à melhoria da gestão de qualidade no serviço público.

Agradeço vivamente a todos os que, entre inícios de fevereiro de 2007 e fins de janeiro de 2009, deram sua colaboração para o êxito da Gestão que termina. É o caso dos integrantes do Tribunal Pleno (Desembargadores e Desembargadoras, Juízes e Juízas convocados); dos ativos Juízes e Juízas de Direito que se dedicam a distribuir justiça em todo o Estado; dos abnegados Servidores do Poder Judiciário, aí incluídos os assessores e colaboradores, os Secretários e os Coordenadores e todos os demais que não mediram esforços para o sucesso de todos os nossos empreendimentos; enfim, é também o caso de todas as Instituições, Órgãos e Entidades da Sociedade Civil e dos operadores do Direito que me trouxeram o alento de seu auxílio, sempre visando ao bem geral.

Por mais algum tempo, continuarei, ao lado dos diletos e esclarecidos pares do Tribunal Pleno, a prestar meus serviços à Magistratura e ao Poder Judiciário — causas a que dediquei toda a minha vida, com sincera paixão e permanente denodo.

Antônio de Pádua Lima Montenegro,
Presidente do TJ-PB no Biênio 2007-2009

Alguns dos principais momentos & imagens da gestão





MISSA EM AÇÃO DE GRAÇAS & POSSE

Juntamente com os desembargadores Genésio Gomes Pereira Filho (Vice-Presidente) e Júlio Paulo Neto (Corregedor-Geral de Justiça), o desembargador Antônio de Pádua Lima Montenegro tomou posse como Presidente do TJ-PB no primeiro dia de fevereiro de 2007, em concorrida solenidade realizada na Praça "Desembargador Flodoardo Lima da Silveira", do Fórum Cível "Desembargador Mário Moacyr Porto", da Comarca da Capital. Pela manhã, houvera uma concelebração eucarística — a missa em ação de graças concelebrada pelo Arcebispo Metropolitano da Paraíba, Dom Aldo de Cillo Pagotto, com outros religiosos, a partir das 9 h, na Igreja Conventual de São Francisco. O Arcebispo Emérito da Paraíba, Dom José Maria Pires, leu a homilia, durante a missa solene. Registrou-se até uma homenagem especial à Padroeira de Cuité, Nossa Senhora das Mercês, e à bandeira desse município, numa demonstração do apreço que o Desembargador Pádua guarda com relação a seu torrão natal.



O BRASÃO DO JUDICIÁRIO

Logo no dia da posse, o desembargador-presidente Antônio de Pádua apresentou à Paraíba o Brasão que concebera para o Poder Judiciário paraibano. O emblema seria depois oficializado por lei estadual, sancionada e publicada no Diário Oficial do Estado.



O CASARÃO DE AREIA

A Presidência do TJ-PB deu continuidade às gestões iniciadas durante a Gestão do desembargador-presidente Júlio Paulo Neto e pôde inaugurar, em 17 de maio de 2007, o velho Casarão ou Sobrado de José Rufino, na Comarca de Areia. O histórico prédio foi recuperado e revitalizado em parceria com o IPHAN e a Prefeitura local, transformando-se num Museu e num centro cultural e de vivência da comunidade areiense.

ATUALIZAÇÃO DOS PRECATÓRIOS

Desde a posse que a Presidência do TJ-PB tomou a decisão de retomar o pagamento dos precatórios, que se achava atrasado em vários anos. Pouco a pouco, seguindo uma ordem estritamente cronológica — com a finalidade de não atropelar o direito dos beneficiários que se achavam na frente, na lista dos precatórios em atraso —, o TJ-PB veio regularizando esses pagamentos.

DESJUDICIALIZAÇÃO DOS LITÍGIOS

A Presidência do TJ-PB e sua Corregedoria-Geral de Justiça realizaram em 29 de novembro de 2007, na Comarca de Campina Grande, importante Seminário sobre a Desjudicialização dos Litígios (Separação e Divórcio/Inventário e Partilha). O encontro contou com a participação de grande número de juízes de Direito e outras autoridades judiciárias de todo o Estado.



MICROS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

A Presidência do TJ-PB oficializou, a 16 de outubro de 2007, a doação de 200 computadores do Poder Judiciário à Secretaria Estadual da Segurança Pública e Defesa Social. Eram equipamentos completos e todos eles foram entregues acompanhados de CPU, teclado, monitor e mouse — tudo em perfeito estado de conservação e uso.

PÁDUA: UMA ADVERTÊNCIA PERTINENTE

Em abril de 2007, quando se aposentou o desembargador Raphael Carneiro Arnaud, o Presidente do TJ-PB, desembargador Pádua, fez uma advertência que obteve ampla repercussão: tanto a OAB-PB (de onde proviria o novo desembargador, pelo Quinto Constitucional) e o Tribunal de Justiça, quanto o Governo do Estado e a toda a Sociedade paraibana tinham a pesada responsabilidade e o indeclinável dever de escolher, com redobrado cuidado, um homem íntegro e de notável saber jurídico para integrar a mais alta Corte de Justiça, como sucessor do ilustre magistrado que se retirava. Era grande, portanto, a responsabilidade de todos no sentido de se escolher um nome digno, um advogado de notável saber jurídico, de forma a não comprometer a honorabilidade da Corte de Justiça. A advertência do chefe do Poder Judiciário calou fundo junto a todos os setores. Tanto que, em 28 de novembro do mesmo ano, quando tomou posse o novo desembargador, Joás de Brito Pereira Filho, indicado em lista sêxtupla da OAB-PB, em lista tríplice do TJ-PB e finalmente nomeado pelo Governador, os meios jurídicos puderam respirar aliviados. De fato, o próprio desembargador afinal escolhido comentou, após sua nomeação, haver sido aquela "uma preocupação bastante pertinente. E, de fato, a escolha teria que ser feita do modo mais sério possível, como realmente ocorreu, de forma aberta e justificada. É bem verdade que a lista sêxtupla indicada pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba, dispunha de nomes de real valor. O mesmo, aliás, ocorria com a própria lista daqueles 33 nomes que originalmente concorreram à composição da lista sêxtupla. Mas não há dúvidas, agora, de que foi uma lista escolhida com o maior cuidado, tanto que a Sociedade lhe teceu os melhores elogios".



116 ANOS DO TJ-PB

Nas comemorações pelos 116 anos de instalação do TJ-PB, em 15/10/2007, a Mesa Diretora do TJ-PB promoveu várias comemorações, incluindo homenagem especial a 12 ex-presidentes da Corte; ao decano dos desembargadores aposentados, Onildo de Farias; ao ex-governador Tarcísio Burity; e aos ex-corregedores-gerais de Justiça.

FAZENDO JUSTIÇA

Também em 15 de outubro de 2007, a Presidência do TJ-PB promoveu a aposição de retratos a óleo de mais quatro novos homenageados na na Galeria Histórica de Personalidades Ilustres do Salão Nobre do Palácio da Justiça. Esses homenageados são o presidente estadual Camilo de Holanda; o governador e, depois, interventor federal Argemiro de Figueiredo; o desembargador Archimedes Souto Maior; e o desembargador Heráclito Cavalcanti — cada um dos quais deu sua valiosa contribuição ao desenvolvimento histórico do TJ-PB.



117 ANOS DA INSTALAÇÃO OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO PARAIBANO

Em 15 de outubro de 2008, por seu turno, o desembargador-presidente Antônio de Pádua Lima Montenegro presidiu as solenidades comemorativas dos 117 anos de instalação oficial da Corte de Justiça paraibana, ocorrida em 1891. As solenidades se deram no hall *do novo Anexo Administrativo do Palácio da Justiça — cujas obras, por sinal, foram inauguradas nesta mesma ocasião. Foram homenageados, com a entrega da Medalha e do Diploma da Ordem do Mérito Judiciário da Paraíba, o Ministro paraibano Antonio Herman de Vasconcelos e Benjamin e o saudoso Juiz de Direito Walter Rabello da Costa. Nas solenidades, foi ainda distribuído um* folder-plaquette *e anunciada a produção, já concluída, de um vídeo-documentário sobre o modernizado Anexo Administrativo (antigo Fórum Cível "Desembargador Archimedes Souto Maior", da Comarca da Capital). O Anexo foi entregue pela Administração do TJ-PB aos magistrados, servidores e jurisdicionados, após a realização das necessárias obras de ampliação, remodelação, reforma e modernização.*



No Portal Institucional do Tribunal de Justiça do Estado, o link *que dá acesso à exibição de um vídeo-documentário especial sobre a inauguração do renovado Anexo Administrativo do Palácio da Justiça*



FÓRUM DE LUCENA

Após meses dividindo o mesmo espaço físico com a Comarca de Santa Rita, a Comarca de Lucena finalmente ganhou a sua sede própria: o prédio do Fórum inaugurado a 16 de outubro de 2007 pelo desembargador Antônio de Pádua. O prédio tem a designação de Fórum "Desembargador Nilo Luís Ramalho Vieira" e se situa no distrito de Camaçari, Comarca de Lucena.



PLANO DE CARGOS

Em 14 de novembro de 2007, os servidores de todo o Poder Judiciário, tanto na Capital como no Interior, foram beneficiados com a sanção, pelo Governador do Estado, da lei instituindo o novo Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações idealizado pela Presidência do TJ-PB — que também assinou o plano de auxílio-saúde para os servidores do Judiciário (foto acima).

MANTENDO A TRADIÇÃO NO TRE-PB

A Presidência do TJ-PB coordenou, no Pleno, a 28 de novembro de 2007, a escolha do desembargador Nilo Luís Ramalho Vieira para substituir, no TRE-PB, o também desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos. Este, a 2 de fevereiro de 2008, concluiria seu biênio nessa Corte Eleitoral. Na sessão do Pleno, ficou até definida a data de posse do novo vice-presidente do TRE-PB: será no dia 11 de fevereiro de 2008. A escolha promovida pelos desembargadores foi feita em votação secreta, como determina a Constituição Federal, e após a leitura, feita pelo desembargador-presidente, de oficio expedido pelo presidente do TRE-PB, o desembargador Jorge Ribeiro Nóbrega. "Estamos mantendo tradição de 70 anos, ao aprovarmos o nome do desembargador mais antigo do TJ-PB, para fazer a devida substituição na cadeira de desembargador no TRE-PB", explicou o desembargador Pádua. Meses depois, o desembargador Nilo substituiria o desembargador Jorge como Presidente da Corte Eleitoral.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA, EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Em fins de 2007, a Presidência do TJ-PB pagou nada menos que três folhas de pessoal no espaço de menos de um mês: 1) a folha de pessoal de novembro, a 21 do próprio mês de novembro; 2) a folha do décimo-terceiro salário, paga a 1º. de dezembro; e 3) a folha do próprio mês de dezembro, paga a 17 de dezembro. Coisa parecida ocorreria em fins de 2008, isto tudo em decorrência da política de contenção de gastos e de equilíbrio financeiro mantido durantre toda a Administração Pádua, que também cumpriu à risca o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal e as recomendações do Tribunal de Contas, ficando os gastos com pessoal bem abaixo do permitido pela referida legislação. A Gestão do Biênio 2007-2009 caracterizou-se ainda pela transparência e pelo mais estrito cumprimento à lei, com um planejamento estratégico, moderno e eficiente. Em 2007, o índice de cumprimento das metas orçamentárias (com relação à dotação inicial) chegou a 98% do previsto.

CORTE REPARA ERRO HISTÓRICO CONTRA JUÍZES PARAIBANOS

Em 28 de fevereiro de 2007, por iniciativa da Presidência do TJ-PB, o Pleno aprovou por unanimidade a anulação de atos punitivos aplicados, há quase 12 anos, pelo próprio Tribunal, contra vários magistrados paraibanos, os quais, segundo o novo entendimento do Colegiado, não podiam ser punidos e, desta forma, terminaram apontados à execração pública como se fossem relapsos para com seus deveres profissionais.

ASSESSORES PARA JUÍZES: UMA MEDIDA HISTÓRICA

O dia 1º. de setembro de 2008 foi sem dúvida histórico para o Poder Judiciário paraibano: pela primeira vez, assumiam o cargo de Assessores de Juízes de Direito do Primeiro Grau de Jurisdição pessoas capacitadas, aprovadas em rigorosa seleção. A figura do Assessor de Juiz foi criada pela Presidência do TJ-PB, a pedido dos demais desembargadores e juízes — e depois oficializada por lei estadual.

São, ao todo, 100 Assessores, indicados pelos próprios juízes.

O ESPERADO CONCURSO PÚBLICO DO TJ-PB

A partir de agosto de 2008, a Presidência do TJ-PB deu início à sua promessa de realizar Concurso Público afim de preencher postos existentes no Poder Judiciário — e também para a formação de uma reserva de aprovados capazes de assumir as vagas que forem ocorrendo. Foi escolhido um órgão idôneo para realizar as provas (para as quais se inscreveram 19 mil 53 candidatos, em todo o Estado) e instituída uma Comissão Especial que cuidou do cumprimento do Edital e tomou todas as providências para a lisura do processo.

O JUDICIÁRIO NO GOVERNO

Desembargador Pádua assume por 15 dias Chefia do Poder Executivo e recebe elogios da Sociedade



O desembargador-presidente Antônio de Pádua assumiu o Governo do Estado, em 3 de janeiro de 2008, avisando: não ficaria no Palácio da Redenção "como vaca de presépio", só para compor o quadro. Ao contrário, iria trabalhar muito, cumprindo integralmente os dois expedientes (como o fazia no TJ-PB), mantendo em funcionamento a máquina administrativa e exigindo o empenho de todos os secretários e demais auxiliares do Governo. "Afinal, o Estado não deve parar. Não podemos, por exemplo, descuidar da arrecadação, que assegura o funcionamento das atividades governamentais e o pagamento do funcionalismo", ressaltava. À frente dos destinos da Paraíba por 15 dias (até 18 de janeiro), o Governador interino comprovou o que já acham dele na vida pública: além de bom magistrado, é também bom administrador. Tomou as providências que julgou necessárias para fazer o Estado avançar em alguns pontos, de modo que, quando o Governador efetivo Cássio Cunha Lima retornou ao cargo, viu que a Paraíba não estava no mesmo patamar do dia 3. Frisando que, "no Tribunal, a Administração é a minha, mas, aqui, no Governo estadual, tenho a obrigação de seguir a política administrativa do Governador titular", o magistrado alçado ao mais alto cargo do Estado procurou agir como sempre se comportou ao longo de sua longa carreira de magistrado: com ética, correção, equilíbrio, discrição, transparência, respeito ao cidadão. De modo que respeitou rigorosa e conscienciosamente as linhas mestras do Governo, evitando, assim, criar-lhe constrangimentos. Aqui o leitor encontrará apenas um resumo do que foi a gestão do desembargador-governador. Ele surpreendeu pela desenvoltura e segurança demonstradas no exercício do cargo. Uma das coisas de que se orgulha, nesse breve período, foi ter sancionado leis em benefício do Poder Judiciário, da Magistratura, do Ministério Público e de outros importantes setores. E, como antecipara, governou de direito e de fato, exercendo em toda a plenitude de suas prerrogativas constitucionais. Foi, afinal, uma experiência fascinante — para ele e para os paraibanos.



A Corte de Justiça visita o desembargador-governador



Com o Ministério Público



Recebendo a Diretoria da AMPB



Assinando o Orçamento Estratégico do Estado



Assinatura de convênio com a ESMA



Visitando o DETRAN campinense



Despachando com o secretário Neroaldo Pontes



Como Governador, entrevista à Rádio Tabajara



Visitando a Secretaria da Segurança Pública



Com o comando-geral da PM

AS PRINCIPAIS MEDIDAS, COMO GOVERNADOR

CRIAÇÃO DE NOVAS COMARCAS, VARAS E JUIZADOS ESPECIAIS

O Tribunal Pleno do TJ-PB compareceu em peso, na manhã da quarta-feira, 9 de janeiro, ao Palácio da Redenção, para assistir à sanção, pelo desembargador-governador Antônio de Pádua, da lei que criava mais duas Comarcas na Paraíba: as de Cubati e Igaracy. A lei foi recentemente aprovada pela Assembléia Legislativa, após o anteprojeto ser aprovado pelo Tribunal Pleno, por encaminhamento do próprio desembargador Pádua. Foram também criados os Juizados Especiais de Araruna, Princesa Isabel, Itaporanga e Cuité e elevadas de Primeira para Segunda Entrância as Comarcas de Ingá e São João do Rio do Peixe, com a criação de duas novas Varas. Com a criação das Comarcas Igaracy e Cubati e dos quatro juizados, além da elevação das duas Unidades Judiciárias a uma entrância superior, o Poder Judiciário paraibano pretende reunir condições para que a população atendida pelo Poder Judiciário, nessas jurisdições, passe a contar com serviços mais ágeis e eficazes. A Comarca de Cubati vai compreender também, os municípios de São Vicente do Seridó e Sossego. Já a cidade de Aguiar irá ficar na jurisdição da Comarca de Igaracy. De acordo com o Governador Antônio de Pádua Lima Montenegro, esta mudança na estrutura judiciária estadual representava reivindicação antiga das populações e das autoridades públicas dessas cidades. Tratou-se, ainda, do resultado de um movimento que congregou não apenas a compreensão de tais necessidades, por parte daqueles que dirigem os municípios envolvidos, mas que igualmente contempla os melhores interesses das demais cidades alcançadas pelas novas providências da chefia do Poder Judiciário no Estado. Para o chefe então em exercício do Poder Judiciário paraibano, desembargador Genésio Gomes Pereira Filho, a sanção da lei modificando a organização e divisão judiciária do Estado, concretizada neste dia 9 pelo Governador interino Antôno de Pádua, abre caminho a uma melhor e mais abrangente prestação jurisdicional. "O maior beneficiado é o povo, que terá um acesso mais próximo e mais célere à Justiça paraibana", disse o desembargador Genésio. Os prefeitos Josinaldo Vieira da Costa (Cubati) e Jucelino de Lima Farias (Igaracy) ressaltaram, durante a solenidade, que o dia 9 de janeiro passa a ser uma data muito importante para as duas cidades, cujos munícipes concretizam um velho sonho: o de contarem com suas próprias Comarcas.

ALTERAÇÃO NA LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

A nova lei que altera a LOJE (Lei de Organização Judiciária do Estado ou Lei Complementar nº. 25/96) foi sancionada, na manhã da quarta-feira, 9 de janeiro, pelo Governador em exercício da Paraíba, desembargador Antônio de Pádua Lima Montenegro, em solenidade ocorrida no Palácio da Redenção, com a presença de grande número de desembargadores, secretários de Estado e outras altas autoridades estaduais. Aprovado como lei complementar pela Assembléia Legislativa — lei agora sancionada pelo Governador Antônio de Pádua —, este projeto de lei modificou a redação do inciso IV do artigo 142 da LOJE.

Desta forma, dá cumprimento à determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base em decisão do Supremo Tribunal Federal, de que o teto remuneratório do Poder Judiciário da União é o subsídio fixado para o ministro do STF, no valor de R$ 24.500,00. Assim, nos órgãos do Judiciário dos Estados, o teto deve ser o subsídio do desembargador, limitado a 90,25% daquele fixado para ministro do Supremo. Quanto à forma de constituição do subsídio, a decisão do CNJ estabelece que deve ser uma parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, de qualquer origem, ficando estas extintas.

Excetuam-se, todavia, as verbas, de caráter eventual ou temporário, pelo exercício da Presidência do Tribunal e do Conselho da Magistratura, da Vice-Presidência e do encargo de Corregedor, bem como pela investidura nos cargos de Coordenador Estadual dos Juizados Especiais, de Diretor de Fórum e das Vice-Diretorias a que se refere o parágrafo único do artigo 79 do Estatuto da Magistratura Estadual. Foi diante da necessidade de adequação da LOJE a essas normativas do CNJ que, em agosto de 2007, o desembargador Antônio de Pádua Lima Montenegro, no efetivo cargo de presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, encaminhou à Assembléia Legislativa do Estado, após aprovação pelo Tribunal Pleno do TJ-PB, esse projeto de lei complementar, para apreciação dos senhores deputados. É o projeto agora aprovado e portanto transformado na lei recém-sancionada pelo Governador em exercício.

O artigo alterado na LOJE ficou com a seguinte redação: "Gratificação pelo exercício da Presidência e Vice-Presidência do Tribunal e do encargo de Corregedor-Geral da Justiça, correspondente a 25% dos respectivos subsídios; da Diretoria dos Fóruns Cível e Criminal da Comarca da Capital, da Diretoria do Fórum da Comarca de Campina grande e da Coordenadoria Estadual dos Juizados Especiais, no valor correspondente a 10% dos respectivos subsídios; da Diretoria dos demais fóruns do Estado, bem assim, das Vice-Diretorias referidas no art. 79, parágrafo único, desta Lei, no valor correspondente a 5% dos respectivos subsídios".

BENEFICIADO O MINISTÉRIO PÚBLICO

Sanção, na manhã da terça-feira, 8 de janeiro, da lei que adapta a atual estrutura dos cargos comissionados do Quadro de Servidores Auxiliares do Ministério Público estadual às exigências do artigo 37 da Constituição Federal e às recomendações neste sentido do Conselho Nacional



Recebendo as chaves da cidade, em Cuité



Visitando sua primeira escola primária



Reunido com educadores paraibanos



Ouvindo as reivindicações da ANOREG-PB



Com magistrados, em Campina Grande



Despachando com o Procurador-Geral do Estado



Em Campina Grande, com a OAB local



Recebendo a visita da AEMP

do Ministério Público (CNMP). Este documento foi pessoalmente levado ao governador em exercício pela procuradora-geral de Justiça, Dra. Janete Maria Ismael da Costa Macedo, que, para isto, chegou ao Palácio da Redenção acompanhada de uma comitiva de procuradores estaduais. Com a nova lei, os cargos comissionados do MPE foram remodelados e passaram a ter suas atribuições definidas. Os titulares de tais cargos só poderão desempenhar funções de direção, chefia e assessoramento, atendendo, assim, à Resolução do CNMP. A lei estabelece que os cargos comissionadosserão preenchidos nos casos de direção Administrativa, de Finanças, de Planejamento, de Apoio à Função Ministerial e de Atividade Correcional. Prevê, ainda, que devem ser ocupados mediante exigência de escolaridade no grau superior e/ou mestrado ou doutorado.

O art. 37, V, da Constituição da República, determina que as funções de confiança somente podem ser exercidas por servidores ocupantes de cargos efetivos e que os cargos em comissão serão preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei e serão destinados, exclusivamente, às atribuições de direção, chefia e assessoramento. Assim, com base no que prevê a Constituição Federal, o CNMP determinou aos Ministérios Públicos estaduais que realizassem as necessárias adaptações em seus quadros de pessoal. A lei, recentemente aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado e sancionada pelo governador em exercício, entrará em vigor 15 dias após sua publicação no Diário Oficial do Estado. De acordo com seu artigo 4º., "as despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária própria consignada no Orçamento do Estado do Ministério Público".

PAGAMENTO DOS MAGISTRADOS INATIVOS

Demonstrando mais uma vez seu cuidado especial com os desembargadores e juízes aposentados, o Governador interino encaminhou aos setores competentes do Estado um pedido especial no sentido de que o pagamento desses magistrados inativos seja doravante feito pelo próprio Tribunal de Justiça (isto é, pelo Poder Judiciário) e não mais pela Previdência do Estado (Poder Executivo), como vem atualmente ocorrendo.

QUADRA DESPORTIVA EM CUITÉ

Quando visitou sua cidade natal, Cuité, na qualidade de Governador, o desembargador Pádua — depois de encaminhar o assunto à Secretaria da Educação e Cultura e a outros setores do Governo estadual — assinou lá mesmo a autorização para que seja construída a quadra desportiva da Escola "Vidal de Negreiros", cujos professores e alunos lhe haviam solicitado a providência, há anos, quando ainda nem era Presidente do TJ-PB. Foi nesse estabelecimento de Ensino que o atual desembargador estudou as primeiras letras. Meses depois, os melhoramentos propostos foram inaugurados.



À frente do Governo, por 15 dias



Recebendo honras militares, como Governador



Visita à UEPB, em Campina Grande

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

O Governador do Estado em exercício, desembargador Antônio de Pádua, sancionou na manhã da quarta-feira, 9 de janeiro, no Palácio da Redenção, dois documentos da mais alta importância para a vida administrativa da Paraíba: a) a Lei Orçamentária Anual do Estado (LOA), relativa ao exercício de 2008; e b) e o Plano Plurianual (PPA), referente ao quadriênio 2008-2011. Afirmando sentir-se honrado em sancionar estes e outros textos legais de relevo para a atualidade paraibana, o desembargador Antônio de Pádua citou também os projetos de lei recém-aprovados pelos deputados estaduais e já sancionados pelo próprio magistrado-governador, como recentes leis que beneficiam o Poder Judiciário.

A Lei Orçamentária Anual sancionada por Pádua previa investimentos para o exercício de 2008 da ordem de R$ 5 bilhões 445 milhões 602 mil (excluindo o valor destinado ao FUNDEB – Fundo de Educação Básica). Já o Plano Plurianual, que abrange os anos de 2008 a 2011, está estimado em R$ 15 bilhões 417 milhões 857 mil. O PPA contempla 73 programas nos seguintes eixos estratégicos. Na tarde da quinta-feira seguinte (dia 10), o Governador interino, dando cumprimento a extensa agenda de trabalho, liberava toda a documentação relativa ao Plano Plurianual (PPA 2008). A lei referente ao orçamento do corrente ano já fora publicada, mas seus anexos viriam num suplemento do "Diário Oficial", em separado. Os cadernos contendo todos os detalhes do PPA foram repassados pelo Governador em exercício ao consultor técnico do Governo do Estado, Jovino Machado.

APOSENTADORIA DE NOTÁRIOS

O Governador interino Antônio de Pádua recebeu em audiência, no final da tarde da quarta-feira, 9 de janeiro, em seu gabinete de despachos no Palácio da Redenção, o presidente da ANOREG-PB (Associação dos Notários e Registradores do Estado), tabelião Germano Toscano de Brito. Este visitante estava acompanhado de outros membros da diretoria da entidade, como o Dr. Kléber Carvalho Toscano, o Dr. Manoel Wellington, o Dr. Sérgio D'Carlinto e do Dr. Walber Azevedo. Ao final da audiência, o presidente da ANOREG-PB, Germano Toscano, disse à Coordenadoria de Comunicação Social do Poder Judiciário que aproveitou a visita de cortesia que fez ao Governador interino, desembargador Antônio de Pádua, para parabenizá-lo pela investidura à frente do Governo do Estado. Também participou do encontro o ex-senador Ivandro Cunha Lima, que, no momento, fazia uma visita de cortesia ao desembargador-governador Antônio de Pádua.

O tabelião Germano Toscano aproveitou a presença de toda a diretoria da ANOREG-PB na audiência concedida pelo desembargador Antônio de Pádua, para fazer um pedido especial ao Governador interino. É no sentido de que olhe com simpatia as questões envolvendo a regulamentação da aposentadoria dos notários e registradores, categoria regida por lei especial e que vem encontrando dificuldade para ver implementada esta sua reivindicação, na Paraíba. Sem esquecer que é antes de tudo um magistrado, o Governador Pádua ouviu atentamente as reivindicações dos registradores e notários e mostrou-se bastante receptivo ao atendimento do pleito. O magistrado-governador também garantiu à diretoria da ANOREG-PB que irá recomendar ao órgão competente do Estado um estudo aprofundado da matéria em questão, com vistas a seu possível atendimento.

REVITALIZAÇÃO DO PAVILHÃO DO CHÁ

O desembargador Pádua, na qualidade de Governador interino, recebeu o prefeito de João Pessoa, Ricardo Coutinho, em audiência na manhã da quinta-feira, 10 de janeiro, em seu gabinete de despachos no Palácio da Redenção. O prefeito fazia-se acompanhar do secretário de Finanças do município, José Edísio Simões Souto, e do procurador-geral da Prefeitura, Gilberto Carneiro da Gama. Da parte do Governo do Estado, estava presente ainda, entre outras autoridades, o secretário da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado, Dr. Márcio Roberto Soares Ferreira, atuando também como chefe de Gabinete do Governador interino Antônio de Pádua. O prefeito pessoense discutiu vários temas com o desembargador-governador, inclusive a possibilidade concreta de o Tribunal de Justiça do Estado participar do projeto de reestruturação da Praça Venâncio Neiva, conhecida como Pavilhão do Chá. E dele recebeu a garantia de que, quando o desembargador retornar à Presidência do TJ-PB, realizará estudos financeiros e jurídicos para verificar condições de apoiar o projeto. A reestruturação do "Pavilhão do Chá" garantirá à população e, especialmente, aos servidores do Palácio da Redenção, do Poder Judiciário e da Assembléia Legislativa, uma bela área de lazer, com comodidade e segurança.

FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS DEFENSORES PÚBLICOS

O Governador em exercício, desembargador Antônio de Pádua Lima Montenegro, recebeu em audiência, na tarde da quinta-feira, 10 de janeiro, em seu gabinete de despachos no Palácio da Redenção, uma comitiva formada por integrantes do Sindicato dos Defensores Públicos do Estado da Paraíba.

Era propósito da visita a entrega de documentos no sentido de que o Governo do Estado possa, segundo o que dispõe a Constituição Federal, fixar a remuneração de subsídios para a categoria. Compuseram a comissão os defensores públicos Levi Borges de Lima, Luiz Trajano e Carlos Gondim. O Governador em exercício deu o devido encaminhamento à solicitação, aos órgãos competentes do Governo estadual.

ABERTURA OFICIAL DO "VERÃO TOTAL PARAÍBA 2008" — Mesmo afirmando que estar na areia "não é a minha praia", o desembargador Pádua, Governador em

exercício, não se furtou a comparecer, no dia 11, ao local da realização do "Verão Total Paraíba 2008" e, no dia 15, à solenidade de abertura do mesmo festival, que se estenderá até 10 de fevereiro. Nas duas oportunidades, sempre em companhia do secretário estadual de Juventude, Esporte e Lazer Ruy Carneiro, o presidente do TJ-PB concedeu inúmeras entrevistas à TV, jornais, emissoras de rádio e portais on line, sobre este e vários outros temas. No dia 11, a partir das 9 h da manhã, a visita do desembargador Pádua foi à arena multicultural que abrigaria todas as atividades do Verão Total Paraíba 2008. Nesta visita, foram apresentadas ao desembargador as instalações daarena, divulgando-se ainda a programação dos eventos e explicando-se o funcionamento de toda a grande estrutura.

OPERAÇÃO ANTIBARULHO

Além disto, um pedido do desembargador Pádua, como Governador do Estado, inspirou à Secretaria da Segurança Pública, capitaneada pelo secretário Eitel Santiago, um Plano Policial Integrado "Operação Antibarulho" para a Grande João Pessoa. Em despacho com o titular da Pasta, em 7 de janeiro, um dos assuntos abordados foi a impressionante "cultura do barulho" ou extrema poluição sonora que caracteriza certas áreas de João Pessoa e cidades vizinhas. Ao final da conversa, o magistrado determinou providências para que o Estado tome a si a incumbência de fazer diminuir a incidência de tal poluição sonora, especialmente na Capital.

Como o Dr. Eitel Santiago reconheceu em seu Plano Policial Integrado "Operação Antibarulho", as sugestões e determinações do desembargador Pádua estão conforme o artigo 13 da Lei nº. 8.186, de 16 de março de 2007, e de acordo com as recomendações do Plano Nacional de Segurança Pública. Não se deve esquecer que poluição sonora é crime contra o meio ambiente — e crime previsto na lei federal nº. 9.605/98, que trata exatamente dos crimes ambientais. É um tipo de poluição contra a Natureza que, nos espaços urbanos, afeta seriamente a saúde física e psíquica do Homem, sendo provocada por níveis de ruídos acima dos recomendados pela Organização Mundial da Saúde. Essa constante exposição das pessoas a ruídos insuportáveis causa, entre outros graves problemas de saúde, o estresse, a insônia, alterações auditivas reais e incremento da agressividade.

Assim é que, cumprindo a solicitação do desembargador Pádua, o secretário da Segurança Pública determinou ao Centro de Planejamento Policial Integrado da SEDS a elaboração de um Plano Policial Integrado "Operação Antibarulho", para a Grande João Pessoa, com a finalidade de regulamentar "Blitze" de forma integrada, com as Polícias Civil e Militar, o Detran e a Semam, em pontos estratégicos, locais de risco e pontos sensíveis mapeados pelos setores de inteligência das instituições envolvidas. Os policiais, certamente, haverão de estar bem armados, nessas operações. Mas o pessoal da Semam irá especialmente armado com seus decibelímetros, para medir o nível de ruídos das mais variadas fontes.●

NOVAS CONQUISTAS
Funcionários não mais vão pagar taxas de manutenção ao Banco do Brasil

Em 3 de setembro de 2008, anunciava-se outra conquista (por sinal, inédita) do TJ-PB e de seus funcionários: os servidores do Judiciário não mais pagarão taxas de manutenção de suas contas correntes no Banco do Brasil. Dando continuidade à sua política de valorização dos recursos humanos, a Administração do desembargador-presidente Antônio de Pádua renovou, com o Banco do Brasil — e com muitas vantagens para o TJ-PB e para seus funcionários —, o contrato de prestação de serviços bancários. Entre essas novas vantagens, encontra-se o estabelecimento, a partir mesmo deste mês de setembro corrente, da ISENÇÃO TOTAL DE TAXAS DE MANUTENÇÃO nas contas correntes de todos os servidores do Judiciário. Tal benefício se estenderá por cinco anos, indo, portanto, até 2013 — sendo ainda passível de renovação. Isto representa grande economia, especialmente para os servidores.

Servidor tem Acesso *on line* à sua ficha funcional e aos dados cadastrais

Anunciou-se, em 29 de agosto de 2008, outra conquista advinda do apoio da STI/TJ-PB aos setores que, no Tribunal de Justiça, voltam-se para o pessoal do Poder Judiciário. A partir desse dia, todos os servidores lotados no âmbito de atuação desta Corte de Justiça passaram a ter acesso via Internet a suas fichas funcionais e a seus dados cadastrais — e já podiam até negociar *on line* empréstimos consignados. Isto, aliás, já fora anunciado desde o dia 30 de abril anterior, pelo próprio secretário de Tecnologia da Informação do TJ-PB, Dr. Emmanuel Coriolano Ramalho. Tais procedimentos, inclusive os empréstimos, podem ser acionados por intermédio do próprio Portal Institucional do TJ-PB.

Planejamento, Orçamento, Finanças

GESTÃO 2007-2009 APLICOU MAIS DE MEIO BILHÃO DE REAIS

A Gestão do desembargador-presidente Antônio de Pádua aplicou, no âmbito do Tribunal de Justiça, durante o Biênio 2007/2009, mais de meio bilhão de reais.

Em números redondos, as aplicações do Poder Judiciário, no período, chegaram a R$ 561.000.000,00 em todas as suas atividades, sendo R$ 254,6 milhões referentes ao orçamento de 2007 e R$ 306,4 milhões ao de 2008.

Vinte por Cento a Mais

Registrou-se, portanto, um acréscimo de 20% em tais aplicações, entre um ano e outro, segundo levantamento realizado pelo próprio Secretário de Planejamento e Finanças do TJ-PB, o Dr. Márcio Aírton Vilar de Carvalho.Tais recursos foram direcionados precípua e essencialmente para as seguintes áreas:

1) Recursos Humanos;

2) Tecnologia da Informação;

3) investimentos nas Comarcas; e

4) a completa reforma e modernização do Anexo Administrativo do Palácio da Justiça (antigo Fórum Cível "Desembargador Archimedes Souto Maior").

Só em 2008, último ano de seu biênio como Presidente do TJ-PB (de 1º. de fevereiro de 2007 a 2 de fevereiro de 2009), é que o desembargador-presidente Antônio de Pádua Lima Montenegro pôde se dedicar às chamadas obras "de pedra e cal". Nunca teve, no entanto, a menor intenção de erguer obras suntuosas, "elefantes brancos" ou coisas que tais. Dedicou-se especialmente à construção de novos Fóruns; às edificações imprescindíveis; e, naturalmente, à reforma, ampliação e recuperação total do Anexo Administrativo do TJ-PB; e à restauração e revitalização do Palácio da Justiça, preservando suas características originais.

Eis, de forma mais detalhada, a aplicação desses recursos financeiros:

Pessoal - Implantação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, envolvendo R$ 32 milhões; Continuação da política de benefícios aos funcionários, com auxílio refeição, saúde e transporte que passou de R$ 14,3 milhões em 2007 para R$ 20, 3 milhões em 2008. Para 2009 estão previstos R$ 24,1 milhões.

Isenção de Taxas para os Servidores — Além do mais, o TJ-PB foi o único Tribunal no país a conseguir isenção de taxas bancárias em benefício de todos os seus funcionários, pelo prazo de cinco anos. Tal isenção refere-se à movimentação de salários, via convênio com o Banco do Brasil.

Despesas com Pessoal Cresceram Abaixo da Inflação — Outro feito importante: tanto no exercício de 2007 como no de 2008, as despesas com pessoal cresceram abaixo da inflação e dentro dos limites determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Neste particular, o crescimento, em 2008, atingirá apenas 5,28%. Para 2009, a previsão com as despesas de pessoal e encargos é de R$ 252 milhões — um incremento de 10%.

Custeio — Para a manutenção das atividades administrativas de suas 77 Comarcas em todo o Estado da Paraíba, o Tribunal despendeu em 2007 o montante de R$ 26,7 milhões; em 2008, tal quantia alcançou os R$ 33,4 milhões.

Investimentos — Os investimentos totalizaram R$ 21 milhões, contra R$ 8,0 milhões em 2007. Para 2009, estão previstos mais R$ 22 milhões. O TJ-PB investiu maciçamente em Tecnologia da Informação e, destea forma, é um dos Tribunais estaduais que mais aplicam recursos em TI no Brasil.



Neste particular, aliás, transformou-se numa referência nacional. Os investimentos de recursos financeiros foram ampliados, de R$ 5,1 milhões, no ano judiciário de 2006, para R$ 8,5 milhões em 2008. Para 2009, estão previstos R$ 12,5 milhões.

Reforma e Modernização Total do Anexo Administrativo — Na reforma do Anexo Administrativo "Desembargador Arquimedes Souto Maior" (antigo Fórum Cível da Comarca da Capital) foram despendidos mais de R$ 8,7 milhões, entre móveis e obras de Engenharia e Arquitetura. No período 2007/2008, foram gastos R$ 24,8 milhões, com construções e reformas. Para 2009, são previstos mais R$ 26,6 milhões.

Construção de Novos Fóruns — Foi na Gestão do desembargador-presidente que se iniciaram as obras de construção dos Fóruns de Mangabeira, Bayeux, Cuité, Cubati, Igaracy e Malta, envolvendo mais de R$ 10 milhões.

Orçamento de 2009 - O Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2009 será de R$ 347 milhões 6 mil — o que representa um incremento de 14% sobre os R$ 305 milhões do ano de 2008.

Na Área de Pessoal — Para a área de Pessoal, foi projeto um Orçamento de R$ 252 milhões — num acréscimo de 10% sobre o exercício anterior.

Tecnologia da Informação — De outra parte, continuam elevados os investimentos em Tecnologia da Informação. Para 2009, eles são estimados em R$ 12,6 milhões. Para as obras de Engenharia, foram calculados R$ 26,3 milhões.

Respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal — Como ressalta o secretário Márcio Vilar, "o Orçamento do TJ-PB reflete uma política de prudência por parte do chefe do Poder Judiciário, quanto à necessidade de serem respeitadas as metas fiscais determinadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal".

Serviços Gerais

Complementando as informações sobre as realizações materiais do Biênio 2007-2009, o Coordenador de Serviços Gerais do TJ-PB, Dr. Walter Sérgio Cunha Madruga, apresenta uma série de valiosos dados, por área de atuação.

1. Aquisição de bens permanentes

1.1 Aquisição de 12 veículos Kombis 0 KM, para servir às Comarcas do Interior; três veículos S-10 0KM, destinados às Coordenadorias de Engenharia, Serviços Gerais e Secretaria de Tecnologia e Informação; um caminhão-baú para fazer o transporte de bens de grande porte, sendo despendido, com automóveis, o valor de R$ 630.175,00.

1.2 Aquisição de mobília nova e de última geração destinada a todo o prédio do Anexo Administrativo do Palácio da Justiça; aquisição da mobília completa para os Fóruns de Cajazeiras, Santa Luzia, Pombal, Mangabeira, Bayeux, Cubati, Pedras de Fogo, e Cuité; aquisição de cadeiras, poltronas, sofás, estantes de aço e outros móveis, destinados às Comarcas interioranas e a outros setores da Capital; e, ainda, aquisição de Sistemas de arquivos deslizantes para o Arquivo do Fórum Criminal e para a Biblioteca do Fórum Cível, importando isto em mais eficiência, praticidade e harmonização dos locais; com a aquisição desses mobiliários, foi despendido o valor de R$ 5.846.887,20.

1.3 Aquisição de materiais elétricos, eletrônicos e eletroeletrônicos, a exemplo de fax, geláguas, frigobares, ventiladores, máquinas de calcular elétricas, geladeiras, fogões, enceradeiras, bebedouros, equipamento de som, equipamentos de TV e aparelhos de ar–condicionado, para atender aos setores carentes dos referidos bens, sendo despendido o valor de R$ 973.241,31.

2. Aquisição de material de consumo e limpeza

2.1. Foram gastos com material de limpeza, higiene e consumo o valor de R$ 1.179.244,00 (Um milhão cento e setenta e nove mil duzentos e quarenta e quatro reais).

3. Contratos celebrados

3.1 Foram assinados contratos visando:

• à locação do prédio sito na Praça Social, para abrigar o Almoxarifado Geral do Tribunal de Justiça;

• à locação de imóvel para abrigar o Anexo do Arquivo Geral do TJ-PB, localizado na Rua Rodrigues de Aquino;

• à locação de imóvel para o funcionamento do Depósito Judicial do Tribunal;

• à locação do prédio do Fórum de Lucena; e, ainda,

• ao monitoramento eletrônico de sistema de segurança no prédio do Almoxarifado Geral do Poder Judiciário.

4. Relação dos Fóruns e Demais Locais Atendidos com Mobiliário, Materiais Elétricos e/ou Condicionadores de Ar, Mesmo Onde Ainda Estavam Sendo Instaladas as Comarcas

Fórum de Alagoinha
Fórum de Alhandra
Anexo Administrativo do Palácio da Justiça
Fórum de Araçagi
Fórum de Araruna
Fórum de Mangabeira
Fórum de Barra de Santa Rosa
Fórum de Cajazeiras
Fórum do Conjunto Ernesto Geisel
Fórum de Bonito de Santa Fé
Fórum de Catolé do Rocha
Fórum de Campina grande
Fórum de Brejo do Cruz
Fórum de Conceição
Fórum de Bayeux
Fòrum de Cabaceiras
Fórum de Cuité
Fórum de Santa Rita
Fórum de Caiçara
Fórum de Guarabira
Fórum de Cabedelo
Fórum de Cruz do Espírito Santo
Fórum de São João do Rio do Peixe
Fórum de Arara
Fórum de Igaraçi
Fórum de Itaporanga
Fórum de Sousa
Fórum de Juazeirinho
Fórum de Monteiro
Fórum de Lucena
Fórum de Malta
Fórum de Patos
Fórum de Sapé
Fórum de Mari
Fórum de Piancó
Fórum de Taperoá
Fórum de Pocinhos
Fórum de Pilar
Fórum de Itabaiana
Fórum de Queimadas
Fórum de Pombal
Fórum de São Mamede
Fórum de Santana dos Garrotes
Fórum de Princesa Isabel
Fórum de São João do Cariri
Fórum de São Bento
Fórum de Rio Tinto
Fórum de São José de Piranhas
Fórum de Santa Luzia

5. Edificações em que se Realizaram Vistorias Técnicas para a Elaboração de Laudos Visando à Realização de Obras de Manutenção e Melhoramentos

Fórum de Areia
Fórum de Serraria
Fórum de Água Branca
Fórum de Alagoinha
Fórum de Bonito de Santa Fé
Fórum de Cajazeiras
Fórum de Conceição
Fórum de Ingá
Fórum de Monteiro
Fórum de Paulista
Fórum de Prata
Fórum de Princesa Isabel
Fórum de Rio Tinto
Fórum de São João do Cariri
Fórum de São José de Piranhas
Fórum de Serra Banca
Fórum de Sumé
Fórum de Uiraúna
Fórum de Teixeira
Fórum Criminal da Comarca da Capital
Sala da Assessoria Jurídica no Palácio da Justiça
Fórum de Sapé
Fórum de Cruz do Espírito Santo
Fórum de Santa Rita
Almoxarifado Central
Almoxarifado do TJ-PB no Conjunto Residencial Renascer

6. Projetos Básicos Elaborados

6.1 Manutenção Predial nas Unidades Judiciárias da Capital
e do Interior do Estado

6.2 Refrigeração de diversas Unidades Judiciárias

6.3 Manutenção da refrigeração central e dos aparelhos de ar condicionado
de janela de todos os próprios da Justiça Estadual.

6.4 Instalações elétricas e manutenção da Rede Lógica

6.5 Projeto de fardamentos destinados a todos os servidores
da Secretaria-Geral do Tribunal de Justiça.

7. Edificações em que Foram Realizadas Manutenções e Melhorias

- Fórum de Alhandra
- Fórum de Cabaceiras
- Fórum e Depósito de Cabedelo
- Sala e Gabinete dos Desembargadores no Palácio da Justiça
- Fórum de Bonito de Santa Fé
- Fórum de Brejo do Cruz
- Fórum de CaiçaraFórum de Queimadas
- Fórum de São João do Rio do Peixe
- Fórum de Araruna
- Fórum de Santa Rita
- Fórum de Uiraúna
- Fórum de Cajazeiras
- Fórum de Catolé do Rocha
- Fórum de Conceição
- Fórum de Cuité
- Fórum de Itabaiana
- Fórum de Itaporanga
- Fórum de Patos
- Fórum de Princesa Isabel
- Fórum de Santa Luzia
- Fórum de São João do Cariri
- Fórum de Sapé
- Fórum de Sousa

Outras obras de Engenharia & Arquitetura

No campo das construções especificamente de "pedra e cal", vale citar aqui extratos do relatório setorial elaborado para a Coordenadoria de Comunicação Social do Judiciário paraibano pelo coordenador de Arquitetura do TJ-PB, Dr. Antônio Cláudio Ximenes Massa.

Ele apresenta um resumo das atividades desenvolvidas por este setor entre fevereiro de 2007 e dezembro de 2008.

Desta forma é que a Presidência do desembargador Antônio de Pádua acrescenta vários itens ao rol de suas realizações também na área de construção e projetos de novos Fóruns e demais ambientes do Poder Judiciário em várias Comarcas do Estado, inclusive a da Capital.

Principais Projetos

Foram os seguintes os projetos desenvolvidos:

01. Projeto Arquitetônico do Complexo Judiciário de Mangabeira.

02. Projeto de *layout* e ambientação do gabinete do desembargador Antonio Carlos Coêlho da Franca.

03. Projeto de *layout* e ambientação do gabinete do desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos.

04. Projeto completo de reforma do Anexo Administrativo "Desembargador Archimedes Souto Maior", do Palácio da Justiça, constando de tal item não só o projeto arquitetônico (plantas baixas e cortes, divisórias, *layout*, detalhamento, especificações, partes hidráulica e elétrica).

05. Especificação de todo o mobiliário adquirido pela Gestão, não apenas para o Anexo Administrativo do Palácio da Justiça, em João Pessoa, mas também dos Fóruns de Santa Luzia, Cuité, Cajazeiras, Pombal e Lucena.

06. *Layout* do Fórum da Comarca de Lucena.

07. *Layout* do Fórum da Comarca de Pombal.

08. *Layout* do Fórum da Comarca de Santa Luzia.

09. *Layout* do Fórum da Comarca de Cajazeiras.

10. *Layout* do Anexo Administrativo "Desembargador Archimedes Souto Maior", do Palácio da Justiça, na Comarca da Capital.

11.Projeto de reforma do Fórum da Comarca de Araçagi.

12.Projeto de reformas internas no Fórum "Afonso Campos", de Campina Grande.

13.Projeto de arquitetura para a reforma do Depósito Judicial da Comarca de Cuité.

14.Projeto de arquitetura para a reforma do Fórum da Comarca de Cuité.

15.Projeto de *layout* para a instalação da Coordenadoria das Serventias Judiciais e do sistema de estantes deslizantes do Arquivo da Corregedoria-Geral de Justiça, na Comarca da Capital.

16.Projeto de layout do CEJA e do Arquivo. Projeto de Reforma do CAO (Centro de Atividades Ocupacionais).

17.Projeto Arquitetônico do Fórum e do Depósito Judiciário da Comarca de Bayeux.

18.Projeto Arquitetônico do Fórum e do Depósito da Comarca de Pilões.

19.Projeto Arquitetônico do Fórum e do Depósito da Comarca de Malta.

20.Projeto Arquitetônico do Fórum e do Depósito da Comarca de Pedras de Fogo.

21.Projeto Arquitetônico do Fórum e do Depósito da Comarca de Aroeiras.

22.Projeto Arquitetônico do Fórum e do Depósito da Comarca de Pianco.







Fórum da Comarca de Bayeux

23.Projeto Arquitetônico do Fórum da Comarca de Cubati.

24.Projeto Arquitetônico da Residência do magistrado da Comarca de Cubati.

25.Projeto Arquitetônico do Depósito da Comarca de Cubati

26.Projeto Arquitetônico do Fórum da Comarca de Igaracy.

27.Projeto Arquitetônico da Residência do magistrado da Comarca de Igaracy.

28.Projeto Arquitetônico do Depósito da Comarca de Igaracy.

29.Projeto Arquitetônico de uma rampa do Fórum Criminal "Ministro Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo", na esquina da Avenida João Machado com a Rua Rodrigues de Aquino, na Comarca da Capital.

30.Projeto de *layout* dos pavimentos térreo e primeiro do Fórum Cível "Desembargador Mário Moacyr Porto", na Avenida João Machado (também na Comarca da Capital).

31.Projeto de reforma no Fórum da comarca de Barra de Santa Rosa.

32.Projeto de detalhamento do portão do Fórum da Comarca de Santa Rita.

33.Projeto Arquitetônico de novo *layout* de ambientes da Corregedoria-Geral de Justiça.

34.Projeto Arquitetônico da rampa da Corregedoria-Geral de Justiça.

35.Reforma no prédio escolhido na Avenida João da Mata, na Comarca da Capital, para a instalação do Memorial da Justiça.

36.Projeto Arquitetônico visando à reforma e à adaptação de um prédio na Avenida João da Mata para a instalação do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado.

37.Projeto Arquitetônico para o novo *layout* no 8º. andar do Fórum Cível "Desembargador Mário Moacyr Porto", da Comarca da Capital.

38.Especificações técnicas em termos de vidro, películas e persianas para o Fórum da Comarca de Paulista.

39.Especificações técnicas para a aquisição das cadeiras destinadas ao auditório do Centro





Fórum da Comarca de Cubati





Fórum da Comarca de Igaracy

de Treinamento do Fórum Criminal "Ministro Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo", na Comarca da Capital.

40.Projeto da Capela e da Sala de Leitura do CETA .

41.Anteprojeto para a instalação da Sala dos Advogados no Fórum da Comarca de Guarabira.

42.Revitalização do antigo Fórum da comarca de Areia.

43.Projeto para a implantação da Sala dos Oficiais de Justiça do Fórum Cível "Desembargador Mário Moacyr Porto", na Comarca da Capital.

44.Projeto da rampa de acesso no estacionamento Fórum Cível "Desembargador Mário Moacyr Porto", também na Comarca da Capital.

45.Projeto de Sinalização de todas as dependências reformadas, ampliadas e modernizadas do Anexo Administrativo "Desembargador Archimedes Souto Maior", do Palácio da Justiça, na Comarca da Capital.

46.Projeto Arquitetônico do Auditório "Wilson Pessoa da Cunha", junto ao Anexo Administrativo "Desembargador Archimedes Souto Maior", do Palácio da Justiça, também na Comarca da Capital.

47.Projeto Arquitetônico do Refeitório no Fórum Cível "Desembargador Mário Moacyr Porto", igualmente na Comarca da Capital.

48.Projeto de Reforma na coberta e no Cartório do Fórum da Comarca de Araruna.







Fórum da Comarca de Cuité

49.Projeto de Reforma na coberta do Fórum da Comarca de Cajazeiras.

50.Estudo de qualidade no Telejudiciario e no setor de distribuição nos Fóruns das Comarcas de Sapé e de Campina Grande.

51.Projeto de qualidade no Telejudiciario e na área de distribuição do Fórum da Comarca de Guarabira.

52.Detalhamento de gradil nas Residências dos magistrados da Comarca de Cabedelo.

53.Especificação e detalhamento de mobiliário dos Fóruns das Comarcas de Pilões, Cubati, Pedras de Fogo, Malta, Igaracy, Mangabeira e Bayeux.

54.Reforma na 1ª. Vara cível e modificação para o gabinete do Juiz de Direito na Comarca de Cabedelo.

55.Projeto de reforma no Depósito Judiciário da Comarca de Campina Grande.

56.Projeto de reforma da cozinha e sala de leitura da creche mantida pelo TJ-PB na Comarca da Capital.

57.Projeto de reforma na sala de leitura do CAO (Centro de Atividades Ocupacionais).

58.Reforma no Fórum da Comarca de Pombal, com vistas à criação e implantação dos Juizados Especiais e do Depósito Judiciário.

59.Estudo para a implantação da reforma nos Juizados Especiais na Comarca de Patos.

A Coordenadoria de Arquitetura preparou, ainda, placas comemorativas da instalação/implantação dos seguintes setores: a) antigo Fórum da Comarca de Areia; b) Setor Médico e Odontológico do Fórum Criminal da Comarca da Capital; c) Auditório "Desembargador Sebastião Sinval Fernandes", do Complexo Judiciário do Altiplano do Cabo Branco (sede da ESMA e da Corregedoria-Geral de Justiça); e d) Fórum da Comarca de Lucena.




Depósito Judicial da Comarca de Cuité




Fórum da Comarca de Malta




Fórum da Comarca de Pedras de Fogo





Fórum de Mangabeira





Fórum da Comarca de Pilões



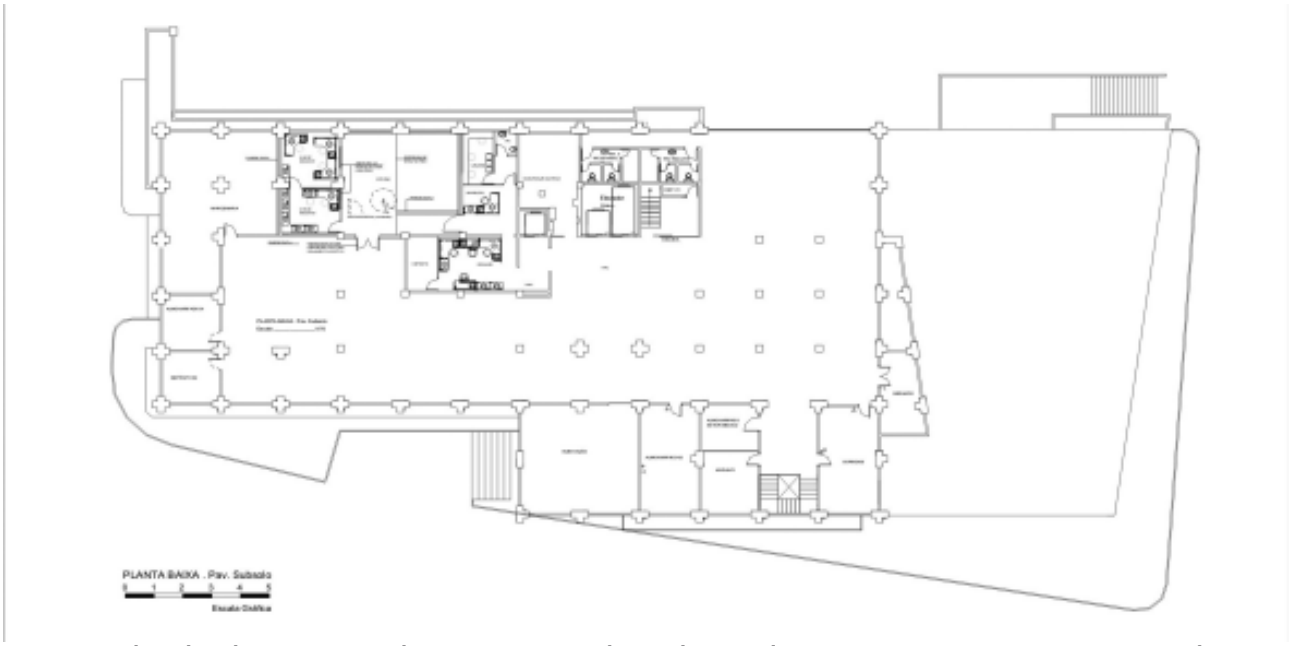




Fórum da Comarca de Piancó

Anexo Administrativo do Palácio da Justiça

Na quarta-feira, 15 de outubro de 2008, quando o TJ-PB comemorava 117 anos de instalação oficial, o desembargador-presidente Antônio de Pádua Lima Montenegro inaugurou as então recém-concluídas obras de reforma, restauração e modernização das instalações do Anexo Administrativo "Desembargador Archimedes Souto Maior Filho", do Palácio da Justiça, sede do Poder Judiciário do Estado da Paraíba. Esta entrega de obras à população ocorreu durante ato solene realizado no hall do próprio Anexo Administrativo, a partir das 18 h, com a presença de todos os desembargadores que integram o TJ-PB, juízes de Direito, procuradores de Justiça, promotores, advogados, outras autoridades, convidados especiais, servidores do Judiciário e o público em geral.



Subsolo do Anexo Administrativo do Palácio da Justiça, antigo Fórum Cível "Desembargador Archimedes Souto Maior", da Comarca da Capital

Antigo Fórum Cível

A designação completa do Anexo Administrativo do Palácio da Justiça (Anexo Administrativo "Desembargador Archimedes Souto Maior) homenageia a memória do ilustre magistrado, do mesmo nome, sob cuja Presidência (1937-1939) o Poder Judiciário Estadual se instalou, mais exatamente em julho desse ano de 1939, em sua atual sede — o Palácio da Justiça, localizado na Praça João Pessoa, ao lado da sede do Poder Executivo (o Palácio da Redenção) e diante da sede do Poder Legislativo (a Assembléia Legislativa do Estado).

Por esse tempo, o atual TJ-PB chamava-se Tribunal de Apelação, depois de haver sido instalado oficialmente como "Superior Tribunal de Justiça do Estado do Parahyba do Norte" (a referência, no masculino, como se vê, era ao *rio* do mesmo nome, dizendo-se, portanto, *do Parahyba do Norte* e não *da Parahyba do Norte*).

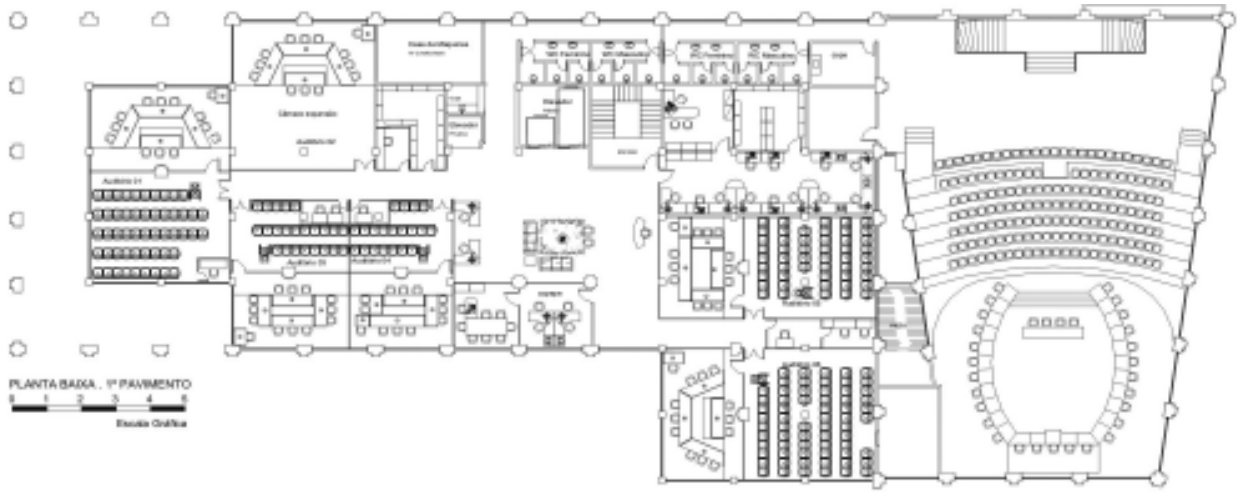
A instalação definitiva da sede do Judiciário no atual Palácio da Justiça se deu quando era governador do Estado o Dr. Argemiro de Figueiredo. O Dr. Francisco Camilo de Holanda, presidente do Estado da Paraíba entre 1916 e 1920, foi o responsável pela construção do prédio da antiga Escola Normal que passou a abrigar o então Superior Tribunal de Justiça. Inicialmente, o prédio destinava-se a abrigar a antiga Escola Normal da Paraíba, mas, numa etapa posterior, foi destinado ao Palácio da Justiça, vez que a sede do Poder Judiciário ainda não existia. Isso obrigava os desembargadores a reunirem o Tribunal Pleno em diferentes locais, inclusive em dependências da sede do Poder Executivo, o Palácio da Redenção.

Só no governo do Dr. Argemiro de Figueiredo, em julho de 1939, é que se instalaria definitivamente o então Tribunal de Apelação no prédio hoje ocupado pelo Palácio da Justiça, sede do TJ-PB e, portanto, do Poder Judiciário do Es-

"Cheguei a dizer, informalmente, que minha meta era ser construtor de homens. Comecei com a criação do Secretaria de Recursos Humanos. Em seguida, com a implantação do Plano de Cargos, Salários e Remunerações, que reestruturou profundamente o Quadro de Servidores do Poder Judiciário, tudo complementado com a entrega do moderno edifício do Anexo Administrativo totalmente reformado, modernizado, tornado mais funcional, mais confortável, embora sem sofisticações nem exageros, para os servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça".



Térreo do Anexo Administrativo do Palácio da Justiça



Primeiro pavimento do Anexo Administrativo do Palácio da Justiça

tado. Assim, esse Palácio da Justiça instalou-se em local próprio sob a presidência do desembargador Archimedes Souto Maior (1937-1939).

O desembargador Archimedes seria homenageado de forma exemplar, com o Tribunal Pleno batizando com seu nome o Fórum Cível depois construído, constituindo-se então o Quarteirão Judiciário da Comarca da Capital.

Foi justamente esse Fórum Cível que, mais tarde, se transformaria no Anexo Administrativo do Palácio da Justiça — para o qual o desembargador-Presidente Antônio de Pádua mandou transferir todos os serviços burocráticos da Corte e que logo depois reinauguraria, totalmente renovado. Essa nova obra — realizada por uma Administração que objetivou mais o interesse nos aspectos humanos da gestão, e não nas iniciativas físicas, materiais — demandou um esforço administrativo adicional, especialmente porque realizada em apenas alguns meses.

Foram, no entanto, alguns meses de notável concentração para todas as equipes de trabalho do TJ-PB, conforme explicou o desembargador-Presidente Antônio de Pádua em seu discurso, parcialmente transcrito adiante. Um dos problemas enfrentados e vencidos pelo Desembargador Pádua foi justamente este: realizar os serviços com celeridade, mas de forma a que não fosse prejudicada a excelência das obras. Também num *folder-plaquette* produzido especialmente para a ocasião pela Coordenadoria de Comunicação Social do Judiciário paraibano, explica o chefe deste Poder que era "este mesmo Anexo Administrativo que hoje temos a honra de entregar aos magistrados, servidores e jurisdicionados, após a realização das necessárias obras de ampliação, remodelação, reforma e modernização".

Por sinal, o lançamento, na mesma oportunidade, dessa *plaquette*, inseriu-se também — com o vídeo-documentário que a complementava e por seus aspectos de documento histórico — no Plano Cultural da Mesa Diretora do TJ-PB para o Biênio 3007-2009.

Uma das maiores autoridades presentes a essa entrega de obras foi o um paraibano de Catolé do Rocha, integrante do STJ (Superior Tribunal de Justiça), o Ministro Antonio Herman de Vasconcelos e Benjamin, do STJ.

Ele recebeu na oportunidade a Medalha e o Diploma do Mérito Judiciário da Paraíba, na categoria Alta Distinção, que lhe foi concedida pelo Tribunal Pleno do TJ-PB, com relatoria do desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos, por sugestão da Desembargadora Fátima Bezerra Cavalcanti, uma das oradoras da noite. Também o saudoso Juiz de Direito Walter Rabello Pessoa da Costa recebeu, *in memoriam*, por intermédio de sua família, honraria semelhante, na categoria Distinção, por proposta do Desembargador-Presidente Antônio de Pádua e aprovação igualmente unânime do Pleno. Nesse caso, a Medalha e o Diploma foram entregues a um filho do magistrado Walter Rabe-

llo, o Dr. Walber Belo Rabello Pessoa da Costa. Walter Rabello, juiz muito bem conceituado no Estado, por seu saber jurídico e modos simples, além de ser autor de obras jurídicas consagradas, nos legou também uma apreciada obra literária, *Anotações de um Juiz de Direito* (Editora Unigraf, 1988, 147 páginas).

Cronologia do Anexo

Num trabalho de autoria do escritor Evandro da Nóbrega, a *plaquette* distribuída durante a inauguração das obras do novo Anexo Administrativo do Palácio da Justiça trouxe a cronologia resumida dos Fóruns Cíveis, do Fórum Criminal, da própria sede do TJ-PB e de outras Unidades Judiciárias da Capital, de inícios do século XX aos dias atuais.

Na Administração do desembargador-presidente Antônio de Pádua Lima Montenegro, iniciado no primeiro dia de fevereiro de 2007, o prédio do antigo Fórum Cível foi transformado, definitivamente, em Anexo Administrativo do Palácio da Justiça. Mas uma simples visita ao prédio era motivo para se pensar, seriamente, em trabalhos de reforma, recuperação, ampliação, remodelação e modernização de uma obra que já contava com quase três décadas de funcionamento.

Assim é que o desembargador Pádua convocou os coordenadores de Arquitetura e de Engenharia do TJ-PB, respectivamente os Drs. Antônio Cláudio Ximenes Massa e o Dr. Ricardo Alexandre de Oliveira Lima, entre outros setores, a fim de que urgenciassem os estudos necessários nesse sentido. Todos os setores do TJ-PB colaboraram, cada qual com sua missão específica, para que essas obras obtivessem êxito — em particular as duas Coordenadorias citadas (que cuidaram também da execução, acompanhamento e fiscalização das obras), mais a Secretaria-Geral, a Secretaria da Presidência, a Secretaria Administrativa, a Coordenadoria de Serviços Gerais e, como não poderia deixar de ser, a Secretaria de Tecnologia da Informação, responsável por toda a infra-estrutura de computação, periféricos, redes e outros equipamentos.

Mas se registrou também a participação dos servidores do Poder Judiciário, além de técnicos, engenheiros, arquitetos, assessores, auxiliares e anônimos operários, como os pedreiros, mestres-de-obras, marceneiros, serventes *et alii*.

Em 15 de outubro de 2008, dentro das comemorações pelo transcurso dos 117 anos de instalação oficial do Tribunal de Justiça paraibano, o desembargador-presidente Antônio de Pádua Lima Montenegro — na presença do Ministro Antonio Herman de Vasconcelos Benjamin, do STF, e de outras autoridades — inaugura as obras de reforma, restauração, ampliação, remodelação e modernização do Anexo Administrativo



Segundo pavimento do Anexo Administrativo do Palácio da Justiça

"Desembargador Archimedes Souto Maior Filho", do Palácio da Justiça. Ante a construção, nos últimos anos, de dois novos Fóruns, localizados numa artéria relativamente próxima da sede do Poder Judiciário, a Avenida João Machado (o Fórum Cível "Desembargador Mário Moacy Porto" e o Fórum Criminal "Ministro Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo"), o prédio do antigo Fórum Cível da Comarca da Capital foi definitivamente transformado em Anexo Administrativo do Palácio da Justiça, com a finalidade de abrigar alguns de seus serviços.

Agora, com a total reforma do Anexo, promovida pela Gestão do desembargador-presidente Antônio de Pádua, preservando sua beleza arquitetônica, passam a funcionar nesse mesmo Anexo todos os serviços administrativos anteriormente instalados no Palácio da Justiça — o qual ficará abrigando exclusivamente o Tribunal Pleno, o Conselho da Magistratura, as Câmaras Cíveis e Criminal e, naturalmente, o Salão Nobre "Ministro Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo", o Museu e Cripta de Epitácio Pessoa e outros setores. O Anexo ganhou novos ambientes, inclusive no pátio que o separava da sede do Judiciário.

Fóruns no Interior

Revelou igualmente o magistrado que, "as equipes de Arquitetura e de Engenharia haviam acabado de regressar do Comarca de Cuité, onde o Tribunal está reformando inteiramente os prédios do Fórum local e do Depósito Judiciário. O mesmo ocorre em Mangabeira e em Bayeux, onde estão sendo construídas novas sedes de Fóruns; em Pilões, em Pedras de Fogo e nas novas Comarcas de Aroeiras, Igaracy e Cubati, Malta...".

— Citei estes poucos exemplos para ressaltar que, embora o interesse maior da atual Administração tenha sido prestigiar os recursos humanos, há por vezes necessidade imperiosa de construir da mesma forma as obras de pedra e cal, com o intuito único de atender às prementes e inadiáveis necessidades que assegurem o bom funcionamento da Justiça — sublinhou o orador, acrescentando: **"**Estas e outras ações do Presidência não teriam sido possíveis sem a direta e imprescindível participação dos magistrados de ambas as instâncias [Primeiro e Segundo Graus de Jurisdição] e dos servidores do Judiciário. Agradeço, reiteradamente, a todos eles [...] Sem exceção, todos os setores da máquina administrativa do Tribunal se empenharam para o êxito de nossos empreendimentos. E, no caso das reformas operadas no Anexo Administrativo, também me congratulo e agradeço, por um dever de Justiça, aos dirigentes do empresa que conduziu e realizou os trabalhos de reforma e restauração. Da mesma forma, agradeço aos anônimos e talentosos artistas que trabalharam nesta obra, os mestres-de-



Terceiro pavimento do Anexo Administrativo



Quarto pavimento do Anexo Administrativo

obras, os pedreiros, os marceneiros, os operários simples que nos ajudaram a reconstruir o Anexo".

O chefe do Poder Judiciário iniciou dizendo: "Em meados deste ano, os funcionários das diversas Secretarias, Coordenações e Diretorias da Secretaria do Tribunal de Justiça foram compelidos a se dispersarem pelos edifícios dos Fóruns 'Ministro Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello' e 'Mario Moacyr Porto'. Foram alguns meses de exílio que pareceram intermináveis, a fim de que se pudesse implementar as obras de restauração e modernização de todas as dependências deste portentoso Edifício, a partir de agora transformado em Anexo Administrativo do Palácio da Justiça".

De fato, durante os trabalhos de reforma e modernização do Anexo, "Secretarias, Coordenadorias e outros setores foram obrigados a buscar refúgio em paragens diversas. Parte do Gabinete Presidencial teve de ser desmontado. Contudo, em todos os casos, e em todos os momentos desta passageira diáspora, jamais arrefeceu o espírito de equipe, de companheirismo, de integração, de harmonia, de abnegação, de lealdade ao Presidente, por parte dos servidores integrantes da Gestão do Poder Judiciário, que tenho a honra de presidir neste biênio que já caminha para o seu ocaso".



Quinto pavimento do Anexo

"Não deixei de atender às reivindicações dos jurisdicionados por novos espaços, muitos dos quais já foram entregues às comunidades. Agora mesmo, as equipes de Arquitetura e de Engenharia acabam de regressar do Comarca de Cuité onde o Tribunal está reformando inteiramente os prédios do Fórum local e do Depósito Judiciário. O mesmo ocorre em Mangabeira e em Bayeux, onde estão sendo construídas novas sedes de Fóruns; em Pilões, em Pedras de Fogo e nas novas Comarcas de Aroeiras, Igaracy e Cubati, Malta..."

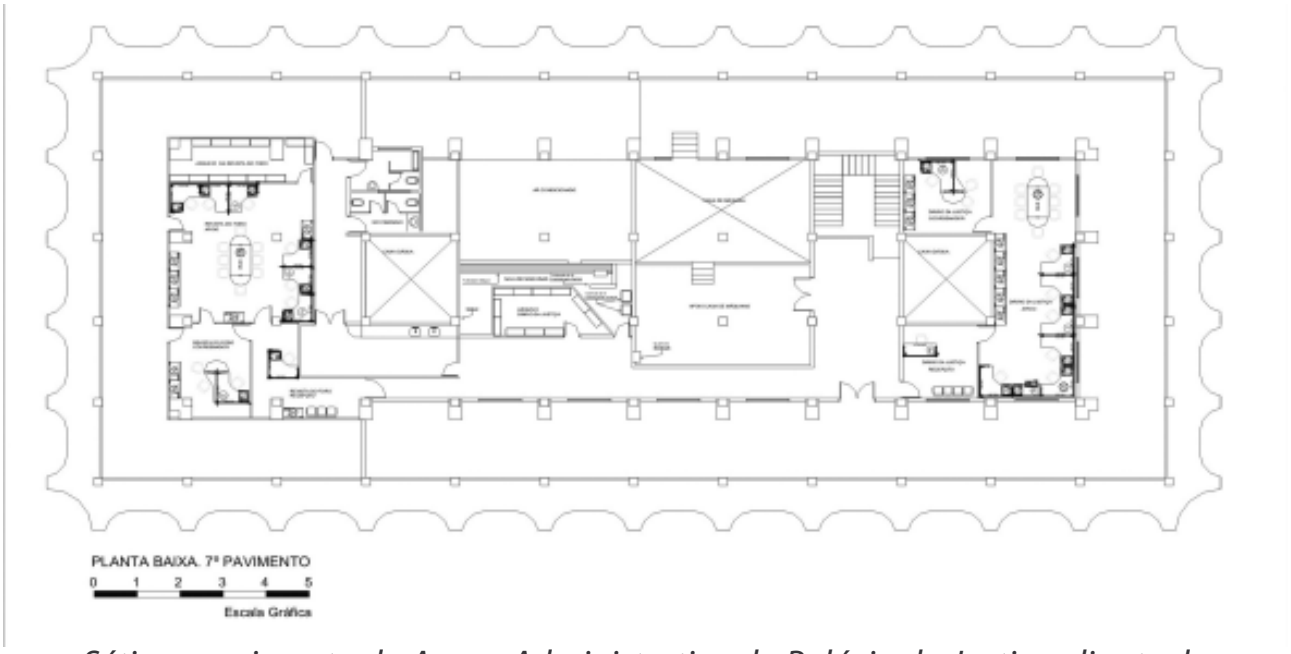
— Em todos nós, do Presidente, do Secretário-Geral ao mais modesto servidor, persistiu sempre a íntima convicção de que o advento de tempos novos e melhores estavam para chegar. Todos estávamos vivendo a expectativa de ingressar num estágio mais avançado da história funcional e arquitetônica do Anexo Administrativo que, na realidade, teve de passar, internamente, por profundas alterações, a fim de que se pudessem processar os mais diversos trabalhos de reforma, melhoramento, restauração, remodelação e modernização de todos os seus pavimentos e dependências.

Quem visitar agora este edifício, não poderá imaginar os complicados detalhes e dificuldades que tiveram que ser superados para que, afinal, se conseguisse o melhor em termos de Engenharia, de Arquitetura, de Técnica, de Tecnologia, de avanços nos métodos de construção e reconstrução. Praticamente tudo teve de ser modificado, da planta baixa à pintura, das centrais de ar condicionado às tubulações hidráulicas, do cabeamento às redes de informatização...".

E finalizou o desembargador-presidente: "Hoje terminou, enfim, o 'exílio de Babilônia'. Todos estão voltando para casa, a nossa Jerusalém, cantando, jubilosos, como o Povo Hebreu depois de setenta anos de exílio em terra estranha, entoando o Salmo 121, '*Que alegria quando ouvi que me disseram: Vamos à Casa do Senhor! Agora, nossos pés já se detêm em tuas portas, Jerusalém!*'. Podemos ainda rezar com eles*: 'Rogai que viva em paz Jerusalém e em segurança os que te amam/ Que a paz habite dentro de teus muros, tranqüilidade em teus palácios!'.* Estamos novamente agrupados para habitar em definitivo esta casa renovada, que, tendo sido ao longo de onze anos o Fórum da Capital, mantém sua antiga denominação, numa justa homenagem a um eminente Desembargador do passado, Archimedes Souto Maior, Presidente do nosso Tribunal, em 1939, quando a Justiça paraibana, através do Interventor Argemiro de Figueiredo, obteve um Palácio magnífico para sediar o Poder Judiciário do Estado."



Sexto pavimento do Anexo



Sétimo pavimento do Anexo Administrativo do Palácio da Justiça, diante do Pavilhão do Chá (Praça Venâncio Neiva), no Centro da Capital paraibana



O prédio do Anexo Administrativo



Fachada interna sul do Palácio da Justiça, reformado e revitalizado, de acordo com projeto já concluído pelo arquiteto Gilberto Guedes, com a colaboração das Coordenadorias de Arquitetura e de Engenharia do TJ-PB



Detalhes da recuperação proposta para a fachada sul



CONCLUÍDO PROJETO DE RECUPERAÇÃO & REVITALIZAÇÃO DO PALÁCIO DA JUSTIÇA

A Mesa Diretora do Biênio 2007-2009 já deixa finalizado o projeto de reforma e revitalização do Palácio da Justiça, elaborado — em estreita colaboração com as Coordenadorias de Arquitetura e de Engenharia do TJ-PB — pelo escritório do renomado arquiteto Gilberto de Almeida Ferreira Guedes.

Durante todo o ano de 2008, com o conhecimento do Tribunal Pleno, efetivaram-se estudos visando à recuperação do imóvel histórico, sede do Poder Judiciário estadual, que, inicialmente, serviria como prédio da Escola Normal. O Projeto de Revitalização da Sede Histórica do TJ-PB já foi aprovado por unanimidade pelo Conselho de Proteção dos Bens Culturais do IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba), através da Deliberação 0041/2008, apreciada durante a sessão de número 1070, de 13/08/2008.

Com base nisto, o arquiteto apresentou uma Memória Descritiva e o Projeto Legal Arquitetônico da intervenção a ser feita no majestoso prédio do Palácio da Justiça, levando em conta ainda o Programa de Necessidades estabelecido conjuntamente com o TJ-PB. O trabalho foi desenvolvido a partir de levantamento histórico, arquitetônico, fotográfico e topográfico do imóvel, formando detalhado painel de informações que serviram de base para o diagnóstico e proposições do projeto.

Características do Projeto

Algumas características adicionais constantes do bem elaborado e minucioso Projeto: intervenções no pavimento semi-enterrado, no pavimento térreo, no primeiro e no segundo pavimentos; a área total da intervenção de Engenharia e Arquitetura deverá ser de 8.469,36 m2, envolvendo 21 Gabinetes de Desembargadores, nova Capela (melhor dimensionada); Gabinete Institucional da Presidência (com Secretaria, Recepção etc); nova



Praça interna, no nível do pavimento térreo



Planta baixa do pavimento térreo



Núcleo central de articulação com a ala de ampliação



Planta baixa do primeiro pavimento

Recepção e Controle; Biblioteca, Arquivo e Sala de Multimídia; permanência do Memorial "Epitácio Pessoa"; inserção do Memorial da História do TJ-PB;AEMP; 40 vagas nos estacionamentos semi-enterrado e externo; elevadores com máquinas instaladas no próprio poço; grandes *halls* de distribuição, espaços para exposições e apoio a eventos culturais; abastecimento d'água por sistema pressurizado; praça interna, com dois níveis diferenciados, abrigando, sob sua laje de piso, um pavimento semi-enterrado, com toda a infra-estrutura de apoio técnico e logístico, incluindo Estacionamento, Alojamento Militar, Coordenadoria de Transportes, Subestação, Gerador e Depósito; localização, na porção central do térreo, do núcleo de circulações verticais da edificação, integrado a galerias de distribuição que se comunicam com o Anexo Administrativo do Palácio da Justiça, o edifício histórico e as alas reestruturadas; cafeteria, junto ao núcleo central, com jardins e pequena praça anexa, integrada a um Auditório de 91 lugares e às dependências da AEMP, caracterizando uma ala à esquerda e formando importante zona de contato e socialização da Paço da Justiça; um apoio de serviço em cada andar; e circulação vertical de área edificada em forma de U, no pátio interno, em torno do edifício histórico.

O objetivo do Projeto de Revitalização da Sede Histórica do Tribunal de Justiça é o resgate deste importante exemplar da arquitetura do ecletismo na Paraíba, com o uso adequado de seus espaços, livres de interferências e agressões, para o melhor aproveitamento do grande potencial que este edifício apresenta para a cidade, o entorno e seus usuários. O Palácio da Justiça, que sedia o TJ-PB, tem localização privilegiada no Centro Histórico de João Pessoa, na chamada Cidade Alta, formando com as Praças João Pessoa, Venâncio Neiva e o vizinho Palácio do Governo, uma das mais importantes ambiências e conjuntos arquitetônicos edificados na primeira metade do século XX.

Manter a Feição Original

Através dos tempos, a sede histórica, construída entre 1917 e 1919, veio sofrendo intervenções, em três grandes ampliações sucessivas, com obras de Engenharia que descaracterizaram o projeto original.

O atual projeto, assim, tem igualmente em vista manter as características essenciais do Palácio da Justiça. De acordo com análises e informações levantadas conjuntamente pela Coordenadoria de Arquitetura do TJ-PB e a Comissão de Revitalização do Palácio da Justiça, foi definido o seguinte Programa de Intervenções para o desenvolvimento do Projeto: Recuperação de Espaços Internos; Restauração e Recuperação de Elementos Arquitetônicos e Fachadas; Adequação e Melhorias nas Áreas Funcionais; Projetos Complementares (estrutura propriamente dita, partes elétrica, hidrossanitária, telefonia, CFTV, lógico, incêndio, subestação abrigada, projeto luminotécnico para as fachadas etc); Prospecções para subsidiar decisões do projeto; Informação & Documentação (levantamento histórico e arquitetônico com pesquisa em torno das transformações ocorridas ao longo da existência do prédio; mapa de danos; identificação de problemas funcionais, de instalações complementares e descaracterizações, que deverão ser sanadas); Levantamento fotográfico e documental de todas as etapas da obra.

Patrimônio

Como explica o Dr. João da Cunha Lima Neto, Coordenador de Patrimônio do TJ-PB, a Coordenadoria do Patrimônio foi criada em outubro de 1999 e conta atualmente com 10 funcionários. São eles que regularizam o cadastro patrimonial do Poder Judiciário da Paraíba, alem de executarem tarefas pertinentes ao controle de patrimônio, tais como:

• Tombamento e cadastramento do bens adquiridos pelo Tribunal, com recursos do Fundo Especial do Poder Judiciário, Tesouro do Estado ou através de doações e convênios;

• Registro, em livro próprio, dos bens móveis que, por suas caracteristicas, não podem receber plaqueta de tombamento, com comunicação e emissão de Termo de Responsabilidade ao responsável;

• Emissão de Guias de Transferência e Termos de Responsabilidade dos bens distribuíbos pelo Almoxarifado às diversas Comarcas e setores do Tribunal;

• Levantamento dos bens inservíveis e conseqüente recolhimento ao depósito do TJ-PB, para o fim de Leilão;

• Informações em processos;

• Remanejamento dos bens (em bom estado de conservação), utilizados pelos diversos Setores, Coordenadorias e Secretarias e pelas Comarcas do Interior do Estado;

"Patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações avaliados em moeda, e pertencentes a uma pessoa física ou jurídica"

• Inventário patrimonial;

• Comunicação mensal, à Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, da ocorrência de baixas e/ou incorporaçôes de bens com recursos do Fundo Especial do Poder Judiciário;

• Informação, à Contadorias do Estado, dos bens (móveis ou imóveis) adquiridos por doação;

• Leilão de bens móveis inservíveis, recolhidos no depósito de Tribunal;

• Adoção de providências junto aos Cartórios de Registro, para regularização do bens imóveis adquiridos no biênio.

De acordo com o Registro, existem atualmente, no Sistema Patrimonial, 65 mil 453 bens móveis e 199 imóveis cadastrados.

No biênio 2007/2008, foram emitidas 6 mil 943 Guias de Transferência de bens móveis, através do sistema informatizado, além de mais 26 guias manuais.

E, atualmente, a Coordenadoria do Patrimônio do TJ-PB está realizando o inventário patrimonial dos bens móveis em todas as comarcas do Estado.

Secretaria de Recursos Humanos

A Secretaria de Recursos Humanos é um órgão da estrutura administrativa do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, criado pela Lei nº 8.223, de 16 de maio de 2007 (portanto, já na Administração do desembargador Antônio de Pádua). Tem a SRH, como principal finalidade, promover, coordenar e controlar a execução das políticas de desenvolvimento e de qualificação dos Recursos Humanos.

No Biênio 2007-2009, estiveram à frente desta área o secretário de Recursos Humanos José Antônio Coelho Cavalcanti e a assessora técnica Vanessa Maria Cunha Lima Sabino Braga. Vincularam-se diretamente à SRH seis Coordenadorias:

- Coordenadoria da Infância e da Juventude;
- Coordenadoria de Assistência Médica e Social;
- Coordenadoria de Controle de Qualidade;
- Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos e Programas Especiais;
- Coordenadoria de Recursos Humanos; e a
- Coordenadoria das Serventias Judiciais.

Desde o início de sua existência, a Secretaria de Recursos Humanos traçou uma orientação estratégica para se alinhar aos objetivos e desafios da atual gestão administrativa, buscando promover uma nova consciência sobre gestão de pessoas, na perspectiva do processo de revitalização do Poder Judiciário.

"Apesar da preocupação maior com aspectos humanos da Administração, também foi necessário construir obras físicas indispensáveis [...] *Jamais teve a obsessão de construir muitas obras de pedra e cal, edifícios faraônicos, 'elefantes-brancos' ou suntuosos espaços de duvidosa eficácia. Nunca pensei em construir 'pirâmides'para perpetuar meu nome através do tempo. Muito pelo contrário. Elegi como prioridade a valorização do Homem, nos aspectos humanos da Gestão, no aperfeiçoamento pessoal, intelectual e funcional dos servidores e dos magistrados, como bem e eloqüentemente o demonstram os inúmeros cursos promovidos pela Secretaria de Recursos Humanos e pela Escola Superior da Magistratura, entre outros setores".*

Nesse contexto, a Secretaria tem promovido a integração das Coordenadorias que, em encontros mensais, planejam suas metas e avaliam os resultados das atividades executadas.

Assim, conforme dados apresentados pelos Coordenadores, as páginas seguintes deste Relatório Geral apresentam as realizações do atual Biênio em todas as citadas e distintas áreas que compõem a SRH.













Nesta e na próxima página, flagrantes de aulas, treinamentos e cursos promovidos pelos setores ligados aos Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado, durante o Biênio 2007-2009. Foram cursos envolvendo temas os mais diversos a exemplo de Capacitação Motivacional e de Atos de Ofício para os técnicos judiciários em Execução de Mandados, de ACLS (Suporte Básico Avançado de Vida), Curso de Adiantamento e Suprimentos de Fundo (em Campina Grande), Curso de Atualização em Processo Civil, Curso de Avaliação Mercadológica, Seminário de Gestão Documental.











Infância & Juventude

A Coordenadoria da Infância e da Juventude (COINJU), órgão de atuação programática vinculado à Secretaria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça da Paraíba, tem as seguintes competências:

• promover a articulação do Sistema de Justiça da Infância e da Juventude, com os Poderes Públicos e a Sociedade Civil organizada, no desenvolvimento de ações integradas visando à implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

• elaborar e desenvolver programas e projetos;

• assessorar tecnicamente os Juizados da Infância e da Juventude;

• colaborar com os Conselhos de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente;

• realizar estudos e pesquisas sobre a situação da criança e do adolescente;

• mobilizar os atores envolvidos com a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Unidades Vinculadas

• Centro de Atividades Ocupacionais "Desembargador Mário de Moura Rezende" (CAO): Um Centro de ressocialização de adolescentes, de ambos os sexos, em conflito com a Lei e que cumprem medida sócio-educativa não privativa de liberdade, pela prática de infração. Os adolescentes atendidos em 2007 foram 97, crescendo este número para 81 em 2008.

• Centro Terapêutico do Adolescente "Desembargador Raphael Carneiro Arnaud" (CETA: Unidade de tratamento de desintoxicação de adolescentes, do sexo masculino, com passagem pelo Juizado da Infância e da Juventude, em conseqüência do uso de drogas. Os adolescentes atendidos em 2007 somaram 5, ao passo que, em 2008, eles foram 31.

Principais Ações em 2007-2009

As principais ações desenvolvidas no Biênio 2007-2009 pela COINJU centraram-se na execução das seguintes projetos, campanhas e programas:

• Recuperação e reordenamento do CETA.

• Elaboração e execução do Projeto "Pelo Direito de Ler", por intermédio da implementação de três Salas de Leitura: Ariano Suassuna (no CETA); José Américo de Almeida (no CAO) e Monteiro Lobato (na Creche Maria da Luz), com um acervo literário de 1 mil 128 livros, doados pelos servidores do Tribunal de Justiça.

• Apresentação de Proposta de Instalação de um Berçário no Presídio Feminino de Mangabeira, às Secretarias de Estado de Administração Penitenciária e de Desenvolvimento Humano.

• Promoção de Ciclo de Palestras para Profissionais da Área da Infância e Juventude do Poder Judiciário, num total de cinco Encontros.

• Proposta de alteração do Regimento Interno e elaboração do Regulamento Interno do CETA.

• Proposta de alteração da Resolução nº. 19/2001 que trata da admissão e função dos Comissários de Proteção à Infância e Juventude.

• Capacitação dos Comissários da Infância e Juventude e Policiais Militares que atuam no Terminal Rodoviário de João Pessoa e da Equipe de Pessoal do CETA.

• Elaboração de Projeto de Campanha de Incentivo à Adoção de Crianças e Adolescentes.

• Elaboração de Projeto de Mudança Organizacional da 1ª. Vara da Infância e da Juventude da Capital.

Estudos & Pesquisas

Além disto, a Coordenadoria da Infância e da Juventude realizou estudos e pesquisas sobre a situação da Criança e do Adolescente no Estado, como as seguintes:

• Pesquisa sobre os principais programas, ações e serviços públicos oferecidos à criança e ao adolescente no Estado da Paraíba, no ano de 2007;

• Publicação do Guia de Serviços Públicos para a Infância e Juventude na Paraíba (2007);

• Levantamento, em todas as Comarcas, das Equipes Interprofissionais que prestam assessoria às Varas de Família, Infância e Juventude, atendendo à Recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

• Realização de Pesquisa junto à Rede Hospitalar e ao Departamento de Medicina Legal de João Pes-

soa, sobre os registros mensais de violência contra crianças e adolescentes.

Projetos & Serviços

A COINJU deu seu apoio a vários Projetos e Serviços dirigidos a crianças e adolescentes, a exemplo de:

• Apoio à Escola do Juizado de Menores de Cabedelo.

• Apoio ao Projeto de implementação de Brinquedoteca no Hospital de Emergência e Trauma.

• Promoção de Palestra sobre o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, com a pedagoga Beatriz Guimarães, da Prefeitura de Olinda (PE), para diversas entidades de atendimento a crianças/adolescentes.

• Apoio à realização de Encontros e Seminários na área da infância e juventude, em parceria com diversos órgãos governamentais e não governamentais.

• Participação na Comissão de Assessoria do Projeto Político Pedagógico do Programa de Acolhimento Institucional (Abrigos) de Crianças e Adolescentes de João Pessoa.

Governo & Sociedade

A COINJU articulou-se com os Poderes Públicos e a Sociedade Civil Organizada, para concretizar realizações como:

Representação do Tribunal de Justiça em Fóruns, Comitês, Comissões e Grupos de Trabalho que discutem as políticas de assistência a crianças e adolescentes.

Articulação com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para renovação de Convênio referente à cessão de passes legais (passagens de ônibus) aos adolescentes atendidos no CAO. O Convênio foi renovado em 02/05/08.

Articulação com a Prefeitura de João Pessoa e Secretaria de Estado da Educação e Cultura para a apresentação de proposta de Convênio de Mútua Cooperação com o TJ, com o objetivo de disponibilizar servidores para o CETA. Em 17/06/08 foi assinado Convênio com a Secretaria de Estado de Educação que cedeu quatro professores.

Articulação com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano para assinatura de Convênio de Mútua Cooperação com o TJ, referente à manutenção física da Creche Maria da Luz, parceria firmada em 11/09/07.

Eventos na Área

Esta Coordenadoria participou de diversos eventos que tinham como objeto principal de interesse a Infância e a Juventude. Por exemplo, nos anos de 2007 e 2008, a COINJU representou o Tribunal de Justiça em seis Encontros, nove Seminários; duas inaugurações de Creche; quatro Palestras; uma Conferência; duas Feiras; e de diversas Reuniões com entidades governamentais e não governamentais da área da Infância e da Juventude, além de participar de dois Cursos promovidos pelo TJ-PB. Neste particular, destacam-se, entre outros atos e solenidades:

• I Encontro de Juízes e Promotores da Infância e Juventude da Paraíba.

• Curso de Gestão TJ/PB - Perspectivas de Futuro.

• VI Conferência Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

• I Seminário Regional – ABMP Nordeste -2007, em Natal/RN.

• Seminário Estadual:"Bullying não é brincadeira."

• Curso de Comunicação e Liderança em Programação Neuro Lingüística.

• XIII Encontro Nacional de Apoio à Adoção - ENAPA, em Recife/PE.

• Seminário Regional de Justiça Juvenil.

• II Encontro do Sistema de Garantia de Direitos de João Pessoa.

• Coordenação da Solenidade de Lançamento do Cadastro Nacional de Adoção na Paraíba.

Outras Atividades de 2007-2009

Acompanhamento das atividades desenvolvidas no CAO e no CETA.

• Participação, através de Ato da Presidência do TJ (nº 68/07),da Comissão constituída para supervisionar e impulsionar atividades relacionadas à execução de obras de responsabilidade da Coordenadoria de Engenharia.

• Entrevistas concedidas ao Programa de Rádio Justiça Cidadã, sobre a publicação do Guia de Serviços Públicos para a Infância e Juventude na Paraíba (2007) e os serviços prestados pelo CAO.

• Entrevista publicada na revista *A Semana*, sobre o *Guia de Serviços Públicos para a Infância e Juventude na Paraíba (2007)*.

Controle de Qualidade

Sob a Administração do desembargador-presidente Antônio de Pádua Lima Montenegro, a Coordenadoria de Qualidade da Secretaria de Recursos Humanos iniciou suas atividades a partir do mês de julho de 2007. E, no Biênio, suas realizações podem assim ser resumidas:

2007
Julho: Capacitação de Secretários e Coordenadores, por intermédio do Curso denominado
" TJ-PB - Perspectiva de Futuro"

Setembro: Projeto de Qualidade de Vida dos Servidores, sob o tema Obesidade

Outubro: Projeto de Qualidade de Vida dos Servidores, ainda sob o tema Obesidade

Novembro: Projeto de Segurança no Trabalho, sob o tema Prevenção a Incêndios

Dezembro: Projeto de Segurança no Trabalho, ainda sob o tema Prevenção a Incêndios.

2008
Fevereiro: Desenvolvimento do Mapa de Comarcas do Estado da Paraíba

Março: Ainda o desenvolvimento do Mapa de Comarcas do Estado da Paraíba

Abril: Projeto de Padronização de Procedimentos e Reforma das Instalações dos Setores Administrativos do Fórum da Comarca de Guarabira

Maio: Projeto de Padronização de Procedimentos e Reforma das Instalações dos Setores Administrativos do Fórum da Comarca de Guarabira

Junho: Projeto de Padronização de Procedimentos e Reforma das Instalações dos Setores Administrativos do Fórum da Comarca de Guarabira

Julho: Projeto de Padronização de Procedimentos e Reforma das Instalações dos Setores Administrativos do Fórum da Comarca de Sapé

Agosto: Projeto de Padronização de Procedimentos e Reforma das Instalações dos Setores Administrativos do Fórum da Comarca de Sapé.

Serventias Judiciais

A Coordenadoria das Serventias Judiciais e Extrajudiciais é um órgão de atuação administrativa do Tribunal de Justiça, vinculado à Secretaria de Recursos Humanos e tem como incumbência o controle geral e fiscalização da situação funcional dos servidores do Poder Judiciário da Paraíba, bem como viabilizar a sua movimentação entre Comarcas. A coordenadora deste setor foi a Dra. Georgiana Fernandes de Carvalho Pereira Gomes, tendo as seguintes pessoas, entre outras, em sua equipe: Denise Neves Aragão Seixas, Isabel de Lourdes Paiva Fabrício, José Pinheiro dos Santos, Maria de Fátima de Pontes Gomes e Vanilda Maria de Melo Silva Lima.

A esta Coordenadoria competem:

I - O controle diário da movimentação dos servidores lotados em todos os ofícios em cada Comarca do Estado, com os devidos registros em Quadro Demonstrativo Geral das Serventias Judiciais;

II - A elaboração e a publicação de Editais de Remoção por merecimento e/ou antiguidade;

III - O preparo e a publicação das Portarias para os Editais em que se registre pedido de remoção de servidor;

IV - A instrução dos processos de pedidos de servidores ou de magistrados, a fim de que sejam eles, os servidores, designados para prestarem serviços, bem como o preparo e publicação da respectiva Portaria de designação;

V - A pesquisa e a coleta de subsídios para instrução de Processos Administrativos que versem sobre direitos reclamados por servidores;

VI - O atendimento pessoal a magistrados, servidores e demais interessados sobre assuntos atinentes às Serventias Judiciais e Extrajudiciais, inclusive consultas sobre os Concursos;

VII- Preparo de levantamento contendo o Quadro Demonstrativo das Serventias Extrajudiciais em todo o Estado, com sua devida atualização mensal;

VIII- Outras atribuições e tarefas cometidas pela Administração Superior.

Atividades Desenvolvidas em 2007

Uma vez que a atual Coordenadora só assumiu suas funções junto à COSEJU em julho de 2007, as atividades são aqui citadas apenas a partir do mês de agosto desse ano.

Quanto às citadas atividades repetitivas, realizadas todos os meses, é preciso ressaltar que, de agosto a dezembro de 2007, os trabalhos abaixo descritos efetivaram-se de maneira contínua:

- Atualização dos dados do Quadro Demonstrativo das Serventias Judiciais em todo o Estado.
- Publicação de Editais de Remoção para as Comarcas de 1ª, 2ª e 3ª Entrâncias do Estado onde havia vagas para esse tipo de preenchimento nos cargos de Analista Judiciário, Técnico Judiciário e Oficial de Justiça, num total de 192 Editais de Remoção (110 Editais de Remoção na 1ª Entrância, 64 Editais de Remoção na 2ª Entrância e 18 Editais de Remoção na 3ª Entrância).
- Preparo e publicação das Portarias de Remoção de servidores e Portarias de designação de funcionários para a prestação de serviço, num total de 324 Portarias.
- Preparo e envio de Ofícios aos Juízes de Direito de todas as Comarcas para as quais houve publicação de Editais de Remoção, comunicando-lhes da existência ou não de requerentes.
- Tramitação, na COSEJU, de 336 Processos Administrativos, todos com prestação de informações.

Ainda Outras Atividades

- Levantamento detalhado dos servidores de todas as Comarcas do Estado que se en-

contravam fora de suas funções, especificando-se onde são lotados e onde efetivamente estão prestando serviços.

• Preparo de tabela especificando detalhadamente a situação funcional de cada um dos Ofícios Cíveis e Criminais da Capital.

• Remanejamento dos servidores devolvidos pelo TRE-PB, lotando-os nos cartórios mais carentes de pessoal, na Comarca da Capital.

• Levantamento de todas as vagas no cargo de Oficial de Justiça surgidas em decorrência de pedido de vacância; o levantamento foi remetido à Administração Superior do TJ-PB, solicitando-se autorização para se proceder à nomeação dos candidatos remanescentes do último concurso, que expiraria no dia 19 de dezembro de 2007. Foi recebida a autorização para se proceder à nomeação dos candidatos remanescentes do IV Concurso para Oficial de Justiça (o último realizado), de forma que, até 19/12/07, foram efetuadas três nomeações para a 1ª Entrância, quatro para a 2ª Entrância e 13 nomeações para a 3ª Entrância, num total de 20 novas nomeações.

• Participação no Curso sobre a Gestão no TJ-PB e suas Perspectivas de Futuro, ministrado pela professora Nilda Leone, de 9 a 12 de novembro.

Atividades Desenvolvidas em 2008

De janeiro a dezembro de 2008, as atividades abaixo descritas foram realizadas continuadamente:

• Atualização dos dados do Quadro Demonstrativo das Serventias Judiciais em todo o Estado.

• Publicação de Editais de Remoção para as Comarcas de 1ª, 2ª e 3ª Entrâncias do Estado onde havia vagas para esse tipo de preenchimento nos cargos de Analista Judiciário, Técnico Judiciário e Oficial de Justiça. TOTAL: 225 Editais de Remoção.

• Preparo e publicação das Portarias de remoção de servidores e Portarias de designação de servidor para prestação de serviço, num total de 286 Portarias.

• Preparo e envio de Ofícios aos Juízes de todas as Comarcas para as quais houve publicação de Editais de Remoção, comunicando-lhes a existência ou não de requerentes.

• Tramitação na COSEJU de 794 Processos Administrativos, todos com prestação de informações.

Outras Atividades

• Atualização da Relação dos Servidores das Serventias Judiciais que estão atualmente fora de função.

• O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração alterou o regime anterior de movimentação dos servidores, pelo que se fez necessária a regulamentação da matéria via Resolução do Tribunal Pleno do TJ-PB. Tal regulamentação foi solicitada pela Coordenadoria, a fim de que pudesse dar continuidade à atribuição de publicação de Editais. Logo após publicada a Resolução nº. 05/2008, do Tribunal Pleno, tal atividade foi retomada.

• Solicitação, junto à STI (Secretaria de Tecnologia e Informação), de desenvolvimento e instalação de programa de Informática que facilite a procura de dados pessoais e situação funcional dos servidores tanto das Serventias Judiciais como das Serventias Extrajudiciais, os quais se encontram armazenados nos nossos computadores. O Programa de Recursos Humanos (cadastros dos servidores das Serventias Judiciais e Secretaria-Geral do TJPB) implantado encontra-se em pleno funcionamento.

• Compilação de todo o material e dados das Serventias Extrajudiciais, fazendo-se o traslado do acervo que hoje se encontra na COREHU e solicitando-se cópia do dados a respeito existentes na Corregedoria Geral de Justiça.

• Participação no Curso de Comunicação e Liderança em Programação Neurolingüística, ministrado pelo professor Édio José Kessler, de 17 a 18 de abril, na ESMA.

• Participação no II Fórum de Gestão de Competências no Poder Judiciário no STJ, em Brasília (DF), em 16 e 17 de junho de 2008, em parceria com a Coordenadoria de Controle de Qualidade.

• Participação no 18º. Encontro Paraibano de Recursos Humanos (ENPARH), promovido pela ABRH-PB (Associação Brasileira de Recursos Humanos, Secção da Paraíba). O Encontro ocorreu no Hotel Tambaú, em 12 e 13 de junho de 2008.

• Participação no Treinamento sobre Tomada de Decisão na Administração Estratégica, ministrado pelo Professor Fernando A. Serra, de 03 a 06 de novembro na ESMA.

• Início do cadastramento dos dados das Serventias Extrajudiciais no programa desenvolvido, por solicitação da COSEJU, pela Coordenadoria de Processamento de Dados, para facilitar a procura das informações acerca dos 500 Cartórios Extrajudiciais do Estado. Para tanto, as servidoras da COSEJU passaram a prestar expediente extraordinário nas sextas à tarde e nos sábados pela manhã até que se finalize o cadastramento.

• Envio à Comissão do Concurso Público recém-realizado pelo TJ-PB, com a exata quantificação das vagas existentes no Quadro das Serventias Judiciais no nosso Estado.

• Preparo de Relatório Setorial para a Secretaria de Recursos Humanos, relatando quais as metas efetivamente alcançadas no Biênio 2007/2009.



Assistência Médica & Social

Dirigida no Biênio 2007-2009 pelo médico Ronaldo Nunes Mendonça, a Coordenadoria de Assistência Médica e Social, órgão de atuação vinculado à Secretaria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça da Paraíba, atende às finalidades abaixo elencadas:

• Promover o bem estar dos Magistrados/as, funcionários, através de um serviço permanente de Médicos, Enfermeiras, Nutricionistas, Psicólogas, Assistentes Sociais, dentistas e Fisioterapeutas, funcionando das segundas às sextas-feiras e atendendo ao Tribunal de Justiça, Fóruns Criminal e Cível da Capital, Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) e Fórum "Afonso Campos", em Campina Grande, aptos a oferecer tratamento e orientação nos mais diversos setores de Saúde, visando à higidez plena de todos que compõem o Poder Judiciário paraibano;

• Realizar, junto a outros órgãos governamentais (Secretárias de Saúde do Estado e Município), campanhas preventivas nas mais diversas patologias, campanhas essas anualmente desenvolvidas pelo Ministério da Saúde contra gripe, hepatite, tétano, rubéola, hipertensão arterial e diabetes etc;

• Realizar campanhas junto a instituições carentes de João Pessoa que prestam atendimento aos idosos, fornecendo-lhes orientações, nas diversas áreas da Saúde, para que se lhes dê melhor assistência.

Principais Ações Desenvolvidas nos Anos de 2007 e 2008

• 45 mil 54 atendimentos realizados durante o ano de 2007, nos diversos serviços que compõem a Coordenadoria de Assistência Médica e Social (médico, odontológico, enfermagem, fisioterapia, junta médica etc), nos setores em que se encontram implantados (Tribunal de Justiça, Fórum Cível, Fórum Criminal, CAO e Fórum "Afonso Campos", em Campina Grande);

• 46 mil 559 atendimentos realizados até o mês de novembro de 2008;

• Realização da Campanha de Vacinação (Tríplice Viral) na Capital, Campina Grande, Sousa e Cajazeiras, no mês de março de 2007;

• Realização de Campanha de Prevenção à Gripe no mês de maio de 2007;

• Realização da Campanha de Prevenção a Hipertensão Arterial e Diabetes, de abril a junho de 2007, nos Fóruns da Capital.

• Inauguração do Serviço Médico e Odontológico do novo Fórum Cível da Capital, no mês de julho de 2007;

• Palestra sobre Doação de Sangue e mobilização no Combate à Dengue, no mês de agosto de 2007, em parceria com o Hemocentro e Secretaria de Saúde do Município de João Pessoa;

• Orientação com a Equipe de Fisioterapeutas da Coordenadoria Médica, nos diversos setores do Tribunal de Justiça, na prevenção da LER/DORT, de agosto a dezembro de 2007;

• Implantação do Serviço de Proteção a Radiações Ionizantes (controle de Raios-X), no setor odontológico do TJ-PB, durante o mês de novembro de 2007;

• Inauguração de dois novos Gabinetes Odontológicos, no Serviço Médico do Tribunal, no mês de janeiro de 2008;

• Nova Campanha de Prevenção à Hipertensão Arterial de Diabetes, de maio a julho de 2008;

• Vacinação Preventiva à Gripe no mês de maio de 2008;

• Vacinação Preventiva a Rubéola no mês de agosto de 2008;

• Em parceria com a AEMP (Associação das Esposas de Magistrados e das Magistradas da Paraíba) e com o Hemocentro, desenvolvimento de uma Campanha para arrecadação de sangue em agosto de 2008;

• Curso ministrado pelo cardiologista Alexandre Negri a todos os médicos(as), enfermeiros(as) e auxiliares de enfermagem, sobre emergências cardiovasculares, em outubro de 2008;

• Realização do Curso de ACLS (Suporte Avançado de Vida em Cardiologia), ministrado por professores do INCOR de São Paulo e do Hospital "Agamenon Magalhães", do Recife, em regime intensivo, no mês de outubro de 2008, passando o Tribunal de Justiça da Paraíba a ser o primeiro do País a contar com este tipo de treinamento (atuação de equipe de Saúde em situações emergenciais, a exemplo de casos de parada cardíaca, AVC, parada respiratória etc);

• Contratação de firma para recolhimento de resíduos sólidos nos setores de Saúde do Poder Judiciário, a partir de novembro de 2008, atendendo a exigência da Vigilância Sanitária; e

• Funcionamento do novo Setor Médico, nas dependências do Anexo Administrativo "Desembargador Archimedes Souto Maior", do Palácio da Justiça, a partir do mês de novembro de 2008.



Coordenadoria de Recursos Humanos

Dirigida pelo Dr. Einstein Roosevelt Leite e contando com 24 outros servidores, a Coordenadoria de Recursos Humanos da SRH teve como objetivos, durante o Biênio 2007-2009:

• organizar e manter atualizados todos os assentamentos relativos a direitos e deveres dos servidores e magistrados;

• instruir os requerimentos que digam respeito a direitos e vantagens dos servidores e magistrados;

• expedir certidões de tempo de serviço;

• executar as decisões administrativas relativas à servidores e magistrados;

• executar as atividades referentes à movimentação e ao pagamento de pessoal;

• confeccionar os atos de admissão e dispensa de pessoal;

• realizar a distribuição dos contracheques de pagamento e outras próprias determinadas pela autoridade superior.

Sistemas Implantados

• Sistema de Recursos Humanos, pelo qual o servidor consulta seus dados pessoais e funcionais, contracheque, declaração de rendimentos, podendo inclusive solicitar correções, se for o caso; trata-se de sistema moderno e com acesso através da Web/Internet/Portal Institucional do TJ-PB;

• Sistema de Consignação Online (TJCONSIG), criado através da Resolução nº 21/2007; nele, o servidor, através da Internet, pode simular e/ou solicitar empréstimo consignado em folha de pagamentocom um dos bancos conveniados com o Tribunal de Justiça.



Plano de Cargos & Isonomia Salarial

"Digna de destaque é a implantação da isonomia salarial dos servidores de ambos os graus [...] O servidor do mais longínqua comarca do Estado goza dos mesmos direitos atribuídos ao servidor da Secretaria do Tribunal, que hoje percebem remuneração igual. Agora, podemos dizer que, além de perceber remuneração razoável para a nossa realidade e dentro das possibilidades orçamentárias, dispõem também de ambiente condigno para o melhor desempenho de suas atribuições".

Conforme analisaram técnicos especializados, logo após a sanção da lei estadual que, por solicitação da Presidência do TJ-PB, da Mesa Diretora e do Tribunal Pleno, instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações do Poder Judiciário estadual, o PCCR pela primeira vez acabava com discriminações salariais no âmbito do Tribunal paraibano. Por este motivo, o PCCR do TJ-PB passou a ser citado, inclusive em Tribunais Superiores, como modelo para os Planos congêneres dos demais Tribunais brasileiros.

CESSOU A ODIOSA SEPARAÇÃO ENTRE SERVIDORES

De fato, o Plano de Cargos delineado pelo desembargador-presidente Antônio de Pádua e sua equipe técnica pôs um fim à odiosa separação entre servidores do Quadro do Tribunal de Justiça e o Quadro das Serventias Judiciais. Encerrou, ainda, de uma vez por todas — ao criar um Quadro Único de servidores — a diferenciação salarial existente entre os servidores de Primeira, Segunda e Terceira Entrâncias.

Com tal medida, todos os servidores pertencentes à mesma carreira, independentemente da Comarca em que estejam lotados, receberão vencimentos iguais. Tratou-se, portanto, de medida das mais salutares, dentre as inseridas na proposta do PCCR pelo desembargador Pádua, aceita pelo Tribunal Pleno, aprovada pela Assembléia Legislativa e afinal sancionada pelo Governador do Estado.

PCCR TERMINA DE SER IMPLANTADO EM JANEIRO DE 2009

Um dos efeitos imediatos da aplicação do PCCR: cessou o êxodo de servidores para as Comarcas de 3ª. Entrância, já que passaram a não mais necessitar de sair de suas cidades de origem e do convívio com seus familiares em busca de melhores vencimentos noutras repartições.

A implantação total das últimas etapas do Plano dar-se-á em janeiro de 2009. Mas, desde que passou a vigorar, trouxe, entre muitos outros benefícios aos servidores do Poder Judiciário estadual, as seguintes vantagens:



1) situações que permitirão sua mobilidade na carreira, dando-lhes perspectivas de crescimento profissional e de retribuição financeira;

2) incentivos à qualificação profissional do funcionário, com incidências percentuais que servirão de estimulo para o aperfeiçoamento do servidor; e

3) uma regra de acomodação para os atuais servidores, em respeito àqueles que contam com muitos anos de serviços prestados ao Judiciário



paraibano e que terão esse tempo de serviço considerado. [Os beneficiados de imediato foram os Oficiais de Justiça de Primeira Entrância, inclusive com bom acréscimo salarial];

COM BASE NO MAIS MODERNO

O texto do PCCR se baseou no que existe de mais atual na legislação concernente a Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações de todo o País, sem contudo ignorar as peculiaridades existentes no Judiciário paraibano e as reais disponibilidades orçamentárias do Tribunal de Justiça.

Tudo foi pensado e idealizado em favor dos servidores. Está beneficiando até mesmo aqueles pouquíssimos que se opuseram à sua implantação.



Tecnologia da Informação

Em 28 de dezembro de 2008, o setor de notícias do Portal Institucional do TJ-PB anunciava mais uma conquista do Biênio 2007-2009: A partir de janeiro de 2009, todos os magistrados paraibanos estarão recebendo *notebooks* de última geração. E foi o próprio Secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça da Paraíba, Dr. Emmanuel Coriolano Ramalho, quem deu a informação ao titular da Coordenadoria de Comunicação Social do Judiciário paraibano: cada um dos magistrados paraibanos da ativa vai receber, neste início de 2009, um *notebook* moderno e avançado, para uso em serviço. Trata-se, em verdade, de *notebooks* de última geração e de avançada configuração. Era o resultado de mais uma iniciativa da Presidência do TJ-PB, à frente o desembargador Antônio de Pádua Lima Montenegro, que desta forma dá assim prosseguimento a suas medidas no sentido de modernizar o Poder Judiciário do Estado. De largo alcance, a providência está sendo implementada pela STI/TJ-PB na mais alta Corte de Justiça do Estado. Neste sentido, o vice-presidente do TJ-PB, desembargador Genésio Gomes Pereira Filho, no exercício da Presidência, assinou, no dia 4 de dezembro de 2008, importante Ato, saído no *Diário da Justiça*, homologando o pregão presencial nº. 031/2008. Tal pregão tem por objetivo o registro de preços em favor das empresas HP (Hewlett-Packard Brasil Ltda) e Lenovo Tecnologia Brasil Ltda (ex-divisão ThinkPad da IBM). São estas as duas empresas idôneas que irão fornecer os *notebooks* destinados a desembargadores e juízes de Direito de todo o Estado.



DE INÍCIO, ATÉ 500 EQUIPAMENTOS

Vê-se, deste modo, que a licitação para a compra dos *notebooks* já foi registrada, podendo o TJ-PB adquirir até 500 equipamentos. Mas, na realidade, serão adquiridos, num primeiro momento, apenas 300 *notebooks*, de um total de três lotes diversificados e fornecidos por duas empresas distintas. Isto porque — como explica o coordenador de Suporte e Redes da STI/TJ-PB, o analista de sistemas Fabiano Abrantes Vieira — os primeiros equipamentos serão agora adquiridos à empresa Lenovo/IBM. Trata-se, mais especificamente, de *notebooks* modelo ThinkPad T400, de ultima geração e de configuração avançada, além de garantia de três anos.

TAMBÉM COMPUTADORES DE MESA

De acordo com o que foi publicado no *Diário da Justiça*, a empresa HP (Hewlett-Packard Brasil Ltda) deverá fornecer, quanto ao Item I, a quantia de 1 mil microcomputadores *desktop* (não *notebooks*); e, no Item III, 100 *notebooks* do tipo *tablet*. Já no Item II, a empresa Lenovo Tecnologia Brasil Ltda (antiga IBM) fornecerá 500 *notebooks*. Tudo isto é feito em conformidade com as especificações técnicas e propostas comerciais constantes do processo nº. 243.594-2.

A PARTIR DE JANEIRO

Os novos equipamentos deverão ser entregues aos magistrados no decorrer do mês de janeiro de 2009. Essa entrega será feita, simbolicamente, durante cerimônia a ser dirigida pelo próprio desembargador-presidente Antônio de Pádua Lima Montenegro. Isto ocorrerá na presença dos demais integrantes da Mesa Diretora do TJ-PB, os desembargadores Genésio Gomes Pereira Filho (vice-presidente, ora no exercício da Presidência) e Júlio Paulo Neto (corregedor-geral de Justiça), assim como todos os demais desembargadores integrantes do Tribunal Pleno.

MOBILIDADE DAS INFORMAÇÕES

Esses equipamentos a serem entregues aos magistrados a partir de janeiro do novo ano que se aproxima, pela Presidência do TJ-PB, terão importante papel no que se refere à mobilidade dos magistrados e de seus registros informatizados, no trabalho diário para a Justiça paraibana.

Portando um notebook individual e personalizado, adquirido pelo TJ-PB, todo magistrado do Estado poderá conduzir seu equipamento de mão informatizado, diuturnamente (e, digamos também, ao ser transferido para outra Comarca), sem que seja necessário abrir mão de arquivos pessoais e dados processuais arquivados no potente disco rígido do notebook.

DESEMBARGADORES & JUÍZES

Outra decisão importante da Presidência do TJ-PB, ainda quanto à aquisição destes novos equipamentos destinados à completa informatização do trabalho dos magistrados paraibanos: as mudanças na sistemática do uso dos *notebooks* beneficiarão também todos os desembargadores que compõem o Tribunal Pleno. Isto porque haverá a substituição de todos os *notebooks* hoje em poder dos desembargadores por outros equipamentos — os *notebooks* do tipo *tablet*. As substituições estão sendo feitas para melhor suprir os desembargadores com equipamentos ultramodernos, tendo em vista que os atuais estavam bastante defasados tecnologicamente. Os novos *notebooks* da linha *tablet* e da marca HP já vêem equipados com canetas eletrônicas em substituição aos tradicionais *mouses*. Com estes *tablets*, equipamentos sem dúvida ultraavançados, os desembargadores poderão, por exemplo, assinar um acórdão, decisão ou despacho na própria tela do computador de mão (até mesmo ele estando fechado, vez que a segurança dos dados é total) — e em seguida, poderão igualmente contar com a impressão do documento, já com a devida assinatura.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Evolução do Processo Eletrônico nos Juizados Especiais da Capital

Juizado	Processos Físicos Ativos			Processos Eletrônicos Ativos			Processos Ativos nov/08		
	Jan/08	nov/08	% Redução	abril/08	nov/08	% Aumento	Total	% Físico	% Eletrônico
1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE JOÃO PESSOA	1884	559	70,33	939	1620	172,52	2179	25,65	74,35
2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE JOÃO PESSOA	2648	910	65,63	915	2264	247,43	3174	28,67	71,33
3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE JOÃO PESSOA	2041	517	74,67	849	2125	250,29	2642	19,57	80,43
4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE JOÃO PESSOA	2953	1063	64,00	943	3132	332,13	4195	25,34	74,66
JUIZADO ESPECIAL DISTRITAL DO GEISEL	4049	2206	45,52	1595	3842	240,88	6048	36,47	63,53
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE JOÃO PESSOA	1501	784	47,77	266	10,32	387,97	1816	43,17	56,83
	15076	**6039**	**61,32**	**5507**	**14015**	**271,87**	**20054**	**29,81**	**7019**

Conclusão:
Os Juizados Especiais da Comarca da Capital estão 70,19% virtuais, ou seja, no 1º semestre de 2009 esse percentual será de 99,99%.

ÊXITO DO E-JUS

ATÉ FINAL DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2009, JUIZADOS ESPECIAIS DA COMARCA DA CAPITAL ESTARÃO 99,99% VIRTUALIZADOS

No dia seguinte, 29 de dezembro de 2008, a Coordenadoria de Comunicação Social do Poder Judiciário paraibano anunciava, na mesma área de notícias do Portal Institucional do TJ-PB: de acordo com previsões da Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas da STI/TJ-PB (Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Estado), até o final do primeiro semestre de 2009 os Juizados Especiais da Comarca da Capital estarão 99,99% virtualizados.

Isto significa que estarão utilizando-se quase que totalmente apenas do Processo Eletrônico ou e-Jus e com a tramitação de praticamente nenhum processo em papel.

POLÍTICA DE INFORMATIZAÇÃO

O último levantamento realizado pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça da Paraíba, à frente seu coordenador, o analista de sistemas Marconi Edson Cavalcante, demonstra que têm sido extraordinários os efeitos e resultados da política de informatização dinamizada pela Presidência do TJ-PB, em todos os setores do Poder Judicial no Estado, durante o Biênio 2007-2009. E um dos primeiros resultados de tal êxito se reflete imediatamente sobre a celeridade no andamento dos processos judiciais em tramitação no Judiciário paraibano.

SUCESSO DO PROCESSO ELETRÔNICO

Este levantamento, efetivado pelo coordenador de Desenvolvimento de Sistemas, foi sugerido pelo secretár io de Tecnologia da Informação da mais alta Corte de Justiça do Estado, Dr. Emmanuel Coriolano Ramalho, e enviado por e-mail, pelo analista de sistemas Marconi Edson a vários outros setores do TJ-PB, inclusive à Coordenadoria de Comunicação Social do Judiciário paraibano. Tal levantamento comprova o êxito da implantação do Processo Eletrônico (ou e-Jus) no âmbito do TJ-PB, especialmente no ano judiciário de 2008, dentro dos planos de informatização do atual desembargador-presidente Antônio de Pádua Lima Montenegro.

OS DADOS, EM DETALHES

A detalhada pesquisa mostra quadros da

evolução dos processos eletrônicos e a produtividade alcançada pelos Juizados Especiais da Comarca da Capital, assim como dos juízes conciliadores (de setembro a novembro de 2008). De acordo com esses dados, os Juizados da Comarca da Capital estão virtualizados em 70,19%. Dito de outra maneira: do total de processos judiciais ativos, nestes Juizados, até o mês de novembro de 2008, apenas 29,81% são físicos, isto é, em papel — de modo que até mesmo os espaços físicos antes destinados a estes Juizados já podem começar a ser repensados.

CRESCIMENTO DO PROCESSO VIRTUAL

Registrou-se uma redução de 61,32% no volume de processos físicos, de janeiro a novembro deste ano de 2008. Em janeiro, o total de processos físicos era de 15 mil 76 unidades. Mas, ao final do mês de novembro, esse número viu-se reduzido para 6 mil 39 processos — tudo em função da implantação acelerada e global do e-Jus ou Processo Eletrônico (ou, ainda, Processo Virtual). Em contrapartida, no final do mês de novembro de 2008, o número de processos eletrônicos, nestes mesmos Juizados da Comarca da Capital, foi de 14 mil 15 unidades, em relação ao mês de abril do mesmo ano de 2008 — quando a Secretaria de Tecnologia da Informação do TJ-PB começou a quantificar a produtividade do e-Jus.

SÃO ÓTIMAS AS PREVISÕES

Houve, portanto, um aumento de 271,87% nos resultados da implantação do e-Jus, isto porque, em abril de 2008, o número de processos eletrônicos ativos era de 5 mil 507.

Como só restam ativos 6 mil 39 processos físicos nos Juizados da Comarca da Capital — e levando-se em conta que a média mensal de redução (ou de arquivamento) destes processo é de 903 por mês —, conclui-se que, até o final do primeiro semestre de 2009, os mesmos Juizados estarão 99,99% virtualizados, vale dizer, quase que completamente utilizando apenas o Processo Eletrônico, com praticamente nenhum processo em papel.

TAMBÉM NO INTERIOR DO ESTADO

Tais resultados apontam numa só direção: estão de parabéns a Presidência do TJ-PB, sua Mesa Diretora e o Tribunal Pleno, além da Secretaria de Tecnologia da Informação e todos os demais setores (magistrados, servidores, colaboradores e jurisdicionados) que apostaram no projeto de implantação e desenvolvimento do e-Jus no âmbito do Poder Judiciário da Paraíba. Especialmente porque a virtualização dos Juizados prossegue, também, no Interior paraibano.



O e-Jus ou Processo Eletrônico avançou muito, nas Comarcas da Capital e do Interior, durante a Gestão dirigida pelo desembargador-presidente Antônio de Pádua

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Produtividade dos Juizados Especiais - Período: Janeiro a novembro de 2008

Fontes: Sistema Siscom (processos físicos) e Sistema e-JUS (Processo Eletrônico)

VARA	MÊS	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	SENTENÇAS PROLATADAS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	PROCESSOS ARQUIVADOS	PROCESSOS ATIVOS
1º. JUIZADO ESPECIAL CIVEL DE JOAO PESSOA						
(processos físicos - siscom)	jan/08	378	383	611	386	1884
	fev/08	200	336	537	281	1823
	mar/08	1	322	249	333	1532
	abr/08	0	197	85	214	1373
	mai/08	1	100	23	215	1213
	jun/08	5	60	12	224	1013
	jul/08	1	54	11	161	898
	ago/08	2	43	10	133	795
	set/08	1	28	4	129	705
	out/08	3	18	4	121	644
	nov/08	0	29	9	132	559
(processos eletrônicos - ejus)	abr/08	438	210	770	5	939
	mai/08	371	313	581	118	1192
	jun/08	342	238	337	128	1406
	jul/08	481	369	757	381	1078
	ago/08	381	451	648	280	1390
	set/08	420	454	780	302	1557
	out/08	358	569	508	404	1505
	nov/08	356	476	473	348	1620
2º. JUIZADO ESPECIAL CIVEL DE JOAO PESSOA						
(processos físicos - siscom)	jan/08	369	365	606	239	2648
	fev/08	183	308	514	347	2517
	mar/08	3	253	352	222	2324
	abr/08	3	166	130	378	1968
	mai/08	1	108	89	192	1808
	jun/08	0	55	32	256	1564
	jul/08	2	44	38	160	1412
	ago/08	1	16	7	141	1302
	set/08	1	21	16	218	1080
	out/08	0	35	9	102	976
	nov/08	0	11	8	102	910
(processos eletrônicos - ejus)	abr/08	435	165	576	30	915
	mai/08	371	356	563	62	1224
	jun/08	342	247	332	171	1395
	jul/08	480	342	181	58	1506
	ago/08	370	293	390	154	1876
	set/08	390	409	747	180	2117
	out/08	353	532	608	320	2148
	nov/08	348	425	608	287	2264
3º. JUIZADO ESPECIAL CIVEL DE JOAO PESSOA						
(processos físicos - siscom)	jan/08	374	352	536	368	2041
	fev/08	192	248	387	325	1974
	mar/08	1	273	484	368	1629
	abr/08	5	253	320	309	1396
	mai/08	0	60	70	338	1107
	jun/08	1	49	31	192	984
	jul/08	2	32	21	171	870
	ago/08	2	15	4	174	753
	set/08	2	36	2	161	652
	out/08	3	23	8	139	591
	nov/08	4	14	6	126	517
(processos eletrônicos - ejus)	abr/08	440	61	161	39	849
	mai/08	371	130	179	42	1178
	jun/08	343	174	254	82	1439
	jul/08	492	400	592	132	1494
	ago/08	371	381	465	248	1855
	set/08	395	346	598	98	1966
	out/08	354	403	706	331	1989
	nov/08	360	465	667	417	2125
4º. JUIZADO ESPECIAL CIVEL DE JOAO PESSOA						
(processos físicos - siscom)	jan/08	368	309	474	196	2953
	fev/08	186	307	481	358	2797
	mar/08	2	156	315	352	2446
	abr/08	5	248	250	322	2219
	mai/08	1	142	95	234	2020
	jun/08	1	126	46	252	1787
	jul/08	3	31	22	100	1710
	ago/08	0	63	4	227	1527
	set/08	0	76	13	171	1405
	out/08	2	37	5	224	1233
	nov/08	1	53	29	200	1063

VARA	MÊS	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	SENTENÇAS PROLATADAS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	PROCESSOS ARQUIVADOS	PROCESSOS ATIVOS
(processos eletrônicos - ejus)	abr/08	438	94	461	19	943
	mai/08	384	204	449	62	1265
	jun/08	348	190	330	82	1531
	jul/08	486	130	736	80	1820
	ago/08	375	410	531	58	2180
	set/08	400	258	813	84	2558
	out/08	357	251	256	51	2817
	nov/08	353	247	460	91	3132
JUIZADO ESPECIAL DISTRITAL DO GEISEL - JOAO PESSOA						
a) processos físicos	jan/08	60	66	141	44	4049
	fev/08	68	66	104	51	4076
	mar/08	1	116	178	180	3920
	abr/08	0	209	134	334	3601
	mai/08	0	140	68	400	3224
	jun/08	0	110	50	283	2952
	jul/08	0	152	79	319	2680
	ago/08	0	62	54	147	2560
	set/08	0	82	45	130	2461
	out/08	0	51	16	143	2327
	nov/08	0	38	12	131	2206
a) processos eletrônicos - ejus	abr/08	315	207	239	4	1595
	mai/08	325	465	288	48	1872
	jun/08	331	211	292	53	2150
	jul/08	382	167	312	102	2259
	ago/08	379	205	549	21	2638
	set/08	394	205	531	152	2970
	out/08	549	231	429	83	3485
	nov/08	441	210	322	100	3842
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE JOAO PESSOA						
a) processos físicos	jan/08	159	123	156	114	1501
	fev/08	63	139	136	129	1437
	mar/08	6	171	233	167	1265
	abr/08	6	124	181	145	1118
	mai/08	10	86	73	58	1062
	jun/08	4	81	80	49	1032
	jul/08	0	64	67	101	934
	ago/08	0	37	56	17	911
	set/08	0	31	37	36	872
	out/08	0	64	22	57	808
	nov/08	0	34	24	22	784
a) processos eletrônicos - ejus	abr/08	89	0	0	0	266
	mai/08	67	5	24	0	333
	jun/08	162	43	64	7	488
	jul/08	130	2	97	12	540
	ago/08	157	22	122	46	697
	set/08	106	13	124	19	791
	out/08	138	54	118	23	936
	nov/08	108	17	40	36	1032



Investimentos Maciços em Tecnologia da Informação

É público e notório que a atual Presidência do TJ-PB, desde o momento de sua posse, veio dando total apoio à área de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário, de modo que ela é, hoje, modelo para o País, conforme manifestações de Tribunais Superiores. Prova disto é que todo o atual trabalho, na STI/TJ-PB, volta-se para trazer esses sistemas *on line* da CODATA para dentro do próprio Tribunal de Justiça, equacionando de uma vez por todas esta dependência tecnológica e operacional para com a empresa estadual. Não é este, convenhamos, processo simples e rápido, mesmo porque a migração técnica tem que ser efetivada com toda a segurança indispensável que o caso requer.

A STI/TJ-PB planejou cuidadosamente e está executando o PET (Plano de Evolução Tecnológica), que tem como objetivo, entre outros, completar a migração, para o Tribunal, de todos os sistemas hoje existentes e até daqueles ainda a surgir. Para concretizar tudo isto, o TJ-PB tem investido pesadamente em Tecnologia de ponta e na infra-estrutura desta. Para isto, as providências iniciais da STI/TJ-PB foram as seguintes:

a) ampliou toda a rede de dados do Poder Judiciário (contrato com a Embratel, empresa vencedora de processo licitatório, ampliando em mais de 20 vezes os *links* existentes em todas as Comarcas do Estado, num investimento de R$ 4 milhões;

b) adquiriu novos ativos de rede (*switches*), também via processo licitatório, a serem instalados em todas as Comarcas do Estado (Capital e Interior), num investimento de R$ 500 mil;

c) providenciou a compra, igualmente por licitação, de novo Data Center (Centro de Processamento de Dados), com servidores, sistemas de *storage* (armazenamento digital) e outros equipamentos, a serem instalados na nova sede da STI/TJ-PB (investimentos de R$ 2 milhões);

d) adquiriu licenças para o uso do Oracle, por R$ 500 mil;

e) fez investimentos de R$ 200 mil em treinamento de servidores; e

f) concluiu a construção da nova sede da STI/TJ-PB, no 3º. andar do Anexo do Palácio da Justiça (antigo Fórum Cível "Desembargador Archimedes Souto Maior"), onde também ficará o novo Data Center.

Depois, muitas outras inicitivas de grande alcance foram implementadas, como se pode ver pelo Relatório Setorial a seguir apresentado.

Projetos e Ações Desenvolvidos pela STI/TJ-PB

Introdução

O Plano de Evolução Tecnológica implementado pelo Tribunal de Justiça da Paraíba, sob a responsabilidade da Secretaria de Tecnologia da Informação teve como principal objetivo colocar definitivamente a Justiça paraibana no século XXI, meta prioritária do desembargador Antônio de Pádua Lima Montenegro. A Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) foi criada pela lei estadual 8.233, de 16 de maio de 2007, a partir de projeto de lei apresentado à Assembléia Legislativa pelo Tribunal de Justiça da Paraíba. Cabe a STI planejar, gerenciar, coordenar e executar a gestão de Tecnologia da Informação (TI), bem como, definir a contratação de prestadores de serviços ou produtos tecnológicos visando atender às necessidades do Plano de Evolução Tecnológica e à modernização dos processos de trabalho do TJ-PB, através de gestão única das atividades.

Atualmente, a estrutura organizacional da STI é composta de quatro Coordenadorias: Desenvolvimento de Sistemas; Suporte e Redes; Telejudiciário; e o SISCOM (Sistema Integrado de Comarcas Informatizadas). Para atingir o objetivo almejado no Plano de Evolução Tecnológica, a STI desenvolveu, no Biênio 2007-2009, projetos e ações nas seguintes áreas:

• Nova arquitetura de software;
• Modernização da infra-estrutura de TI e comunicação de dados;
• Renovação do parque tecnológico;
• Capacitação tecnológica dos técnicos da STI;
• Desenvolvimento de sistemas;
• Atendimento e apoio aos usuários;

1. Nova arquitetura de software

• Implantação de nova arquitetura de *software* voltada para a Internet, com adoção de nova plataforma de desenvolvimento de sistemas, baseada na linguagem Java e no banco de dados Oracle, visando à modernização e ampliação da informatização do Poder Judiciário da Paraíba. Através de procedimentos licitatórios, foram adquiridas licenças de banco de dados Database Oracle e do servidor de aplicações *Oracle ApplicationServer*. Esta nova arquitetura facilitou o desenvolvimento de novos sistemas, voltados para a Internet, propiciando ao usuário melhor qualidade dos serviços e facilidades de acesso;

• Substituição da ferramenta MsOffice da Microsoft pela suíte de ferramentas BrOffice (*software* livre), nos computadores que interligam a rede de dados do Tribunal de Justiça, gerando economia de mais de 1 milhão de reais;

• Aquisição, através de procedimento licitatório, de solução corporativa de antivirus e anti-*spyware*;

• Aquisição, através de termo de doação realizado pelo CNJ, de ferramenta de ETL Software *Sunopsis*, utilizado para extração, exportação e importação de dados entre sistemas heterogêneos;

• Adoção de política de acesso à Internet, normatizando e delimitando o acesso do usuário, conforme perfil equivalente, desta forma otimizando o uso da rede de dados do TJ-PB.

2. Modernização da infra-estrutura de TI e de comunicação de dados

• Aquisição e instalação de *DataCenter* próprio, localizado no 3º andar do Anexo Administrativo do Tribunal de Justiça, pavimento destinado à STI. Composto de servidores, *storage* e servidor de *backup*, dispõe de equipamentos modernos de ultima geração, adquiridos através de procedimento licitatório. Servirão para tornar mais rápido, seguro e confiável os sistemas e as informações armazenadas neste novo ambiente computacional;

• Ampliação e modernização da rede de dados do Tribunal de Justiça, que integra todo o Poder Judiciário paraibano, com aumento de velocidade dos *links* de comunicação e a instalação de novos ativos de redes (*switches*). Permitiu agilizar o uso dos sistemas, além de aumentar em mais de 100% o *link* de acesso à Internet. Através deste projeto, todos os órgãos possuem acesso rápido, seguro e dedicado, com velocidades que variam de 128Kb a 1Mb e *link* de Internet de 12Mb;

• Aquisição e instalação de *nobreaks* de grande capacidade, com redundância, instalados em sala exclusiva, localizada no subsolo do Anexo Administrativo. Equipamentos destinados a estabilizar e garantir o funcionamento normal da rede elétrica que alimenta os equipamentos de Informática localizados no *DataCenter* e nas demais dependências do Anexo Administrativo do Tribunal de Justiça.

3. Renovação do parque tecnológico

• Aquisição, através de procedimento licitatório com registro de preços, de 600 microcomputadores, destinados à substituição, ampliação e instalação em novas unidades judiciárias;

• Aquisição, através de procedimento licitatório com registro de preços, de 400 monitores LCD, destinados à substituição e instalação em novas unidades judiciárias;

• Aquisição, através de procedimento licitatório com registro de preços, de 300 *notebooks*, destinados a desembargadores, juízes, secretários e coordenadores do Tribunal de Justiça;

• Aquisição, através de procedimento licitatório, de 800 estabilizadores;

• Aquisição, através de adesão a ata de registro de preços, de 500 impressoras laser, destinadas à substituição, ampliação e instalação em novas unidades judiciárias;

• Aquisição, através de adesão a ata de registro de preços, de 200 *scanners*, equipamentos para digitalização de documentos, destinados à implantação do processo eletrônico e-Jus em novas unidades judiciárias;

• Aquisição de 12 impressoras, tipo *laser* coloridas, através de adesão a ata de registro de preços, destinadas aos setores administrativos do Tribunal de Justiça;

• Aquisição de aparelhos de telefonia para o setor de atendimento do Telejudiciário;

• Aquisição, através de termos de doação realizados pelo CNJ, de 248 microcomputadores, instalados nas unidades judiciárias com uso do sistema de processo eletrônico e-Jus;

• Aquisição, através de termos de doação realizados pelo CNJ, de 140 *scanners*, equipamentos para digitalização de documentos, instalados nas unidades judiciárias com uso do sistema de processo eletrônico e-Jus;

• Aquisição, através de termo de doação realizado pelo CNJ, de 92 impressoras multifuncionais, instaladas nas unidades judiciárias com uso do sistema de processo eletrônico e-Jus;

• Aquisição, através de termos de doação realizados pelo CNJ, de 27 servidores, sendo dois Omegatech e 25 IBM, computadores destinados ao suprimento técnico do ambiente computacional destinado ao processo eletrônico e aos sistemas integrados ao CNJ.

4. Capacitação tecnológica dos técnicos da STI

• Capacitação dos técnicos, através de curso ministrado pela Qualiti, em Análise e Projeto de Software com UML (Linguagem padrão de modelagem de sistemas);

• Capacitação dos técnicos, através de curso ministrado pela Qualiti, em Planejamento e Gerenciamento de Projetos de Software;

• Capacitação dos técnicos, através de curso ministrado pela Qualiti, em desenvolvimento de sistemas com a linguagem Java (módulos: básico, avançado e para *web*);

• Capacitação dos técnicos, através de curso ministrado pela Qualiti, em desenvolvimento de sistemas com uso de XML (linguagem de marcação estendida);

• Capacitação dos técnicos, através de curso ministrado pela Unimix, em desenvolvimento de aplicações com uso de SQL (*Oracle Database 10g: Introdution to SQL*);

• Capacitação dos técnicos, através de curso ministrado pela Unimix, em desenvolvimento de sistemas com uso de PL/SQL (*Oracle Database 10g: Program with PL/SQL*);

• Capacitação dos técnicos, através de curso ministrado pela Unimix, em administração de banco de dados Oracle (*Oracle Database 10g: Administration Workshop);*

• Capacitação dos técnicos, através de curso ministrado pela Unimix, em administração de servidor de aplicações Oracle (*Oracle ApplicationServer 10g: Administration);*

• Capacitação dos técnicos, através de curso ministrado pela Unimix, na construção de portais com uso do Oracle (*OracleAS Portal 10g: Construção de Portais com Java*);

• Capacitação dos técnicos, através de cursos ministrado pelo CEFET-PB, nas ferramentas Windows, MsOffice e Manutenção de Redes;

• Capacitação dos técnicos, através de cursos ministrado pela ProDesk, nas ferramentas BrOffice*;*

• Capacitação dos técnicos, através de curso ministrado pela LanLink, no sistema operacional *Windows Server;*

• Capacitação dos técnicos, através de curso ministrado pela Furukawa, em Cabeamento Estruturado;

• Capacitação dos técnicos, através de curso promovido pelo CNJ ministrado pela Ética Software, na ferramenta de ETL *Sunopsis Active Integration*;

• Capacitação dos técnicos, através de cursos promovido pelo CNJ ministrado pela Tecnisys, no sistema operacional *Linux RedHat;*

• Capacitação dos técnicos, através de cursos promovidos pelo CNJ ministrado pela Modulo Security, em Gestão de Segurança da Informação;

• Capacitação dos técnicos, através de cursos ministrados pela Certisign, em Certificação

Digital (*Certisign I, Certisign II, Certisign Desenvolvimento para Java, Certisign SDK*);

• Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos, *sob demanda*, em produtos Oracle, nas áreas de banco de dados, portal e desenvolvimento de aplicações, provendo consultoria e transferência de conhecimento e de tecnologia para a equipe técnica da STI;

• Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos, *sob demanda*, nas áreas de segurança e administração de redes, provendo suporte, consultoria e transferência de conhecimento e de tecnologia para a equipe técnica da STI;

• Capacitação dos técnicos do Telejudiciário, através de curso ministrado pela Coordenadoria do SISCOM, em Custas e Emolumentos;

• Capacitação dos técnicos do Telejudiciário, através de curso ministrado pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, em Excelência em Atendimento ao Público e Relacionamento Interpessoal;

• Capacitação dos técnicos do Telejudiciário, através de curso, em Redação Oficial;

• Capacitação dos técnicos do Telejudiciário, através de curso ministrado pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas, no sistema de processo eletrônico e-Jus.

5. Desenvolvimento de sistemas

• e-Jus (Processo Eletrônico): Desenvolvido pela equipe técnica da STI a partir do Projudi. Em conformidade com a lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, o e-Jus se caracteriza pelo uso do meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais. É também denominado *processo virtual*. A expansão do processo eletrônico é uma das principais metas do Plano de Evolução Tecnológica da STI/TJ-PB e seu objetivo é consolidar vez a cultura da *virtualização* no âmbito do Poder Judiciário paraibano. Ante as premissas de inovação, simplicidade e mobilidade, o e-Jus contribui para maior celeridade no trâmite processual, permitindo à parte interessada consultar os autos digitais de qualquer lugar e momento. Há também a democratização do acesso à Justiça, pois o sistema é acessível pela internet, o que implica num mais amplo atendimento de jurisdicionados com excelência, velocidade, qualidade, segurança e integridade dos documentos manipulados com o uso de certificados e assinaturas digitais. Atualmente, há no banco de dados do e-Jus nada menos que 34 mil 20 processos eletrônicos, dos quais 25 mil 695 estão em andamento. O e-Jus se encontra instalado nos Juizados Especiais das Comarcas da Capital, Campina Grande, Patos, Sousa, Cajazeiras, Princesa Isabel, Itaporanga, Conceição e Cuité; nas 7ª e 8ª Varas de Fazenda Pública da Comarca da Capital; e nas Turmas Recursais da Capital, Campina Grande, Patos e Sousa. Para consolidar a expansão do e-Jus, a STI implementará, a partir de janeiro de 2009, um cronograma de implantação visando à instalação do Sistema de Processo Eletrônico nos Juizados Especiais das Comarcas de Cabedelo, Catolé do Rocha, Bayeux, Guarabira, Mamanguape, Monteiro, Pombal, Santa Rita, Sapé, como também nos Juizados Especiais de Araruna e Itabaiana, estes últimos ainda não instalados.

• Processo Eletrônico (Execuções Penais): O Sistema de Processo Eletrônico de Execuções Penais, desenvolvido a partir dos sistemas de execuções de penas em uso nas Comarcas da Paraíba e de Aracaju, por técnicos da STI, com cooperação de técnicos do CNJ e do Tribunal de Justiça de Sergipe, é parte integrante do Projeto e-Jus, tendo por objetivos otimizar o trâmite dos processos de execução, o acompanhamento de penas privativas de liberdade e das penas alternativas, controle de concessões de benefícios, controle populacional e o controle das atividades das Varas de Execuções Penais, por intermédio do meio eletrônico. Será implantado inicialmente na Vara de Execuções Penais da Comarca da Capital. Dentre as inovações implementadas por este novo sistema, teremos o uso da certificação e assinatura digitais, navegação e visualização do processo através de autos digitais ("folhear o processo"), transferên-

cia de execução de penas e uma nova arquitetura de *software* que possibilita a portabilidade do sistema para outros ambientes computacionais. O CNJ vem patrocinando o desenvolvimento deste sistema desde as primeiras etapas do projeto. Fará parte do acervo tecnológico do CNJ e vários Tribunais de Justiça já manifestaram o interesse em implantar o mesmo sistema, em suas respectivas Varas de Execuções Penais.

• Novo Portal do TJ-PB: O Portal Institucional do TJ-PB, lançado em janeiro de 2008, contou com a participação efetiva da Presidência, das Secretarias e das Coordenadorias. Também a Corregedoria-Geral de Justiça participou do processo de concepção do projeto, que teve como objetivo principal permitir total integração entre as aplicações disponíveis no *site*, com a utilização de gerenciamento de conteúdo, de forma a democratizar o acesso e a alimentação das informações publicadas no portal. As principais características do Portal são: nova identidade visual, primando pela facilidade de navegação; migração e otimização dos serviços existentes (*Diário da Justiça*, Jurisprudência, Consulta Processual, Cadastro de Peritos, *push*, Plantão Judiciário, noticiário produzido pela Coordenadoria de Comunicação Social do Judiciário paraibano e Telejudiciário, entre outros); disponibilização de novas funcionalidades, desenvolvimento e implantação da Intranet, mapeamento dos processos e serviços a serem disponibilizados; e migração dos sistemas internos (administrativos e jurídicos) para a Intranet.

• Intranet: Área do Portal Institucional do TJ-PB com acesso restrito a usuários previamente cadastrados. Na Intranet estão disponíveis os sistemas e serviços desenvolvidos e disponibilizados pela STI para acesso exclusivo de magistrados e servidores. Visando a facilitar o acesso aos sistemas via Intranet, equipes de desenvolvimento e de suporte implementaram o conceito de autenticação integrada — ou seja, a partir de *login* padrão do usuário (no caso, através do seu CPF e de uma única senha), o interessado terá acesso aos sistemas e serviços previamente liberados para este mesmo usuário.

• Recursos Humanos: O Sistema de Recursos Humanos (também chamado "Sistema RH") é totalmente produzido e utilizado pelos servidores autorizados da Secretaria de Recursos Humanos, como também por magistrados e servidores. Contempla dados cadastrais relativos a magistrados e funcionários do TJ-PB, além de outras funcionalidades (conta *on line*, formulário para requisição de diárias e relatórios gerenciais);

• TJConsig: Integrado ao Sistema de Gestão de Recursos Humanos, foi desenvolvido em cooperação com a Secretaria de Recursos Humanos, especificamente para o acompanhamento e a concessão de empréstimos consignados a magistrados e servidores, por parte dos agentes bancários conveniados. O TJConsig é acessado tanto por usuários do Tribunal quanto por usuários dos agentes bancários.

• Serventias Extra-Judiciais: O Sistema de Serventias Extra-Judiciais (também integrado ao Sistema de Recursos Humanos) contempla o cadastro e o controle dos cartórios extra-judiciais do Estado, com também seus respectivos responsáveis e servidores. Já se encontra em uso por parte da Coordenadoria de Serventias Judiciais e Extra-Judiciais do Tribunal de Justiça da Paraíba.

• Gestão Patrimonial: O Sistema de Gestão Patrimonial lida com todo o acervo patrimonial do Tribunal de Justiça do Estado, para fins de cadastro, tombamento e tramitação de bens. A ser disponibilizado para a Coordenadoria de Patrimônico do TJ-PB.

• Siga: O Sistema Integrado de Geração de Acórdãos está em fase de implantação e tem por finalidade a produção e geração de acórdãos no âmbito do Tribunal de Justiça da Paraíba, para fins de publicação no *Diário da Justiça* e a alimentação do banco de dados da Jurisprudência;

• Jurisprudência: Aquisição de acessos à ferramenta de alto valor agregado ao conteúdo jurisprudencial, legislativo e doutrinário. Mais de seis milhões de hiperlinks na base de dados e no CD Jurídico reconhecido pelo STJ e pelo TST como Repositório Autorizado estarão dis-

ponibilizados para todos os magistrados, através da Intranet.

• Protocolo Web – Processo Administrativo: Em fase final de desenvolvimento, contempla o peticionamento e a tramitação de processos administrativos no âmbito do Tribunal de Justiça da Paraíba. Sua concepção almeja a virtualização.

• Consultas Processuais: Otimização das rotinas de consultas processuais disponibilizadas a partir do Portal Institucional do TJPB. Foram implementados *scripts* para automatizar a importação diária de informações armazenadas no banco de dados da Codata, para armazenamento no *Data Center* do Tribunal de Justiça. Tais medidas contribuíram para uma melhor qualidade dos serviços a serem prestados aos jurisdicionais, pois apresentam superior *perfomance* de acesso e disposição das informações processuais.

• Produtividade dos Magistrados e das Unidades Judiciárias: Consiste em rotinas de consultas a serem disponibilizadas no Portal Institucional do TJPB, bem como na Intranet e relativas à produtividade de magistrados e das unidades judiciárias. As informações são geradas mensalmente, a partir dos Sistemas SISCOM e do e-Jus (Processo Eletrônico).

• Infoseg, Renajud e Infojud: Através de convênios, termos de adesão e de cooperação técnica, assinados pela Presidência do TJ-PB junto ao CNJ, Ministério da Justiça e Receita Federal, a STI está disponibilizando aos magistrados acessos aos sistemas Infoseg (informações de segurança pública), Renajud (lançamento de restrições a veículos) e Infojud (dados da Receita Federal). Tais acessos visam a auxiliar o magistrado na prestação jurisdicional.

6. Atendimento e apoio a usuários

• Treinamento dos servidores das Comarcas, através de cursos ministrados por técnicos da STI e da Secretaria de Recursos Humanos, para uso das ferramentas da suíte *BrOffice* (substituto do Microsoft MsOffice);

• Implantação do *HelpDesk*, serviço de atendimento e apoio aos usuários internos (magistrados e servidores) e externos (advogados, partes etc.), provendo informações em diversos assuntos e sistemas providos pela STI;

• Implantação de ilhas de auto-atendimento, destinadas aos advogados, partes e demais usuários do e-Jus (sistema de processo eletrônico); localizam-se nos Fóruns das Comarcas onde já foi implantado o e-Jus e contam com suporte e apoio de técnicos da STI;

• Criação de Núcleo de Atendimento Avançado (NAT), localizado no Fórum Cível da Comarca da Capital, com servidores capacitados para atender às demandas técnicas deste Fórum;

• Criação do Núcleo de Atendimento Avançado (NAT), localizado na Comarca de Campina Grande, com servidores capacitados para atender às demandas técnicas dessa Comarca;

• Reabertura do Telejudiciário do Fórum da Comarca de Cabedelo, com melhor atendimento aos jurisdicionados do município;

• Capacitação de servidores das Comarcas que prestam serviços do Telejudiciário, através de treinamentos ministrados pela Coordenadoria do Telejudiciário, com vistas a otimizar a qualidade dos serviços prestados;

• Implantação de Plantões e agilização de setores do Telejudiciário, na emissão de certidões a candidatos nas eleições municipais de 2008;

• Conclusão do cadastramento de registro de distribuição de processo antigos da Comarca de Campina Grande. Estas informações foram cadastradas na base de dados do SISCOM (Sistema Integrado de Comarcas Informatizadas), para uso exclusivo do Telejudiciário na prestação de informações aos jurisdicionados, em especial na emissão de certidões. Foram cadastrados 185 volumes nos quais consistiam em 148 mil registros de ações distribuídas naquela Comarca, anterior à implantação do SISCOM;

Em cooperação com o TRE, o Telejudiciário montou núcleo de atendimento aos eleitores para prestação de informações relativas às eleições de 2008 [Vide mais detalhadamente o Relatório Setorial do Telejudiciário, órgão que integra a STI/TJ-PB; este Relatório do Telejudiciário é apresentado nas páginas seguintes].

	Juizados Especiais *"Virtualizados"*	Processos em Andamento	
		Eletrônicos *(e-Jus)*	**Físicos *(Siscom)***
1	1º Juizado Especial Cível da Capital	1673	522
2	2º Juizado Especial Cível da Capital	2384	820
3	3º Juizado Especial Cível da Capital	2169	511
4	4º Juizado Especial Cível da Capital	3382	922
5	Juizado Especial Criminal da Capital	1083	721
6	Juizado Especial Distrital do Geisel – Capital	4131	2173
7	1º Juizado Especial Cível de Campina Grande	2509	2356
8	2º Juizado Especial Cível de Campina Grande	2294	3389
9	Juizado Especial Criminal de Campina Grande	836	464
10	1º Juizado Especial Cível e Criminal de Patos	521	601
11	2º Juizado Especial Cível e Criminal de Patos	574	782
12	1º Juizado Especial Cível e Criminal de Sousa	660	2124
13	2º Juizado Especial Cível e Criminal de Sousa	669	1895
14	Juizado Especial Cível e Criminal de Cajazeiras	831	3697
15	Juizado Especial Cível e Criminal de Cuité	109	124
16	Juizado Especial Cível e Criminal de Conceição	240	517
17	Juizado Especial Cível e Criminal de Itaporanga	228	1222
18	Juizado Especial Cível e Criminal de Princesa Isabel	146	1007
	TOTAL	***25211***	***23847***

mês de referência: Dezembro/2008

DOS 29 JUIZADOS ESPECIAIS, 18 JÁ DISPÕEM DO e-JUS

Dezoito Juizados Especiais já estão utilizando o sistema de Processo Eletrônico (e-Jus), como se pode ver no Relatório Setorial acima, elaborado com informações enviadas pela STI/TJ-PB. Mas, além desses Juizados Especiais, o e-Jus está sendo usado também por duas Varas da Fazenda Pública da Comarca da Capital (7ª e 8ª Varas); e por oito Turmas Recursais (instâncias superiores que julgam recursos oriundos dos Juizados Especiais). Ainda restam 11 Juizados Especiais em que o e-Jus deverá ser implantado em breve. Dito tudo numa frase, a Paraíba dispõe de 29 Juizados Especiais, dos quais 18 já se encontram com o e-Jus instalado — isto é, 62,06% deles. O Coordenador dos Juizados Especiais é o juiz de Direito Wolfram da Cunha Ramos.

TJ-PB CONTINUA NA LIDERANÇA NACIONAL EM TERMOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE INFORMATIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

O TJ-PB foi o primeiro Tribunal do país a instalar um Juizado Virtual. Isto se deu entre fins de outubro e inícios de novembro de 2005, na Administração do desembargador-presidente Júlio Aurélio Moreira Coutinho. De lá para cá, muito já se avançou em termos de Informatização, de Automação, de Tecnologia da Informação. O processo se acelerou consideravelmente no Biênio dirigido pelo desembargador-presidente Antônio de Pádua Lima Montenegro, que, entre outras providências, criou a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) no âmbito do Tribunal de Justiça paraibano. E investiu pesadamente na aquisição de hardware, software, cursos, treinamentos etc, tudo com vistas à modernização do Judiciário paraibano, que ele prometeu colocar finalmente no século XXI, "por se encontrar ainda por volta de meados do século XX".

Foi grande o número de Juizados Especiais Informatizados [ver quadro no final desta seção], inclusive com a utilização do e-Jus (Processo Eletrônico), instalados tanto na Capital como no Interior. Mas a modernização do Judiciário, através de sua informatização e modernização tecnológica em geral não se dá apenas pela informatização dos Juizados. É preciso tomar inúmeras outras providências, para que se atinja o objetivo colimado: a agilização e eficiência dos serviços judiciários.

NA VANGUARDA DO PROCESSO

A Presidência do TJ-PB, no Biênio 2007-2009, primou para que o Judiciário paraibano continuasse na vanguarda do processo de informatização e modernização tecnológica. Afinal, foi na Paraíba, mais precisamente em Campina Grande, que surgiu a semente do Projudi, que depois evoluiu para o mais avançado sistema do e-Jus, que permite o uso extensivo do Processo Eletrônico ou da Justiça Virtual, eliminando pouco a pouco o uso do papel e agilizando todos os trabalhos da Justiça.

Desta forma é que uma das prioridades da Gestão Pádua foi justamente a informatização e a modernização de seu parque tecnológico-informacional. Mesmo porque o processo judicial digital pode reproduzir perfeitamente todos os procedimentos judiciais no ambiente eletrônico, meio que vai paulatinamente substituindo o registro dos atos processuais realizados no papel por armazenamento e manipulação dos autos em mídia digital.

TREINAMENTO & SUPORTE

Trata-se, enfim, de um processo mais simples, mais seguro, mais limpo, mais confiável. Os beneficiados não são apenas os juízes de Direito, os advogados das partes, os servidores do Judiciário, mas, sobretudo, o público jurisdicionado. Praticamente tudo pode ser feito pela Internet, da petição inicial à impressão da sentença, decisão ou acórdão.

Além do mais, as equipes da própria Secretaria de Tecnologia da Informação ficam permanentemente à disposição dos interessados para ministrarem treinamentos específicos sobre o uso dos computadores e demais equipamentos envolvidos no processo eletrônico. Para a implantação da Justiça Virtual, os próprios advogados, juízes, servidores e demais usuários passaram por cursos gratuitos — e o suporte da STI está sempre à disposição de quem queira aprender mais.



O Poder Judiciário do Estado passou a contar com os mais modernos recursos em termos de Tecnologia da Informação, processo que continua e que mantém o TJ-PB na vanguarda da informatização da Justiça, em todo o País



A Secretaria de Tecnologia da Informação funciona agora em suas modernas instalações, no terceiro andar do Anexo Administrativo do Palácio da Justiça









Flagrantes da participação do Telejudiciários em eventos em Brasília, DF



Telejudiciário

Durante o Biênio comandado pelo desembargador Antônio de Pádua, o Telejudiciário comemorou seus 11 e 12 anos de atividades, respectivamente nos exercícios judiciários de 2007 e 2008. E chegou a uma dúzia de anos de bons serviços prestados à comunidade contabilizando 1,7 milhão de atendimentos apenas nos oito primeiros meses de 2008 — número que se ampliaria ainda mais até o final deste exercício. Assim é que, com uma já consolidada prestação de serviços à comunidade, o Telejudiciário do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba comemorou no sábado, 27 de setembro, seus primeiros 12 anos de atividades.

Para se ter uma idéia da importância do trabalho desenvolvido por esta área do Poder Judiciário estadual, basta atentar para o elevado número de interessados que procuram seus procedimentos: nos primeiros oito meses do corrente ano, o Telejudiciário (ou, como é carinhosamente chamado, o 'Tele') realizou nada menos que 1 milhão e 700 mil atendimentos.

AUTOMAÇÃO NA JUSTIÇA

Outra coisa que nem todos sabem: do banco de dados informatizado do Telejudiciário consta o cadastro eletrônico de todos os processos judiciais em tramitação na Justiça estadual.

Assim, a atuação do Telejudiciário se insere num processo de automação das atividades administrativas e judiciárias no âmbito da Justiça paraibana — uma das principais metas da gestão presidida, no Tribunal de Justiça, pelo desembargador Antônio de Pádua Lima Montenegro (Mesa Diretora para o Biênio 2007-2009).

PROJETO VITORIOSO

"O Telejudiciário é um projeto vitorioso", des-



O desembargador Antônio Elias de Queiroga, criador do Telejudiciário, recebe as homenagens da Coordenadoria respectiva

tacou relatório elaborado pela equipe do sistema, com base em pesquisas feitas junto aos usuários e nos números de atendimento, assim como na evolução dos serviços desde a fundação do 'Tele'.

— A excelência na qualidade da atuação do Telejudiciário pode ser notada em diversos âmbitos do cenário jurisdicional — acrescenta o documento, cuja elaboração foi supervisionada pela coordenadora do órgão, a Dra. Danielle Belmont. Ela faz questão de destacar a unidade e colaboração de toda a equipe do Telejudiciário, assim como a articulação desta unidade do TJ-PB com os demais órgãos que constituem o Poder Judiciário no Estado. Somente a Comarca de João Pessoa deteve, no período de janeiro a agosto do corrente ano de 2008, mais de meio milhão de atendimentos.

O sistema de telefonia e os balcões do Tribunal de Justiça; dos Fóruns Cível, Criminal e de Mangabeira; da Casa da Cidadania; do 4º Juizado Especial e do Fórum do Geisel somaram 623 mil 530 consultas.

MAIOR DEMANDA

A maior procura foi verificada no balcão de atendimento do Fórum Cível, que contabilizou 341 mil 281 consultas, nesses oito meses, seguido do sistema de telefonia, com 75 mil 315 atendimentos.

Já o balcão do Fórum Criminal da Capital aparece em terceiro lugar nas estatísticas, com 79 mil 507 procedimentos. Depois vem o do Tribunal de Justiça, com 61 mil 114.

EM CAMPINA GRANDE

A Comarca de Campina Grande é responsável pela segunda maior demanda de serviços prestados à população, com 473 mil 885 consultas, também no período de janeiro a agosto deste ano.

Surgem depois as comarcas de Cabedelo, Santa Rita, Pombal, Sousa, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Guarabira, Itaporanga, Patos e Bayeux, onde estão instaladas unidades do Telejudiciário.

FORNECENDO CERTIDÕES

As certidões de processos cíveis, criminais e de auditoria militar também podem ser requeridas ao Telejudiciário, por qualquer pessoa, física ou jurídica.



Quatro Comarcas (João Pessoa, Campina Grande, Patos e Sousa) têm competência para o fornecimento de certidões com caráter estadual, que, na maioria dos casos, podem ser obtidas de imediato. Nesse sentido, também é grande a procura. Dados estatísticos do Telejudiciário mostram que, de janeiro a agosto de 2008, foram fornecidas 56 mil 767 certidões. Mais uma vez, a Comarca de João Pessoa deteve o maior número, também nesse item: 38 mil 766. Campina Grande somou 12 mil 449 certidões emitidas, enquanto Patos e Sousa expediram, juntas, 5 mil 552 documentos.

APOIO ÀS ELEIÇÕES

Mediante convênio firmado entre o Tribunal de Justiça da Paraíba e o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), o Telejudiciário disponibilizou aos eleitores informações sobre os locais de votação. Para isso, manteve plantão, inclusive com atendimento telefônico, desde este dia 26 de setembro até a data da eleição.

PORTA DE ENTRADA

É com base nos números citados que a equipe do Telejudiciário atesta a eficiência dos serviços prestados pelo órgão do TJ-PB. "O Telejudiciário tornou-se efetivamente a porta de entrada do Judiciário paraibano para o cidadão, contribuindo desta forma para ampliar o acesso à Justiça e para uma prestação jurisdicional mais célere e universalizada" — destaca a coordenadora do Telejudiciário, Dra. Danielle Belmont.





Em Campina Grande, o Telejudiciário catalogou e digitalizou antigos processos e documentos de interesse da História e da evolução do Judiciário paraibano

OUTRAS REALIZAÇÕES

Eis algumas das realizações na área do Telejudiciário:

FEVEREIRO

• Aquisição de melhores aparelhos para a telefonia e de computadores novos para o balcão do TJ.

• Implantação da dupla jornada de trabalho para os servidores, devido às necessidades do setor.

MARÇO

Reabertura do Telejudiciário no Fórum de Cabedelo.

ABRIL

Curso de Custas e Emolumentos – realizado no dia 23/04/2007, no 6º andar do Fórum Criminal, cuja abertura foi feita pelo Presidente Antonio de Pádua. Tal curso teve como objetivo o aperfeiçoamento técnico dos servidores nesta área, para uma melhor prestação deste serviço por parte da telefonia. **(fotos no arquivo "ANEXO – 1" desta pasta).**

Curso de Excelência em Atendimento ao Público e Relacionamento Interpessoal, realizado a 28/04/2007, na ESMA, para os servidores do Telejudiciário da Região Metropolitana de João Pessoa (João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo); foi ministrado pelo Setor de Capacitação do TJ-PB.

A abertura foi feita pelo desembargador-presidente do Tribunal, em companhia de sua esposa, a Dra. Socorro Montenegro, presidente da AEMP; pelo secretário da Presidência, Dr. Márcio Roberto Soares Ferreira; pelo secretário-geral da Corte de Justiça, Dr. Robson de Lima Canaéa; pela coordenadora do Cerimonial, Dra. Aparecida Medeiros; e pelo assessor técnico da Presidência, Dr. Falbo Vieira.

Na mesma oportunidade, a equipe do telejudiciário, representados pala funcionária Ana Caroline Leal, homenageou o desembargador-presidente e sua esposa, pelo incentivo ao aperfeiçoamento técnico dos servidores do setor.









MAIO

• Curso de Excelência em Atendimento ao Público e Relacionamento Interpessoal para os servidores do Telejudiciário de Campina Grande - realizado nos dias 04 e 05 de maio de 2007 no fórum da Cidade.

• **(fotos no arquivo "ANEXO – 3" desta pasta).**

• Curso de Redação Oficial para os servidores do Telejudiciário.

• Aquisição de computadores novos para o setor de fornecimento de certidões.

JULHO

• Início do recadastramento das ações judiciais antigas de Campina Grande.

SETEMBRO

Comemoração do aniversário dos 11 anos do Telejudiciário, com as seguintes características:

• Confecção de cartilha informativa das atividades do setor.

• Documentário sobre o trabalho do setor.

• Propaganda em rádio.

• Missa em agradecimento ao aniversário, com homenagem ao Desembargador Antonio Elias de Queiroga, idealizador do Telejudiciário.

• Recepção aos convidados após a missa.

• Classificação do projeto dos servidores André Luis Negrão Duarte, Ana Caroline Leal Vasconcelos, Danielle Tavares Belmont Gomes, Francisca Vieira Lopes e Roberta Cylene Formiga Vieira, na 8ª Mostra de Estratégia e Gestão do Superior Tribunal de Justiça "Telejudiciário: A Porta de Entrada do Judiciário Paraibano"). Este trabalho foi selecionado dentre outros 80 projetos apresentados, ficando, por fim, em 4º lugar na colocação geral.

NOVEMBRO

• Viagem a Brasília da Coordenadora Danielle Tavares e da servidora Ana Caroline para apresentação do projeto – Telejudiciário: a porta de entrada do Judiciário Paraibano.

• Reunião com os servidores, das comarcas de João Pessoa, Campina Grande, Patos e Sousa, responsáveis por certidões estadual e

militar, a qual resultou na formação de uma cartilha que padroniza a pesquisa e emissão de certidão.

• Curso sobre o BR-Office

OUTROS

• Treinamento nas Comarcas estaduais que prestam os serviços do Telejudiciário, a fim de reciclar e melhorar a qualidade técnica da equipe, prestando assim um melhor serviço ao usuário.

• Treinamento do e-Jus para a equipe do setor.

• Plantões e agilidade do setor, na emissão de certidões dos candidatos as eleições municipais de 2008, finalizando com êxito este trabalho, apesar do grande volume de certidões pedidas e da exigüidade do tempo.

• Conclusão do cadastramento de processos antigos de Campina Grande, em 29/08/2008, onde foram cadastradas 185 volumes, que reunirão em suas páginas um total de 148 mil registros de ações devidamente digitalizados. Esses mesmos dados constarão no Sistema Informatizado do Tribunal de Justiça da Paraíba. O que antes era procurado manualmente, hoje poderá ser buscado rapidamente no sistema.

• Trabalho executado em conjunto com o TRE, a fim de prestar informações ao eleitor.

• Curso de excelência no atendimento para os funcionários do Telejudiciário da Comarca da Capital.

• Comemoração do aniversário de 12 anos do Telejudiciário. Para comemorar a data, no dia 26/09/2008, foram distribuidas certidões gratuitas. Já no dia 27/09/2008, ocorreu a comemoração com um almoço no restaurante Coelho's, oportunidade em que foram homenageados o desembargador-presidente (representado por sua filha Maria Dulcis) e o secretário-geral do TJ-PB, bacharel Robson de Lima Cananéa, em virtude do apoio por ambos emprestado ao Telejudiciário. Na mesma oportunidade, as servidoras mais antigas (servidoras que, assim como a coordenadora, estão, no setor, desde o início da prestação desse serviço) homenagearam a coordenadora, por sua atuação enérgica e de resultados à frente do setor.



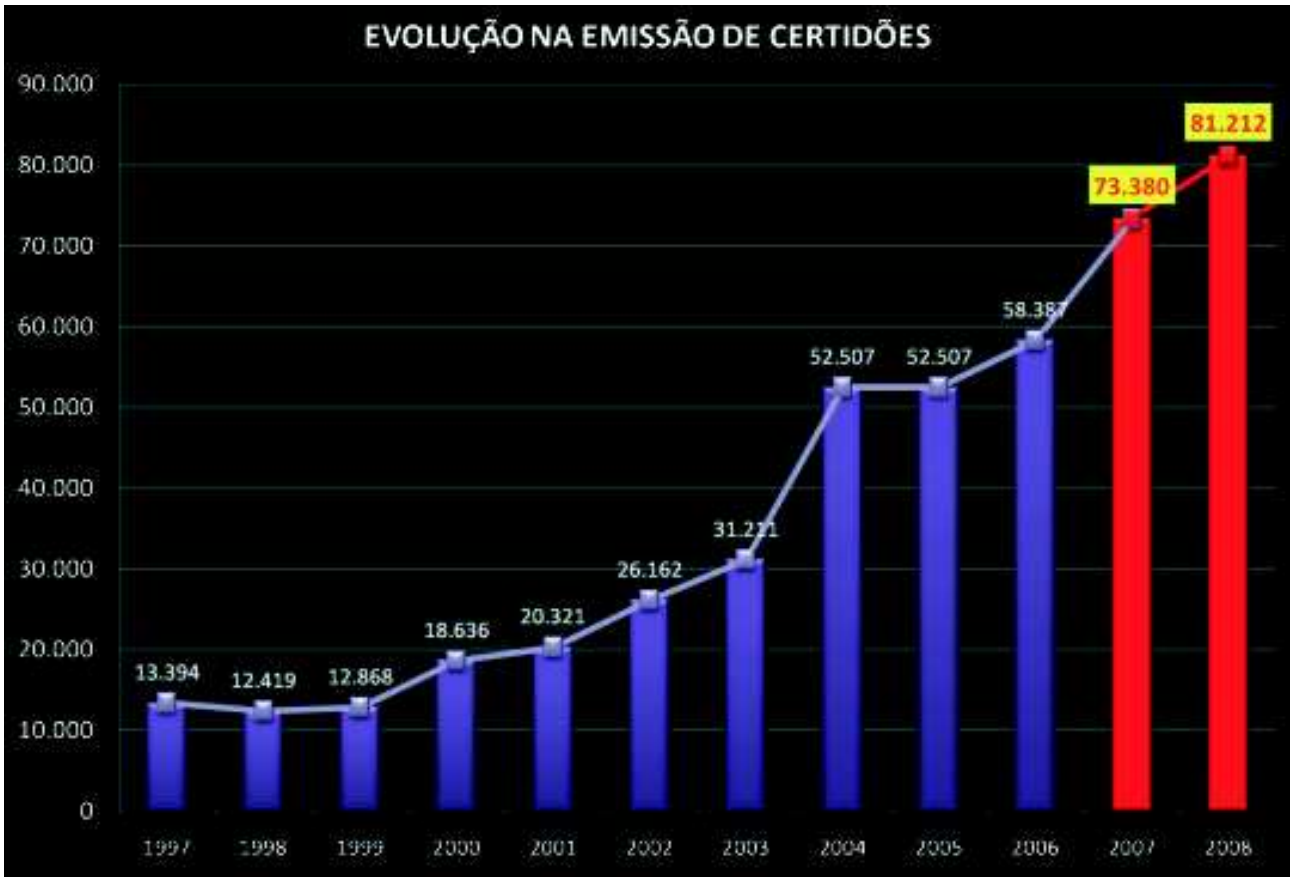






TELEJUDICIÁRIO: ESTATÍSTICAS DO BIÊNIO 2007-2009





Estes dois quadros mostram as estatísticas consolidadas de atendimento do Telejudiciário da STI/TJ-PB no Estado da Paraíba, sobre as informações prestadas e as certidões emitidas

SISCOM
Sistema Integrado de Comarcas Informatizadas

Como já se viu, a STI (Secretaria da Tecnologia da Informação) foi criada na Administração do desembargador Antônio de Pádua Lima Montenegro, objetivando unir Coordenadorias afins e ligadas à Tecnologia da Informação. Nesse processo, viram-se criadas as novas Coordenadorias de Desenvolvimento e de Suporte e Rede, além das Coordenadorias já existentes do Telejudiciário (vide Relatório adiante) e do SISCOM, que igualmente passaram a fazer parte da STI. O SISCOM é, portanto, uma das quatro Coordenadorias que compõem a nova Secretaria de Tecnologia da Informação. Entre as ações promovidas pelo SISCOM no Biênio 2007-2009, sob a coordenação da Dra. Ladya Kramy Araruna Gonçalves, podem-se destacar:

• Gerenciamento e acompanhamento de todos os processos de 1º Grau;
• Suporte aos usuários internos (Servidores e Magistrados), orientando-os sobre a utilização dos módulos existentes no Sistema. Dentre estes módulos, devem ser ressaltados o de distribuição de processos, o de controle de emissão de cópias, o das VEP (Varas de Execução Penal), as Centrais de Guias e as Centrais de Mandados;
• Capacitação de Chefes das Centrais de Guias de várias Comarcas;
• Emissão de relatórios gerenciais, utilizados pelos setores do TJ-PB e pela Corregedoria-Geral de Justiça;
• Fornecimento de estatísticas a órgãos e setores do TJ-PB, em especial ao CNJ;
• Emissão de relatórios mensais a todas as Unidades Judiciárias do Estado, para o preenchimento das estatísticas cartorárias elaboradas pelo CNJ;
• Emissão de relatórios semestrais sobre o TJ-PB, para o preenchimento de formulário estatístico do CNJ, denominado "Justiça em Números";
• Capacitação dos servidores sobre a utilização dos módulos do Sistema de Controle de Processos de 1º Grau, e dos Magistrados sobre o uso do BACEN (Penhora *on line* junto ao Banco Central);
• Auditorias no Sistema de Controle de Processos de 1º Grau;
• Emissão mensal do relatório de Produtividade dos Oficiais de Justiça de todo o Estado;
• Aperfeiçoamento na qualidade do atendimento aos usuários internos (servidores e magistrados), com melhoria dos equipamentos da Central de Atendimento por telefone e rapidez na resposta das solicitações feitas por intermédio do Módulo de Solicitações existente no Sistema de Controle de Processos de 1º Grau;
• Capacitação de Servidores do SISCOM por meio de cursos de aperfeiçoamento promovidos pela STI e pelo TJ-PB, objetivando a melhoria da qualidade do serviço prestado;
• Participação do SISCOM em projetos da STI/TJ-PB, com destaque para a implantação do e-Jus (Processo Eletrônico) e participação em Encontros promovidos pelo CNJ, com vistas ao aperfeiçoamento dos projetos "Justiça em Números" e "Unificação de Tabelas".

Em dados estatísticos, o SISCOM apresenta os números que se seguem:

ANO DE 2007

• 8 mil 5 atendimentos através do Módulo de Solicitações existente no Sistema de Controle de Processos de 1º Grau, em que os usuários internos (servidores e magistrados) enviam suas solicitações por meio do próprio sistema e recebem a solução dada à situação também por meio do sistema, via Módulo 18;
• 1 mil 906 ofícios respondidos de solicitações feitas ao SISCOM, com a resposta da solução adotada para o requerimento;
• Em média foram realizados 200 atendimentos diários por telefone; o SISCOM atende as 78 Comarcas do Estado, ao Tribunal de Justiça e a outras instituições, além de entidades e órgãos municipais, estaduais e federais.

ANO DE 2008

• 7 mil 721 atendimentos, por intermédio do Módulo de Solicitações existente no Sistema de Controle de Processos de 1º Grau, em que os usuários internos (servidores e magistrados) enviam suas solicitações por meio do próprio sistema e recebem a solução dada à situação, também por meio do sistema, via Módulo 18;
• 2 mil 174 ofícios respondidos, de solicitações feitas ao SISCOM, com a resposta da solução adotada para o requerimento;
• Em média, foram realizados 350 atendimentos diários por telefone, com o SISCOM atendendo às 78 comarcas do Estado e ao próprio Tribunal de Justiça da Paraíba, assim como a vários outras instituições, entidades e órgãos municipais, estaduais e federais.

Uma nova ESMA, modernizada e bem mais dinâmica



"Em poucos meses da Administração do Desembargador-Presidente Antônio de Pádua, surgiu uma nova ESMA" — **Desembargador Miguel Levino de Oliveira Ramos, professor da Escola Superior da Magistratura do TJ-PB, em discurso**

Um dos maiores esforços do desembargador-presidente Antônio de Pádua concentrou-se na dinamização e modernização da ESMA (Escola Superior da Magistratura "Desembargador Almir Carneiro da Fonseca"). Durante sua Presidência, a ESMA foi dirigida pelos desembargadores Nilo Luís Ramalho Vieira e Antonio Carlos Coêlho da Franca — tendo sido escolhido, já em 10 de dezembro de 2008, um novo Diretor, o desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos. No Biênio 2007-2009, a Escola contou com a inestimável colaboração das professoras Ângela Bezerra de Castro (Coordenadora Administrativa) e Maria de Fátima Pessoa Viana. E o trabalho desenvolvido pela Diretoria do estabelecimento de Ensino Superior do TJ-PB tomou tal vulto, logo no início da Administração do desembargador-presidente Antônio de Pádua que um respeitado professor da Instituição, o desembargador Miguel Levino de Oliveira Ramos, em discurso, mostrou-se impressionado pelo fato de, "em poucos meses, a Paraíba já dispor de uma nova ESMA".

Do relatório setorial elaborado pela professora Ângela Bezerra de Castro para o Relatório Geral (Final) do Biênio 2007-2009, extraímos os seguintes pontos essenciais, que, por sua importância, merecem figurar nesta sexta edição da *História do Tribunal de Justiça da Paraíba*, mais propriamente na parte referente às realizações do desembargador-presidente Antônio de Pádua Lima Montenegro.

Linhas de Ação Desenvolvidas — De acordo com a coordenadora administrativa Ângela Bezerra de Castro, a Gestão 2007/2009, na Escola Superior da Magistratura do TJ-PB teve como princípio norteador de suas ações considerar o caráter de órgão público da ESMA, destinado especificamente ao aperfeiçoamento continuado dos Magistrados. Foram as seguintes, as linhas de ação desenvolvidas:

- Recuperação do espaço físico da ESMA
- Organização da estrutura administrativa da ESMA – Instalação do Conselho Técnico-Consultivo
- Motivação e aproveitamento dos servidores
- Estruturação da Coordenadoria Acadêmica
- Reestruturação do Curso de Preparação à Magistratura
- Ampliação do Programa de Pós-Graduação lato sensu
- Parceria com a Secretaria de Recursos Humanos para capacitação dos servidores do Tribunal de Justiça
- Parceria com a Associação dos Magistrados da Paraíba para intensificação do aperfeiçoamento continuado dos magistrados
- Reedição da Revista da ESMA
- Realização de eventos.

Recuperação do Espaço Físico da ESMA — Apesar de se tratar de edificação relativamente nova, o estado de conservação da ESMA era bastante precário, quando assumiu a Mesa Diretora para o Biênio 2007-2009. Grande vazamento no teto deixava vários ambientes sem utilização. A primeira providência foi solicitar o reparo, no que se contou com o atendimento da Coordenadoria de Engenharia do Tribunal de Justiça, voltando as salas de aula, o arquivo e a biblioteca virtual a seu pleno funcionamento. Também havia grandes espaços desperdiçados — construídos com materiais nobres, mas jamais utilizados. Era o caso da cozinha, que foi transformada em Cantina e Área de Serviço, apoios indispensáveis ao bom funcionamento da Escola. Com a Cantina, passou a ESMA a dispor do serviço de copa, de que a Escola se ressentia, por não existir servidor para tal função. Em vez de se cobrar aluguel pela exploração da Cantina, optou-se pela prestação do serviço. Outro aspecto do aproveitamento de espaços ociosos foi o projeto de transformação de duas suítes, sem qualquer uso previsível, em sala de aula térrea — duplamente necessária, pela ampliação do número de turmas e pelo problema de acesso a deficientes, vez que todas as salas de aula deste estabelecimento de Ensino se localizam no 1º andar. Mesmo pequenas iniciativas repercutiram na organização da ESMA. Foi o caso da adequada demarcação dos degraus do Auditório "Desembargador Sebastião Sinval Fernandes", onde freqüentemente aconteciam quedas. O mesmo se repetia na entrada principal, em vista do desnível invisível. A providência de um tapete contribuiu para a limpeza do ambiente e eliminou os acidentes constrangedores.

Organização da Estrutura Administrativa — Quando a coordenadora administrativa da ESMA assumiu o cargo, toda a Administração era centralizada na Secretaria e a maioria dos servidores não tinha designação, nem dispunha de ambiente onde ficar. Essa desorganização interna explicava, em parte, o conceito que circulava abertamente no Tribunal de Justiça segundo o qual a ESMA era definida como "depósito de imprestáveis". Partiu a nova Administração, portanto, para a estruturação dos setores da Escola. Após entrevistar todos os servidores, cada um viu-se designado para a função que parecia mais adequada ao perfil e ao gosto, de modo que todos se sentissem satisfeitos no desempenho de suas tarefas. Além disto, foram criados os seguintes setores: Coordenação Acadêmica, Serviços Gerais, Almoxarifado, Arquivo, Tesouraria, Eventos, Recur-

sos Técnico-Pedagógicos, uma vez que existiam apenas a Secretaria, a Coordenação Administrativa e a Biblioteca.

O fato de cada servidor estar em seu lugar, com função definida, deu à ESMA a nova dinâmica necessária ao desenvolvimento de sua atividade fim – o Ensino. Considerando que os objetivos fundamentais da ESMA exigem a presença efetiva do magistrado na vida da Escola, foi estruturado o Conselho Técnico-Consultivo, constituído pelo Diretor da Escola como Presidente, pelo Vice-Diretor, por sete magistrados-professores e pelas Coordenadoras Administrativa e Acadêmica da ESMA. Foram convidados pela Presidência do Tribunal de Justiça e pela Direção da ESMA os seguintes magistrados: Dr. Adhailton Lacet Correia Porto, Dr. Antônio Silveira Neto, Dr. Bruno César Azevedo Isidro, Dr. Carlos Neves da Franca Neto, Dr. Euler Paulo de Moura Jansen, Dr. Leandro dos Santos e o Dr.Wladimir Alcibíades Marinho Falcão Cunha. Cada membro do Conselho ficou responsável pelo apoio efetivo às várias linhas de ação desenvolvidas pela ESMA, devendo participar, aconselhando as Coordenações sobre os temas e os conteúdos destinados à atualização e à formação continuada dos magistrados.

Motivação e Aproveitamento dos Servidores — Era preciso motivar o servidor para formar a equipe capaz de atingir o objetivo de revitalização da ESMA. A resposta positiva aos anseios individuais dos servidores somou-se ao entusiasmo decorrente da credibilidade do projeto que foi logo anunciado pela Coordenadora Administrativa. Como haviam sido designados para os cargos de confiança servidores que mal eram conhecidos desta Coordenação (considerando apenas o perfil funcional e a formação acadêmica), procurou-se regularizar a situação de servidores que não tinham matrícula e jamais haviam recebido um contracheque, embora trabalhassem na Escola por mais de dez anos. Junto ao desembargador-presidente Antônio de Pádua Lima Montenegro, foram obtidas as gratificações que, por problemas burocráticos, sempre haviam sido negadas. Flexibilizaram-se horários, de modo que muitos pudessem conciliar estudo e trabalho. Enfim, com os servidores disponíveis formou-se a equipe de trabalho possível, visando ao desenvolvimento do projeto de revitalização da Escola. Com tal projeto modernizado estava comprometida a Diretoria da ESMA, com o indispensável concurso da Coordenação Administrativa. O horário de trabalho da Escola ficou estabelecido em função das aulas: uma turma de servidores cumpria o expediente das 12 às 18 horas; e outra turma, das 16 às 22 horas, pois a Coordenação Administrativa considerava absolutamente improdutivo o cumprimento de três turnos. O encontro de todos os servidores das 16 às 18 horas era a ponte para a continuidade dos trabalhos.

Estruturação da Coordenadoria Acadêmica — A criação da Coordenadoria Acadêmica foi um ponto de destaque na gestão 2007/2009, pois era inconcebível que ela não existisse na Escola. Sob a Coordenação de professora Maria de Fátima Pessoa Viana Silva foi estruturada a Coordenadoria Acadêmica, considerada órgão da maior importância na Escola, tendo em vista a atividade-fim e na qual foram lotadas servidoras de grande experiência na ESMA, para que os trabalhos ali executados tivessem grande impulso.

Sendo as aulas ministradas à noite, a Coordenadoria Acadêmica teve o seu funcionamento dirigido para este horário, a fim de que pudesse acompanhar, como lhe compete, a execução dos programas e avaliar a qualidade do ensino oferecido pela ESMA, tendo em vista o aperfeiçoamento do processo. Ao mesmo tempo, participava, com a Coordenadoria Administrativa, de todo o planejamento dos cursos e de outras atividades da Escola.

Reestruturação do Curso de Preparação à Magistratura — Mesmo tomando posse com as aulas já iniciadas, a Coordenação Administrativa optou por reformular o Curso de Preparação à Magistratura, logo no início de sua gestão. Foi difícil, mas era absolutamente necessário que o Curso funcionasse dentro dos parâmetros estabelecidos pelo MEC. A hora-aula foi ampliada de 40 para 50 minutos, de modo que em cada expediente passaram a ser ministradas quatro aulas, em vez de cinco. Uma comissão de

professores — juiz de Direito Hermance Gomes Pereira, Dr. Eduardo Araújo Cavalcanti e Dr. Marcelo Weick Pogliese — foi nomeada pelo Diretor, o desembargador Nilo Luís Ramalho Vieira, para reformular a grade curricular do Curso de Preparação à Magistratura, adequando-a ao Regulamento que prevê 720 horas-aula. Antes da posse da nova Coordenadora Administrativa, as horas-aula eram fixadas aleatoriamente, chegando até 920 horas-aula. A cada semestre, os diplomas apresentavam totais diferentes. Tomando conhecimento de várias críticas a propósito do conteúdo do curso e de seu enfoque teórico, a Coordenação Administrativa realizou pesquisa entre alunos, magistrados ex-alunos e professores, a fim de que ficasse estabelecido novo perfil para o Curso de Preparação à Magistratura. A tendência confirmada pelo universo de informantes foi a elevação do CPM ao nível de Especialização, com uma feição mais prática.

O Conselho Técnico-Consultivo, presidido pelo desembargador Antonio Carlos Coêlho da Franca (novo Diretor da ESMA), concretizou a aspiração da Escola, estruturando o CPM com uma concepção prática, efetivamente voltada para o exercício da Magistratura. A partir de 2009, o CPM passou a cumprir nova grade curricular, de modo que pudesse ser transformado numa Pós-Graduação *lato sensu,* com o título de "Especialização em Prática Jurídica". O convênio firmado entre o Tribunal de Justiça/ESMA e a UEPB permitiu que fosse celebrado um aditivo neste sentido, já estando a estrutura do curso aprovada por aquela Instituição de Ensino Superior. Desta forma é que o Curso de Preparação à Magistratura para o ano de 2009 está assim estruturado:

PRIMEIRO PERÍODO, com suas disciplinas, tendo, entre parênteses, a especificação de suas horas/aula: Direito Constitucional (30), Atualidades em Direito Penal I (30), Atualidades em Direito Civil I (30), Processo Penal I (30), Processo Civil I (40), Técnica de Sentença Cível I (40), Técnica de Sentença Penal I (40), Gestão Judiciária I (30), Português (30), Metodologia (30), Teoria Geral do Direito (20) e Mediação e Arbitragem (30) [Carga horária total: 380].

SEGUNDO PERÍODO, com suas disciplinas, tendo, também, entre parênteses, a quantificação de suas horas/aula: Direito Administrativo (20), Técnica de Sentença Penal II (40), Técnica de Sentença Cível II (40), Atualidades em Direito Civil II (30), Processo Penal II (30), Processo Civil II (40), Juizado Especial Cível (30), Juizado Especial Criminal (30), Deontologia Jurídica (30), Gestão Judiciária II (30), Psicologia Jurídica (20), Execução Penal (20) e Direito da Informática (30) [Carga horária total: 390].

Ampliação do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* — Ampliar a Pós-Graduação foi um objetivo fundamental da Gestão 2007/2009. Faltava à ESMA iniciativa nesse sentido, mesmo porque, até então, os convênios eram firmados no Tribunal de Justiça, pela Presidência, sem participação da Escola. E os cursos de Especialização se realizavam apenas ocupando as dependências da ESMA, sem qualquer acompanhamento por parte dos que fazem a Escola. Por outro lado, eram convênios episódicos, sem continuidade.

Na Gestão do desembargador-presidente Antônio de Pádua, a iniciativa foi tomada pela ESMA, que, por intermédio de sua Coordenação Administrativa, procurou as Universidades, em função do interesse da Escola, do Tribunal de Justiça e dos magistrados. Foram até negociados preços especiais, reduzindo-se significativamente os custos. Assim, foi possível reativar o convênio com o UNIPÊ, que já ministrava o Curso de Gestão Jurisdicional de Meios e Fins. Também foi procurada a UEPB e firmado convênio, a fim de que a ESMA pudesse oferecer Especializações no Interior do Estado, aproveitando-se a estrutura dos vários *campi*. Como resultado, está em processo um programa de Pós-Graduação *lato sensu* jamais antes realizado pela ESMA, beneficiando tanto magistrados quanto servidores do Judiciário. Os cursos são os seguintes:

- Curso de Especialização em Gestão Jurisdicional de Meios e Fins (UNIPÊ, já concluído);
- Curso de Especialização em Direito Processual Civil (C&E), em João Pessoa (em fase de ela-

boração da monografia) e em Patos (também em fase de elaboração da monografia);

• Curso de Especialização em Direito Administrativo/Gestão Pública (UNIPÊ), iniciado em 10/06/2008;

• Curso de Especialização em Direito Processual Penal (UNIPÊ), iniciado em 08/08/2008;

• Curso de Especialização em Direito Constitucional (UEPB), em Campina Grande (iniciado em 13/11/2008) e Guarabira (iniciado em igual data).

• Curso de Especialização em Gestão Pública (UNIPÊ), iniciado em 19/12/2008.

Parceria com a Secretaria de Recursos Humanos do TJ-PB — Criada na atual Administração a Secretaria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça, a ESMA se colocou prontamente como órgão de apoio, também integrado ao programa de capacitação de RH. A Coordenação Administrativa da ESMA organizou e elaborou, em parceria com esse órgão, Cursos de Capacitação e Especializações para os servidores do Poder Judiciário, referidos a seguir:

CURSOS DE CAPACITAÇÃO:

• 15/05/07 – 19/06/07: Elaboração de Pareceres e Acórdãos - 20 h/a - Vera Lúcia Gomes de Andrade – 34 alunos;

• 16/05/07 - 20/06/07: Redação Oficial - 30 h/a - Maria Alice Serrano de Andrade – 27 alunos;

• 02/07/07 - 06/08/07: redação Oficial - 30 h/a - Maria Alice Serrano de Andrade – 26 alunos;

• 02/07/07 – 06/08/07: Redação Oficial - 30 h/a - Vera Lúcia Gomes de Andrade – 31 alunos;

• 09/07/07 – 13/08/07: Redação Oficial - 30 h/a - Maria Alice Serrano de Andrade – 21 alunos;

• 10/08/07 – 28/09/07: Gestão e Organização de Arquivo – 30 h/a - Dulce Amélia de Brito Neves – 24 alunos;

• 10/08/07 – 24/08/07: Gestão de Estoque (1ª Parte) – 15 h/a - José Carlos Koleski – 13 alunos;

• 19/10/07 – 01/11/07: Gestão de Estoque (2ª Parte) – 15 h/a - José Carlos Koleski;

• 03/09/07 – 11/10/07: Redação Oficial - 30 h/a - Vera Lúcia Gomes de Andrade – 31 alunos;

• 05/09/07 – 04/10/07: Redação Oficial - 30 h/a - Maria Alice Serrano de Andrade - 45 alunos;

• 11/09/07 – 11/10/07: Elaboração de Pareceres e Acórdãos II - 20 h/a - Vera Lúcia Gomes de Andrade – 21 alunos;

• 03-06/11/2008: Curso "Tomada de Decisão na Administração Estratégica" para secretários, coordenadores e assessores do TJ.

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO:

• Curso de Especialização em Direito Processual Civil (C&E), João Pessoa e Patos;

• Curso de Especialização em Direito Administrativo – Gestão Pública (UNIPÊ) – para 48 servidores;

• Curso de Especialização em Direito Constitucional (UEPB), para magistrados e servidores, em Campina Grande (20 magistrados e 20 servidores) e Guarabira (8 magistrados e 32 servidores);

• Curso de Especialização em Gestão Pública (UNIPÊ), para 50 servidores.

• **Parceria da ESMA com a Associação dos Magistrados da Paraíba —** A adesão dos magistrados à ESMA era uma meta que precisava ser alcançada, pois deles depende a vida da Escola, tanto em seu planejamento quanto na execução dos projetos para cumprimento dos objetivos. O convite ao presidente da AMPB (Associação dos Magistrados da Paraíba) para que integrasse o Conselho Técnico-Consultivo da Escola foi estratégia bem sucedida. Desta aproximação nasceu o Convênio proposto pelo Dr. Antônio Silveira Neto, através do qual a AMPB e a ESMA, em parceria, procuram intensificar os Cursos de Aperfeiçoamento para magistrados previstos pela Resolução nº. 2 da ENFAM. É linha de ação que precisa de grande reforço, pois ainda se faz difícil a participação dos magistrados nos eventos da ESMA. No entanto, foram realizados dois cursos de Aperfeiçoamento, com a presença de grande número de interessados. Do curso "Juros: Aspectos econômicos e jurídicos", ministrado pela Fundação Getúlio Vargas e oferecido às Escolas da Magistratura pela FEBRABAN, participaram 40 magistrados, preen-

chendo todas as vagas oferecidas. O curso, de 20 horas/aula, realizou-se de 3 a 6 de setembro de 2008. Houve tamanho interesse que estruturou um segundo curso, a ser ministrado de 22 a 25 de abril de 2009, já com matrículas confirmadas para mais 40 vagas oferecidas. Em decorrência do Convênio firmado com a AMP, a ESMA oferece a 60 magistrados o Curso "Interpretação das Leis 11.719/2008 e 11.690/2008 e sua Repercussão no Processo Penal", ministrado pelo Dr. Eugênio Pacelli. Foi o primeiro Curso credenciado pela ESMA junto à ENFAM (Escola Nacional de Formação de Magistrados).

Reedição da *Revista da ESMA* — Por iniciativa do Dr. Bruno César Azevedo Isidro foi implementada a idéia de reedição da *Revista da ESMA*, com aprovação do Conselho Consultivo. Escolhido entre professores e magistrados, o Conselho Editorial ficou assim constituído: Dr. Adhailton Lacet Correia Porto, Dr. Antônio Silveira Neto, Dr. Bruno César Azevedo Isidro, Dr. Carlos Neves da Franca Neto, Dr. Euler Paulo de Moura Jansen, Dr. Gustavo Procópio Bandeira de Melo, Dr. Harrison Alexandre Targino, Dr. Hermance Gomes Pereira, Dr. Leandro dos Santos, Dr. Rodrigo Azevedo Toscano de Brito, Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides e o Dr. Wladimir Alcibíades Marinho Falcão Cunha.

Com vários trabalhos já selecionados, logo será conhecido o quarto número da *Revista da ESMA*, depois de longo intervalo em sua circulação. O projeto da nova capa da publicação já foi apresentado ao Conselho Editorial pela Coordenadoria de Comunicação Social do Judiciário paraibano.

Realização de Eventos — Até como forma de divulgar a Escola e suas privilegiadas instalações, a realização de eventos se incluiu entre as iniciativas da Gestão 2007/2009. Como não havia orçamento para a organização de mais seminários, foi também importante transformar a ESMA num espaço para a realização de importantes eventos culturais. O primeiro deles foi o Seminário sobre a Lei Maria da Penha. Mas o evento de maior repercussão foi o **XII Encontro Nacional do COPEDEM**, realizado de 27 a 29 de março de 2008. Foram recebidas todas as Escolas Nacionais da Magistratura, que levaram da ESMA a melhor impressão. Raríssimas escolas no Brasil possuem instalações iguais à da Paraíba — foi o que disseram os participantes. O evento foi realizado sem custos para o Tribunal de Justiça, cuja Presidência lhe deu todo o apoio, principalmente através do Secretário Administrativo do TJ-PB, Dr. Paulo Romero Ferreira, que conseguiu os patrocinadores.

Outro evento de destaque foi o Jubileu de Prata da ESMA. Todo o mês de setembro foi dedicado a essa comemoração, que se constituiu de mesa-redonda, painel e conferências, sendo enfocados temas de grande relevância para a Escola e para a Magistratura.

OS PRINCIPAIS EVENTOS

Pela ordem cronológica, foram os seguintes os principais eventos realizados:

• 5 de fevereiro de 2007: Posse da Diretoria da ESMA, com a recondução do desembargador Nilo Luís Ramalho Vieira (Diretor) e do desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos (Vice-Diretor); posse da professora Ângela Bezerra de Castro, coordenadora administrativa (a coordenadora acadêmica, professora Maria de Fátima Pessoa Viana Silva, tomou posse em 22/05/2007, conforme publicado no *Diário da Justiça* de 27/05/07).

• 10 de maio de 2007: Missa para celebração da Páscoa e Dia das Mães – Auditório "Desembargador Sebastião Sinval Fernandes".

• 25 e 26 de maio de 2007: Seminário sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/2006).

• 23 de julho de 2007: Homenagem ao Desembargador Almir Carneiro da Fonseca (fundador da ESMA), na aula inaugural do Curso de Preparação à Magistratura para o semestre 2007.2.

• 17 de agosto de 2007: Formatura da Turma "Professor Rodrigo Azevedo Toscano de Brito", do Curso de Preparação à Magistratura, Período 2007.1, com uma homenagem especial ao desembargador Sebastião Sinval Fernandes,

que dá nome ao Auditório do Complexo Judiciário do Altiplano do Cabo Branco, onde se situam a ESMA e a Corregedoria-Geral de Justiça.

• 19 de outubro de 2007: Encontro de Trabalho para definição do objetivo e da grade curricular do novo Curso de Preparação à Magistratura, seguindo-se um jantar para comemorar o Dia do Professor.

• 12 de fevereiro de 2008: Posse do novo Diretor da ESMA, desembargador Antonio Carlos Coêlho de Franca.

• 18 de fevereiro de 2008: I Conferência do Período 2008.1 da ESMA, sobre "O papel do Judiciário na promoção dos Direitos Humanos", pelo Dr. Luciano Mariz Maia.

• 4 de março de 2008: Assinatura do Convênio TJ-PB/ESMA/UNIPÊ, para Cursos de Especialização.

• 27 a 29 de março de 2008: XII Encontro do COPEDEM, sediado pela ESMA, em João Pessoa (PB).

• 11 de abril de 2008: Na ESMA, mais propriamente em seu Auditório "Desembargador Sebastião Sinval Fernandes", lançamento do livro *O Herói sem rosto,* do escritor Luiz Augusto Crispim, dentro do Plano Cultural da Presidência do TJ-PB para o Biênio 2007-2009.

• 9 de maio de 2008: Lançamento do livro *Advocacia-Geral da União na Paraíba: História e funcionamento,* do procurador José Galdino da Silva Filho, no Auditório "Desembargador Sebastião Sinval Fernandes" e ainda dentro do Plano Cultural do TJ-PB para o Biênio 2007-2009.

• 15 de maio de 2008: TJ-PB, ESMA e FACISA assinam convênio para a instalação da 1ª Câmara de Conciliação e Arbitragem.

• 16 de maio de 2008: Formatura da Turma "Dr. Euler Paulo de Moura Jansen" do Curso de Preparação à Magistratura (Período 2007.2).

• 5 de junho de 2008: 1ª. Reunião do Conselho Consultivo da ESMA (instalação).

• 22 de agosto de 2008: Formatura da Turma "Desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos" do Curso de Preparação à Magistratura (Período 2008.1).

• 28 de agosto de 2008: Dentro do Plano Cultural da Presidência do TJ-PB, no Biênio 2007-2009, é lançado na ESMA o livro do juiz-corregedor Onaldo Rocha de Queiroga, sob o título de *Esquinas da vida*.

• 5 de setembro de 2008: Dentro das comemorações pelo transcurso do Jubileu de Ouro (25 anos) da ESMA, é rezada missa em ação de graças no Auditório "Desembargador Sebastião Sinval Fernandes", com a distribuição de *folder* especial e a cerimônia religiosa de entronização da imagem de Santo Antônio, padroeiro da Escola.

• 10 de setembro de 2008: Realização de palestra sobre "Acesso à Justiça e ADRs", a cargo do conferencista Dr. Dr. Bruno Azevedo e tendo como debatedores os Drs. Adhailton Lacet Correia Porto, Hermance Gomes Pereira e Rodrigo Azevedo Toscano de Brito.

• 11 de setembro de 2008: Assinatura do Convênio TJ-PB/ESMA e UEPB para realização de Cursos de Especialização no Interior do Estado.

• 18 de setembro de 2008: Apresentação do Painel intitulado "Crimes contra os Costumes e Violência Doméstica – Lei 11.340/2006", tendo como palestrantes a Drª. Fátima de Lourdes Lopes Correia Lima, o Dr. Harrison Targino, o Dr. Leandro dos Santos e Drª. Soraya Soares da Nóbrega Escorel.

• 25 de setembro de 2008: Ápice das comemorações pela passagem do Jubileu de Prata da ESMA, com aposição da foto do desembargador Nilo Luís Ramalho Vieira na galeria dos ex-Diretores da Escola; conferência sobre "O novo perfil das Escolas da Magistratura e a importância decisiva da participação dos Magistrados na vida das Escolas", tendo como conferencista o juiz de Direito Sérgio Ricardo de Souza, diretor da (EMES) Escola Superior da Magistratura do Estado do Espírito Santo.

• 26 de setembro de 2008: Realização de conferência sobre "Alterações introduzidas pelas leis 11.689/08, 11.690/08 e 11.719/08 no Processo Penal", tendo por conferencista o juiz de Direito Sérgio Ricardo de Souza, diretor da mesma EMES.

• 23 de outubro de 2008: Assinatura do convênio ESMA–IESP para a implantação de Câmaras de Conciliação em João Pessoa.

• 13 de novembro de 2008: Ainda dentro do Plano Cultural da Presidência do TJ-PB para o Biênio 2007-2009, a ESMA lança o livro intitulado *Um certo modo de ler*, de autoria da professora, escritora e acadêmica Ângela Bezerra de Castro, coordenadora administrativa da Escola.

• 09 de dezembro de 2008: Também dentro do Plano Cultural da Presidência do TJ-PB, é lançado no auditório da ESMA o livro *Histórias Orbículas*, da Dra. Onélia Queiroga.

• 15 de janeiro de 2009: Igualmente dentro do Plano Cultural da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, é lançada mais uma obra de autoria do acadêmico Joacil de Brito Pereira.

IMPORTÂNCIA DA ESMA

Das conclusões da professora Ângela Bezerra de Castro, destaque-se, entre outras, a sua afirmação de que, por sua história e pelo importante papel que lhe é destinado na estrutura do Tribunal de Justiça, "a ESMA é um órgão complexo e de difícil administração. Atrai resistências incompreensíveis, quando sabemos que suas atribuições são constitucionais e indispensáveis à formação inicial dos magistrados, à atualização e formação continuada, bem como à promoção por merecimento.

No entanto, é inegável o salto qualitativo apresentado pela Gestão 2007/2009. [...] Entregamos uma escola organizada na direção dos objetivos que lhe compete atingir. Com os recursos materiais e humanos de que dispúnhamos, foi o que pudemos realizar, com todo o empenho em cumprir o compromisso assumido com o Excelentíssimo Senhor Presidente, o Desembargador Antônio de Pádua Lima Montenegro, grande incentivador da Escola Superior da Magistratura".



O prédio do Complexo Judiciário do Altiplano do Cabo Branco, que sedia a ESMA e a Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba



Entre 27 e 29 de março de 2008, realizou-se na ESMA/UFPB o importante XII Encontro do COPEDEM (Colégio Permanente dos Diretores de Escolas da Magistratura), que reuniu desembargadores, juízes e outras autoridades de todo o País



Outro flagrante do COPEDEM, que se reuniu em João Pessoa, mais propriamente na ESMA

Produtividade do Judiciário

Já em 4 de julho de 2007, repercutia nacionalmente a decisão do desembargador-presidente Antônio de Pádua de fazer cumprir dispositivo da LOMAN (Lei Orgânica da Magistratura Nacional), mandando divulgar mensalmente a produtividade dos magistrados (desembargadores e juízes de Direito). O Portal OnLine do *Correio Forense* ("CorreioNews") destacava, em longa notícia, o Ato da Presidência, de número 46/2007 — assinado pelo desembargador Pádua no dia 28 de junho e divulgado no *Diário da Justiça* paraibano do dia 30 seguinte —, ordenando a publicação, todos os meses, neste órgão de divulgação do TJ-PB, dos dados estatísticos sobre os trabalhos jurisdicionais de cada um dos órgãos e juízos do Poder Judiciário estadual, do mês vencido, inclusive o número de processos ativos; número de feitos distribuídos; número de acórdãos/sentenças prolatados; número de acórdãos/sentenças prolatados no mês imediatamente anterior e nos últimos seis meses.

Com arrimo no artigo 37 da Lei Complementar 37, de 14 de março de 1979 (LOMAN),

o Ato também estabelecia, em seu parágrafo único, que as ocorrências excepcionais, como afastamento/substituição do magistrado ocupante da unidade jurisdicional, e motivo; vacância; desempenho cumulativo de funções pelo magistrado; tratamento diferenciado que a unidade ou juízo tiver recebido deverão ficar registradas. No artigo 2º., lê-se que os setores competentes da Administração do Tribunal de Justiça adotarão providências necessárias à efetivação desta medida. Também a Rádio Justiça, do Supremo Tribunal Federal, procurou agendar entrevista com o desembargador Antônio de Pádua Lima Montenegro para falar sobre o assunto. Por decisão do desembargador-presidente Antônio de Pádua, um dos juízes-auxiliares da Presidência passou a cuidar do trabalho de supervisão e coordenação dos órgãos que passaram a fornecer os elementos informativos destinados à publicação mensal dos dados estatísticos de cada órgão do Poder Judiciário. "No meio forense", dizia o "CorreioNews", a atitude inovadora da presidência do TJ repercutiu de maneira favorável, pois proporciona a transparência do desempenho de toda a máquina judiciária, além de restabelecer a vigência de dispositivo da LOMAN, após 19 anos em desuso na Paraíba. Um desuso da lei que já tinha completado sua maioridade.

O ACERTO DE UMA MEDIDA

Manteve-se, até hoje, a prática de se divulgar, mensalmente, no *Diário da Justiça* (e, também, na parte noticiosa do Portal Institucional do TJ-PB), a produtividade mensal dos magistrados, sejam desembargadores, sejam juízes de Direito do Primeiro Grau. E este mecanismo, além de mostrar ao público e à própria Magistratura o trabalho desenvolvidos pelos operosos magistrados do Estado, também serve de saudável estímulo à sua produtividade, como demonstram as estatísticas, com resultados que só fazem crescer a cada mês — como comprovam os dados recolhidos por diversos setores, dentre os quais o SISCOM, a Secretaria Judiciária, as Assessorias de Câmaras e do Pleno e a própria STI/TJ-PB.

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Ainda sobre a produtividade do Judiciário paraibano, o Secretário Judiciário do TJ-PB, Dr. Genésio Gomes Pereira Neto, fornece os seguintes dados quantitativos, à guisa de breve resumo dos julgamentos proferidos pelo Tribunal no Biênio no biênio 2007-2009:

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL: No ano de 2007, a Primeira Câmara Cível julgou 3 mil 724 processos, enquanto que, em 2008, foram julgados 3 mil 242 feitos, totalizando 6 mil 966 processos no biênio.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL: Os membros da Segunda Câmara Cível julgaram, no ano de 2007, 2 mil 211 processos, sendo que, em 2008, o número de decisões aumentou para 3 mil 247, perfazendo 5 mil 458 processos julgados no Biênio 2007-2009.

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL: Já a Terceira Câmara Cível, em 2007, julgou 3 mil 263 feitos, os quais, somados aos 2 mil 914 julgados no ano de 2008, totalizam 6 mil 177 processos em todo o biênio.

QUARTA CÂMARA CÍVEL: No que respeita à Quarta Câmara Cível, foram objeto de julgamento, no ano de 2007, 2 mil 603 processos, enquanto que, em 2008, seus integrantes julgaram 2 mil 714 feitos. Portanto, no biênio, foram julgados 5 mil 317 processos.

CÂMARA CRIMINAL: A Câmara Criminal, por sua vez, no biênio 2007-2009, julgou um total de 4 mil 734 processos, dos quais 2 mil 180 no ano 2007 e, em 2008, 2 mil 554 feitos no âmbito criminal.

TRIBUNAL PLENO: No Tribunal Pleno, os desembargadores analisaram e julgaram 1 mil 120 processos durante o ano de 2007; e, em 2008, foram levados a julgamento nada menos que 1 mil 402 feitos. Logo, no biênio, o Pleno julgou 2 mil 522 processos.

CONSELHO DA MAGISTRATURA: Os desembargadores que compõem o Conselho da Magistratura do TJ-PB julgaram um total de 228 processos no biênio 2007-2009, sendo que, em 2007, foram 127; e, no ano de 2008, julgaram 101 feitos.

Somados, os julgamentos do Tribunal de Justiça da Paraíba, no ano de 2007, resultam no montante de 15 mil 228 processos decididos. Em 2008, este número foi elevado para 16 mil 174 julgamentos. Desta forma, totalizou-se, no biênio 2007-2009, ***a surpreendente marca de 31 mil 402 processos julgados***.

OUTRAS REALIZAÇÕES NA SECRETARIA JUDICIÁRIA

Dentre as realizações da Gestão 2007-2009, envolvendo a Secretaria Judiciária do TJ-PB, destacam-se:



• A importância dos cursos oferecidos aos servidores do Tribunal, aprimorando seus conhecimentos nessa área de trabalho e renovando-se o espírito de equipe, tão necessário ao bom andamento do serviço público;

• Em cumprimento ao disposto no art. 18 da Lei nº 11.419, de 19.12.2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, bem como, a Resolução nº 344, do STF, ***os recursos extraordinários interpostos no TJ-PB passaram a ser digitalizados e transmitidos ao Supremo via e-STF*** — ou seja, os autos físicos deixaram de ser enviados ao Supremo, permanecendo no TJ-PB até o trânsito em julgado do Recurso Extraordinário Eletrônico, quando, então, os autos virtuais serão transmitidos à origem, para fins de impressão e juntada aos autos físicos.

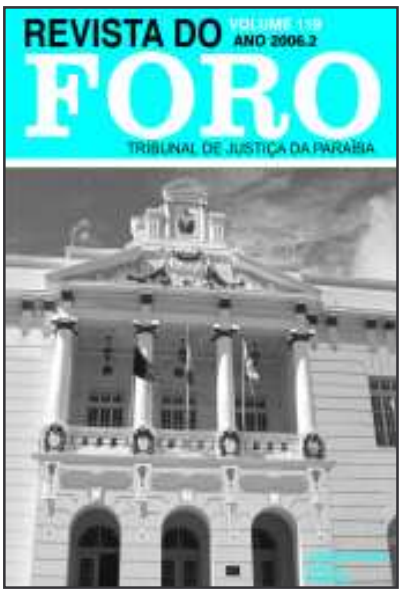
• As instalações da Secretaria e da Coordenadoria Judiciárias foram beneficiadas com um pavimento inteiro no Anexo do Tribunal de Justiça, o que foi recebido com grande satisfação por todos os servidores da área Judiciária, porquanto as antigas acomodações já não comportavam o enorme fluxo processual e o número de servidores. Ressalte-se, inclusive, que a medida tem sido altamente elogiada pelos advogados, especialmente pelo fato de que, agora, todas as escrivanias estão localizadas num mesmo pavimento, facilitando o acesso dos causídicos.

• Incentivo, por diversas formas, da diminuição de gastos com material de expediente, a exemplo do incentivo ao acesso *on line* das pautas de julgamento das Câmaras, eliminando-se a necessidade de sua impressão.



Revista do Foro

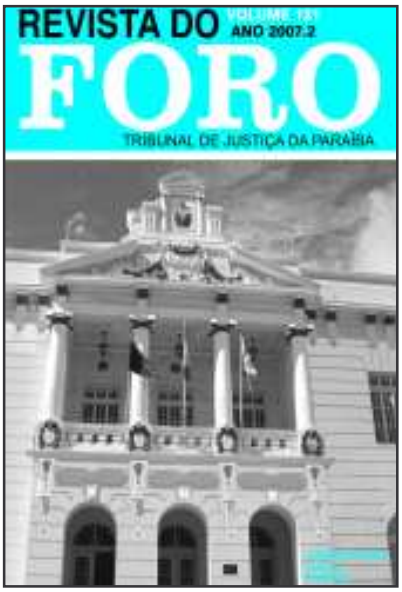
Tendo lançado, nesses dois anos, quatro números regulares da Revista do Foro *— além de duas tiragens diferentes da* Edição Especial & Histórica *comemorativa do Centenário da mesma publicação (uma das mais antigas do país) —, a Presidência do TJ-PB deixa totalmente atualizada a circulação deste precioso repositório jurisprudencial. Para isto, a Gestão contou com a valiosa colaboração da Comissão (Permanente) de Divulgação e Jurisprudência, presidida pelo desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos. Nos últimos anos, a* Revista *vem publicando também importantes artigos, em sua parte de Doutrina, embora a sua base principal sejam os acórdãos oriundos do Tribunal Pleno, com toda a sua riqueza temática e jurídica. Em 2007, a Presidência do TJ-PB também instituiu a Comissão (Especial) do Centenário da* Revista do Foro, *que cuidou de todas as iniciativas referentes ao transcurso desses 100 anos.*



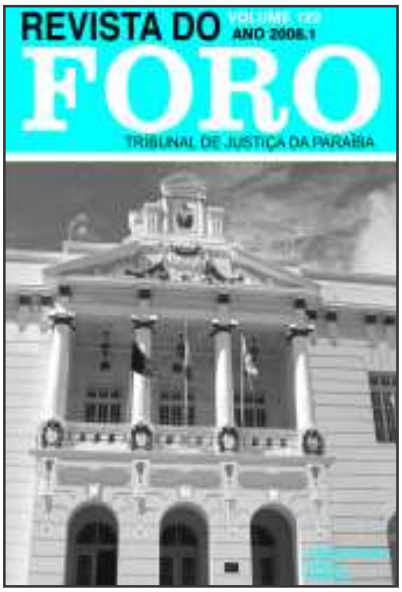
O volume 119 foi lançado em 25de julho de 2007



O volume 120 também foi lançado em 17 de dezembro de 2007



O volume 121 da Revista veio a lume *em 28 de julho de 2008*



Em 16 de dezembro de 2008, era lançado o volume 122



O Presidente do TJ-PB com todos os integrantes da Comissão do Centenário da Revista do Foro, *mas três de seus colaboradores*



A fachada do Palácio da Justiça mostra banners *referentes ao Centenário da* Revista do Foro *e à adoção do Brasão do Judiciário paraibano*



A Comissão do Centenário realizou cerca de 20 reuniões para definir eventos e publicações



Lançamento do selo comemorativo do Centenário de uma das mais antigas publicações brasileiras



Servidoras do TJ-PB pesquisam para a Edição Especial & Histórica da *Revista do Foro*



Membros da Comissão examinam antigos documentos sobre a Revista do Foro



Ao lado, um aspecto da exposição de materiais antigos e modernos, referentes à História da Revista do Foro; *a mostra podia ser visitada pelo público no primeiro andar do Palácio da Justiça*

Centenário da *Revista do Foro*



O centenário da Revista do Foro, *fundada em 1907, caiu no primeiro ano da Gestão do desembargador Pádua. E o magistrado decidiu comemorar esses 100 anos em alto estilo. Para cuidar dos detalhes das comemorações, nomeou uma Comissão Especial (a "Comissão do Centenário da Revista do Foro") constituída pelo presidente da Comissão de Divulgação e Jurisprudência, desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos; a desembargadora Fátima Bezerra Cavalcanti; o desembargador Leôncio Teixeira Câmara; o juiz de Direito convocado (depois desembargador) Marcos Cavalcanti de Albuquerque; o secretário da Presidência do TJ-PB, Dr. Márcio Roberto Soares Ferreira; e o coordenador de Comunicação Social do Judiciário paraibano, escritor Evandro da Nóbrega. As comemorações estenderam-se por todo o ano de 2007 e somente se concluíram em 2008, com a aposição de uma placa de bronze sobre o evento. No entremeio, foram realizados inúmeros atos para assinalar o transcurso da efeméride, inclusive com o lançamento de duas tiragens (a segunda ampliada, revisada e atualizada) de uma* Edição Especial & Histórica *comemorativa. Via Coordenadoria de Comunicação Social, foram produzidos um folder especial para a abertura das cerimônias, os convites para as diversas solenidades, um vídeo-documentário e uma edição especial do* Diário da Justiça. *A Presidência do TJ-PB organizou também uma mostra, inclusive com a inclusão de números antigos da publicação. Em cada uma das quatro solenidades que assinalaram o Centenário de uma das mais antigas publicações brasileiras, o desembargador-presidente Antônio de Pádua fez um discurso abordando o essencial da História da* Revista.



As primeira e segunda edições do livro especial sobre o Centenário da Revista do Foro



COM UMA PLACA DE BRONZE

Em 15 de maio de 2008, as solenidades referentes ao Centenário da *Revista do Foro* foram encerradas pelo desembargador-presidente Antônio de Pádua com dois eventos principais: a) a aposição de uma placa de bronze comemorativa em local especial do *hall* do Palácio da Justiça; e b) e o lançamento da obra *Brasão d'Armas do Judiciário Paraibano: Sua Descrição Heráldica e Simbologia Histórica.*

O Plano Cultural

Durante todo o Biênio 2007-2009, a Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba levou a cabo elogiável Plano Cultural, que incluiu, entre outros itens, o lançamento de várias obras de real interesse para a Magistratura, para os demais operadores do Direito e o público em geral.

Os livros foram tanto patrocinados pelas Edições do próprio TJ-PB quanto por outras Editoras (particularmente a Editora Linha d'Água, com cujos editores, Heitor Cabral e Pontes da Silva, o Tribunal manteve a melhor das parcerias) e pelos próprios Autores interessados.

NÃO SÓ DAS EDIÇÕES DO TJ-PB

Assim é que, nas páginas seguintes — é preciso atentar para isto — estão citados *não apenas os livros saídos pelas Edições do TJ-PB, mas também aqueles que, mesmo publicados por editoras e gráficas diversas ou patrocinados pelos próprios interessados particulares,* foram lançados, no entanto, no Salão Nobre do Palácio da Justiça, no Auditório da ESMA e noutras dependências do Poder Judiciário, *sempre dentro do Plano Cultural* da Mesa Diretora do TJ-PB para o Biênio 2007-2009.

Este Plano Cultural, com efeito, levou aos leitores obras jurídicas, históricas e literárias, ao ponto de tais lançamentos sido considerados por experientes autores, como os historiadores Humberto Cavalcanti de Mello e José Octácio de Arruda Mello como a mais permanente contribuição do Biênio para a Cultura paraibana.

PARCERIA COM A EDITORA LINHA D'ÁGUA

O professor José Octávio disse, por exemplo, que "o desembargador Pádua estava verdadeiramente inspirado quando empreendeu parceria com a Editora Linha d'Água, dirigida pelos editores Heitor Cabral e Pontes da Silva. E ajuntou: "O resultado é este, que toda a Paraíba conhece: o lançamento de livros de real valor, de autoria de grandes nomes, como Flósculo da Nóbrega, José Cláudio Batista, Vanildo Brito, Onildo de Farias, entre outros. De Evandro Nóbrega, por exemplo, as Edições do TJ-PB lançaram o livro *Brasão d'Armas do Judiciário Paraibano: Sua descrição heráldica e simbologia histórica*. Esta obra trata de uma das maiores realizações do desembargador Pádua, a instituição permanente do emblema próprio do Poder Judiciário do Estado".



UM MOMENTO ÁUREO

Também o editor Heitor Cabral disse que "o Tribunal de Justiça da Paraíba vive um momento áureo, não só pela maestria administrativa de seu atual presidente, como pela integridade das atitudes por ele assumidas e pela sensibilidade do desembargador-presidente Antônio de Pádua para as coisas da Cultura". O Dr. Heitor chegou até a introduzir versos em sua oração, ao estilo, como disse, "de meu amigo Oliveira de Panelas, considerado o Pavarotti dos Sertões: Do Protocolo fugindo, / mas com toda a reverência, / louvo Vossa Excelência / que nos está presidindo! / E só estou intervindo / porque claro algo ficou: / honra a Magistratura / Pádua desembargador, / que, além de tudo, provou / ser Mecenas da Cultura!

E o Dr. Heitor Cabral disse isto em função das obras já então lançadas e de outras cujos lançamentos estavam programados, em parceria entre o Tribunal de Justiça do Estado e as Edições Linha d'Água, editora que, embora fundada há cerca de dois anos, em nosso Estado, tem lançado no mercado obras de real valor, nos campos do Direito, da História, da Literatura, da Poesia etc.

09-01-09 - Fóruns Cível e Criminal da Comarca da Capital vão realizar dois primeiros leilões de 2009

08-01-09 - Desembargador Arnóbio Alves Teodósio é escolhido por aclamação Presidente da Câmara Criminal do TJ-PB

08-01-09 - Segunda Câmara Cível julgou 3 mil 244 processos durante o ano judiciário de 2008

07-01-09 - Pleno do TJ-PB elege como membro efetivo do TRE-PB o desembargador Júlio, que encerrará carreira na Magistratura como Presidente da Corte Eleitoral

06-01-09 - Desembargador-Presidente Antônio de Pádua recebe alta no sábado e retorna à Paraíba já no próximo domingo

04-01-09 - Produtividade do Judiciário: Em 2008, Primeira Câmara Cível julgou 3 mil 242 processos em 46 sessões ordinárias e uma extraordinária

31-12-08 - Corregedor-Geral Júlio Paulo Neto atualiza tabelas de emolumentos extrajudiciais no Estado e também as contribuições do Farpen

30-12-08 - Consternação nos meios jurídicos pelo falecimento da advogada Miriam Nunes, esposa do juiz de Direito José Ferreira Ramos Júnior

29-12-08 - Êxito do e-Jus: Até final do primeiro semestre de 2009, Juizados Especiais da Comarca da Capital estarão 99,99% virtualizados

28-12-08 - Mais uma conquista do Biênio 2007-2009: A partir de janeiro, todos os magistrados receberão "notebooks" de última geração

19-12-08 - Em resumo, o despacho do desembargador-relator Abraham Lincoln mandando suspender greve na Polícia Civil

19-12-08 - Produtividade do Judiciário: Terceira Câmara Cível julgou 2 mil 914 processos durante o ano de 2008

18-12-08 - Íntegra do discurso do desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque ao lançar seu livro "Nobiliarquia Mamanguapense"

18-12-08 - Muito concorrido o lançamento da obra "Nobiliarquia Mamanguapense", de autoria do desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque

17-12-08 - Lançamento do livro do Desembargador Marcos Cavalcanti: Íntegra do discurso de apresentação do historiador Humberto Mello

NO NOTICIÁRIO, O DIA-A-DIA DO BIÊNIO 2007-2009

Quem quiser conhecer a história completa do Biênio 2007-2009 poderá ler a sexta edição da História do Tribunal de Justiça da Paraíba*, lançada em janeiro de 2009 pelo desembargador-presidente Antônio de Pádua; ler o presente* Relatório Geral; *ou simplesmente consultar* on line *o* ***noticiário produzido nestes dois últimos anos*** *pela Coordenadoria de Comunicação Social do Judiciário paraibano. Estas notícias foram publicadas, dia a dia (e, freqüentemente, por várias vezes ao dia) no Portal Institucional do TJ-PB, mantido por sua Secretaria de Tecnologia da Informação. As notas encontram-se, obviamente, na ordem cronológica inversa (como se pode ver pelo exemplo acima) e cobrem desde o primeiro dia de fevereiro de 2007 (data da posse da Mesa Diretora para o Biênio em referência) até janeiro de 2009.*

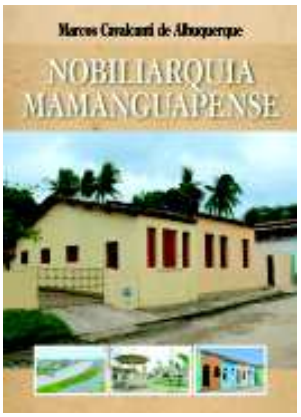
ALGUMAS DAS PRINCIPAIS OBRAS LANÇADAS NO PLANO CULTURAL DO BIÊNIO 2007-2009





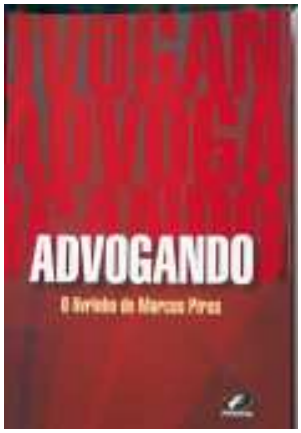






























Livro de Posse do Presidente







Duas plaquettes especiais, uma sobre os 116 e outra sobre os 117 anos do TJ-PB e, neste caso, também sobre o Anexo Administrativo do Palácio da Justiça, foram lançadas em 15 de outubro de 2007 e 2008.





O informativo Scripta, *do TJ-PB, foi lançado em 28 de novembro e tirou cinco edições especiais*



Comunicação Social

Com todo o apoio da Presidência do TJ-PB, sem o qual nada poderia fazer, a Coordenadoria de Comunicação colocou em prática não apenas a ***Política de Comunicação Interna e Externa*** *da Gestão, como também um* ***Programa Editorial*** *pelo qual foi possível editar grande número de obras,* plaquettes, *convites,* folders, *cartazes, folhetos, cartilhas e, enfim, as mais diversas publicações e materiais gráficos, sempre tendo em vista o interesse da Administração, da Magistratura e do Poder Judiciário estadual. Além do mais, a Coordenadoria — que, pela própria natureza de seu trabalho, trabalhava a qualquer hora do dia ou da noite — providenciou o fornecimento diário (e, também, várias vezes por dia) do noticiário constante do Portal Institucional do TJ-PB. Era a partir deste conjunto de notícias que municiava a Imprensa (jornais, TVs, rádios, portais, blogues) tanto local como nacionalmente. Prova de que essas notícias, aqui produzidas, atingiam também a mídia de outras partes do País é que basta procurar, por exemplo, pelo* string *"TJ-PB" no Google, para se ter acesso a inúmeras notas sobre a Justiça paraibana aproveitadas por veículos da Web noutros Estados, particularmente Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e outros centros maiores.*

NÚCLEO DE TV, PRIMEIRO PASSO PARA A TV JUSTIÇA LOCAL

Também foi possível fornecer programas especiais, em vídeo, para a TV Justiça, por intermédio do ***Núcleo de TV*** *da Coordenadoria de Comunicação Social do Judiciário paraibano, integrado por profissionais dos mais competentes. O desembargador-presidente Antônio de Pádua teve a visão e a coragem (mesmo ante a aparente oposição de alguns mas pouquíssimos* entendidos *em Comunicação) de primeiramente implantar e, depois, mandar construir dependências especiais para esse Núcleo de TV, quando das magníficas reformas que mandou proceder no Anexo Administrativo do Palácio da Justiça. Este Núcleo de TV é o primeiro passo para a implantação, no âmbito do TJ-PB, da* ***TV Justiça****, na Paraíba, com a produção local de programas que podem ser nacionalmente (re) transmitidos. Seus equipamentos e instalações, no térreo do Anexo, são de primeira ordem.*

A Política de Comunicação Social da Presidência do desembargador Pádua exigia o básico, mesmo porque sua imagem de magistrado íntegro e de administrador competente já era conhecida dos paraibanos: fidelidade aos fatos, linguagem inteligível ao grande público, profissionalismo, correção gramatical e estilística, bom relacionamento com as pessoas que fazem mídia, permanente fuga ao culto da(s) personalidade(s) e horror à superexposição nos meios de Comunicação.

RIGOR NA EXATIDÃO DO NOTICIÁRIO

E foi assim que procurou agir o Coordenador da área, o escritor, jornalista e editor Evandro da Nóbrega, com 45 anos de experiência em Comunicação, Jornalismo, Edição de Textos e outras disciplinas. Como o desembargador-presidente, achava ele (e continua a achar) que uma notícia do Judiciário, a exemplo das notícias de uma Universidade de respeito, não pode sair com erros factuais ou de português. Por esta e por outras razões — dentre as quais se encontra a de que o noticiário deve estar sempre sintonizado com a orientação geral da Administração — foi que o Coordenador tomou a si a tarefa de reescrever todas as informações que recebia de seus capacitados colaboradores. Obviamente que isto tomava muito mais tempo que o usual, mas o responsável pela área procurou dar conta da pesada tarefa, sempre com o pensamento de bem servidor ao Judiciário. Nisto era ajudado, por um lado, pela circunstância de haver sido o fundador, ainda em 1963, da antiga Sala de Imprensa do TJ-PB, que depois seria a Assessoria de Imprensa e, ainda depois, a Coordenadoria de Comunicação Social. De outro lado, contou com a permanente e diuturna colaboração do ilustre Secretário da Presidência do TJ-PB, Dr. Márcio Roberto Soares Ferreira. Este, saindo de suas complexas atribuições diárias, também o auxiliava na parte puramente burocrática e administrativa, para a qual o titular da Comunicação confessa não dispor do menor conhecimento, pendor ou tempo. Isto porque o produzir ininterruptamente notícias, livros e todos os demais

materiais em torno dos quais girou seu labor já não lhe deixava folga para mais nada.

NOTÍCIAS LONGAS *VERSUS* NOTÍCIAS CURTAS

No tocante à extensão dos textos jornalísticos, seguiu-se uma metodologia muito empregada pelos melhores jornais do Brasil e do Exterior. Há, com relação a isto, duas orientações básicas, urbi et orbi*: a) publicar textos curtos; e b) publicar textos longos. A primeira orientação, por exemplo, é seguida pela* Folha de S. Paulo; *a segunda, ainda como exemplo, por* O Globo. *Mas os que maldizem os textos longos não sabem que eles são elaborados de tal forma que o* lead *da matéria e seus dois parágrafos seguintes já encerram toda a essência, por assim dizer, da informação contida em toda a notícia. A notícia longa satisfaz a todos: 1) satisfaz a quem, como diz o grande jornalista e teórico da Informação brasileiro Albert Dines, do* Observatório da Imprensa, *"é incapaz de ler, entender e assimiliar mais que um parágrafo de texto"; e 2) a quem, como sói ocorrer mesmo neste Mundo de pressa, falta de tempo, superficialismo, preguiça mental e desinteresse geral, gosta de ir ao fundo das coisas e faz questão de conhecer os mínimos detalhes da realidade, para tirar suas conclusões. A lição é que a notícia longa, se for bem estruturada, será lida em seus primeiros parágrafos pelo apressado (e ele terá sido informado do que queria saber) e também pelo que deseja se aprofundar.*

ALGUMAS DAS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES NA ÁREA

Seguem-se, abaixo, num resumo realmente resumido, algumas das realizações da Gestão do desembargador-presidente Antônio de Pádua na área de Comunicação Social:

• Cobertura permanente das atividades desenvolvidas pelo Tribunal Pleno e pelas Câmaras Cíveis e Criminal do TJ-PB, além atendimento a todos os demais setores integrantes do Judiciário;

• Elaboração de entrevistas especiais com o desembargador-presidente e demais integrantes do Judiciário, para publicação na mídia local e/ou nacional;

• Elaboração, por intermédio do Núcleo de TV, de grande número de vídeos especiais e documentários sobre as mais diversas atividades do TJ-PB;

• Elaboração de milhares de notícias, a maioria das quais preservadas no setor de noticiário do Portal Institucional do TJ-PB; tais notícias podiam ou não ser aproveitadas pela mídia local e/ou nacionais, dependendo do interesse dos jornais, TVs, rádios, demais portais, blogues etc (somente os títulos [manchetes] dessas notícias, enfileiras em linhas umas atrás das outras preenchem o equivalente a mais de 80 páginas no Microsoft Word);

• Edição de grande número de livros, plaquetas, *folders*, convites e os mais diversos tipos de outras publicações, sempre com a participação permanente do Coordenador, da Chefia de Publicações Oficiais e da Assessoria de *Design* Gráfico;

• Participação do Coordenador em todas as atividades da Comissão (Especial) do Centenário da *Revista do Foro*, de que era membro integrante e editor de suas publicações;

• Elaboração das duas diferentes tiragens da *Edição Especial & Histórica* comemorativa dos 100 anos da *Revista do Foro*;

• Edição de texto e edição da sexta edição da *História do Tribunal de Justiça da Paraíba*, de autoria dos historiadores Deusdedit Leitão e Evandro da Nóbrega;

• Edição e texto de diversas obras de interesse dos desembargadores e desembargadoras;

• Elaboração de textos especiais, inclusive históricos, para constarem de áreas específicas do Portal Institucional do TJ-PB;

• Elaboração de praticamente todas as publicações da ESMA, inclusive com a feitura da capa da nova *Revista da ESMA*;

• Redação final de praticamente todas as notícias de interesse da AEMP;

• Manutenção de uma página de interesse do Judiciário no jornal *Correio da Paraíba*, com a divulgação de assuntos de interesse da Magistratura e da Administração do TJ-PB; o mesmo foi feito com relação ao jornal *A União*;

• Atendimento individualizado (com urbanidade e sincero espírito de colaboração) a todos os profissionais de Imprensa que procuravam a Coordenadoria de Comunicação,pessoalmente, por telefone ou por e-mail, para quaisquer informações sobre o Poder Judiciário;

• Comemoração interna dos 40 anos de existência do *Diário da Justiça*, transcorridos em 2007;

• Visita técnica em todas as Comarcas do Estado, através do *Diário da Justiça*, para total esclarecimentos a respeito de Notas de Foro e Editais,



COBERTURA À PRODUÇÃO DO PLENO E DAS CÂMARAS

Por recomendação expressa da Presidência, a Coordenadoria de Comunicação cobriu permanentemente a produção realizada pelo Tribunal Pleno e pelas Câmaras Cíveis e Criminal da Corte, atendendo ainda, individualmente, a cada um dos desembargadores, quando a isto solicitada

visando a nova implantação de sistema a ser implantado no TJ-PB;

• Todo o apoio, inclusive com a cessão parcial de pessoal, ao programa radiofônico "Justiça Cidadã", idealizado pela Presidência do TJ-PB e levado ao ar, semanalmente (aos sábados), via satélite, para todo território paraibano e em parceria com a Rádio Tabajara da Paraíba AM-FM; o programa é apresentado pelos locutores Odonildo Dantas e Rose Gonçalves, além dos jornalistas Waleska Maux (produtora), Gabriella Guedes, Clélia Toscano e Fernando Patriota, todos integrantes da Coordenadoria de Comunicação Social do Judiciário paraibano; esta Coordenadoria, durante o Biênio 2007-2009, pôde contar ainda com o concurso dos seguintes outros profissionais: Aparecida Pereira, Francisco de Assis, Cristiane Rodrigues, Eraldo Nóbrega, Genésio de Souza, Gilberto Lopes, Hilton Lins Fialho, Jorge Berto Mendes, Kubitschek Pinheiro, Lenilson Guedes (inclusive como mestre-de-cerimônias eventual, por sua experiência no rádio), Mabel Cristina, Marco Augusto dos Anjos, Marcus Vinícius Leite Gomes, Maria do Socorro Sales, Martinho Sampaio (*designer*, chefe do setor de Publicações Oficiais do TJ-PB e editor do *Diário da Justiça)*, Milton Nóbrega (*designer* gráfico), Nena Martins, Nevinha (diagramadora), Ozildo dos Santos (cinegrafista), Pedro Dantas (produtor cinematográfico), Rachel Sheherazade (produtora e apresentadora de vídeos), Ronaldo Orlando, Tairone José Santos e Zélia César.



A Cartilha do Coração *foi uma das inúmeras publicações editadas pela Coordenadoria de Comunicação do Judiciário paraibano para os mais diversos setores do TJ-PB — no caso, para o Setor de Saúde e para a AEMP*

21/02/07 - Presidente Antônio de Pádua recebe Comissão e avalia projeto de Gestão Documental

21/02/07 - Desembargador Pádua recebe Procurador-Geral do Estado e trata do pagamento de precatórios

16/02/07 - Desembargador-Corregedor e Juízes-Corregedores participam de audiência com presidente do TJ-PB

16/02/07 - Secretário da Presidência do TJ-PB pede união de todos para êxito da Gestão no Biênio 2007/2009

16/02/07 - Desembargador Jorge Ribeiro Nóbrega tomará posse como novo integrante do TRE-PB

15/02/07 - Presidente do TJ-PB empossa Diretores dos Fóruns de Santa Rita, Bayeux e Cabedelo

14/02/07 - Desembargador Pádua reafirma propósito de estudar criação de novas Varas da Fazenda Pública

14/02/07 - Pleno aprova por unanimidade moção de desagravo ao Presidente do TJ-PB

13/02/07 - Definidos os membros das Comissões Permanentes do TJ-PB para o Biênio 2007-2009

12/02/07 - Desembargador Pádua e Secretário Pedro Adelson discutem uniformização de procedimentos

09/02/07 - Antônio de Pádua prestigia posse do diretor do Fórum de Campina Grande

09/02/07 - Pádua se reúne com Governador e diz que só pessoal necessário ficará trabalhando no Tribunal

08/02/07 - Pádua visita Assembléia Legislativa e envia projeto de lei sobre o brasão da TJ-PB

08/02/07 - Pádua vai ao TCE e pede rigor na fiscalização das suas contas no TJ-PB

08/02/07 - General Fraxe explica ao desembargador Pádua os trabalhos de duplicação da BR-101

07/02/07 - Pádua preside primeira sessão do Pleno e assegura plano de saúde para servidores e magistrados

07/02/07 - Médica Socorro Montenegro toma posse na presidência da AEMP

06/02/07 - Desembargador Jorge Ribeiro assume vaga do desembargador Pádua na Quarta Câmara Cível

06/02/07 - Comarcas do Interior terão parque tecnológico atualizado até final de fevereiro

06/02/07 - Deputado Arthur Cunha Lima visita o presidente do Tribunal de Justiça

05/02/07 - Presidente do TJ-PB dá posse às novas diretorias da ESMA e dos Fóruns Cível e Criminal

02/02/07 - TJ-PB convoca servidores à disposição do Judiciário para regularizarem sua situação funcional

02/02/07 - Novo Presidente do Tribunal do TJ-PB nomeia e dá posse a sua equipe

01/02/07 - Pádua assume TJ-PB prometendo colocar Judiciário paraibano no Século XXI

NOTÍCIAS & MAIS NOTÍCIAS: UMA RADIOGRAFIA DO BIÊNIO, A PARTIR DE FEVEREIRO DE 2007 E ATÉ JANEIRO DE 2009

*Algumas das **primeiras notícias** do Biênio 2007-2009, divulgadas pela Coordenadoria de Comunicação Social do Judiciário paraibano no Portal Institucional do TJ-PB, desde o primeiro dia de fevereiro de 2007. Acompanhando o dia-a-dia da Administração, até fins de janeiro de 2009, com rigor e objetividade, correção e profissionalismo, essa grande massa de informações que fica preservada na Internet, dá bem uma medida do que foi a Administração da Mesa Diretora do Tribunal nesse Biênio.*



A área do noticiário da Coordenadoria de Comunicação Social no Portal Institucional do TJ-PB

FIM

DO VOLUME ÚNICO
DO LIVRO

RELATÓRIO
DE ATIVIDADES
(BIÊNIO 2007-2009),

CONTENDO UM RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA MESA DIRETORA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA DURANTE O PERÍODO REFERIDO.

• • •

ACABOU-SE DE IMPRIMIR
EM FINS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO
DA GRAÇA DE 2009, NAS OFICINAS DA
F&A GRÁFICA & EDITORA,
JOÃO PESSOA, PARAÍBA, BRASIL.

• • •

EDIÇÃO DO TEXTO & EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Evandro da Nóbrega, Editor
[druzz.tjpb@gmail.com]
(83) 8852-1946